

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

TATIANE ELOISE DA SILVA

Das Ribeiras e Fazendas às Vilas e Câmaras: elites sertanejas do Rio Grande do Norte, séc. XVIII e XIX

Versão Corrigida

São Paulo
2023

TATIANE ELOISE DA SILVA

Das Ribeiras e Fazendas às Vilas e Câmaras: elites sertanejas do Rio Grande do Norte, séc. XVIII e XIX

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ricupero

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Sr Silva, Tatiane Eloise da
Das Ribeiras e Fazendas às Vilas e Câmaras: elites sertanejas do Rio Grande do Norte, séc. XVIII e XIX.
/ Tatiane Eloise da Silva; orientador Rodrigo Monteferrante Ricupero - São Paulo, 2023.
120 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Colonização. 2. Elite. 3. Sertão. 4. Rio Grande do Norte. I. Ricupero, Rodrigo Monteferrante, orient. II. Título.

SILVA, Tatiane Eloise da. **Das Ribeiras e Fazendas às Vilas e Câmaras: elites sertanejas do Rio Grande do Norte, séc. XVIII e XIX.** Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

À minha família, grande incentivadora dos meus sonhos.
À Muirakyatan Macêdo, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos àqueles que contribuíram com a construção desse trabalho de forma direta ou indireta. De forma especial,

À minha família, em particular, à minha mãe, minha primeira professora e incentivadora na vida escolar e acadêmica, agradeço os esforços despendidos ao longo desses anos na realização dos meus sonhos. Ao meu pai, pelos exauridos sacrifícios e pelo exemplo, apesar da sua simplicidade, de dedicação e trabalho duro. À minha tia, que me criou e que participa ativamente até hoje dos momentos mais importantes da minha vida. À Marcleane, por acreditar no meu potencial e me encorajar em tantos momentos.

Ao meu orientador, Rodrigo Ricupero pela confiança no meu trabalho e pelas valiosas conversas de orientação.

À Muirakytan Macêdo, um mestre e amigo, de quem trago saudades e recordo com carinho os tempos de orientação na UFRN-CERES. Com ele aprendi o ofício de historiador e a cantar minha terra, o Seridó.

À Thiago, grande estimulador dessa pesquisa e uma presença amiga fundamental nesse processo.

À Helder Macedo, pela disponibilização das fontes utilizadas na construção deste trabalho e por todo o conhecimento compartilhado sobre o Seridó.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa Antigo Sistema Colonial: estrutura e dinâmica, Dannylo, Mário, Roger, Flávia, Isabella, Ronaldo, Valter e Guilherme por dividirem comigo as dores e alegrias da pós-graduação e pelas horas empregadas na leitura dos meus textos. Ressalto, em especial, Gilberto (pelo acolhimento e amizade nos últimos anos) e Rafael (pelo conhecimento dividido e importantes comentários acerca deste trabalho).

Aos meus irmãos da Comunidade Católica Shalom, pelo suporte espiritual e emocional durante esses anos.

Aos meus amigos, minha segunda casa, pelas memórias construídas ao longo desse mestrado. De forma particular agradeço à Maiara, Michel, Ana Carolina, Juscelino e Romário, pelos inúmeros conselhos e por todo apoio durante essa trajetória.

Ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa.

A Cátedra Jaime Cortesão, pelos debates valiosos, que contribuíram na construção desta pesquisa.

E por fim, agradeço à Deus, minha fonte de luz e sabedoria nessa caminhada.

Cadeia Velha

Em cima no Senado da Câmara
Alguns homens bons
Embaixo na Casa de Cadeia
Alguns homens maus
Ali geminados e eternos
Imunes a salitre e ferros
Espelham-se em mil ecos
No chão fátuo de séculos
Muitos chegam a nossos dias
Sem ferrugem, cor, estrias
Até hoje mordem e sopram
O que botam, tiram e tomam
Pilhando a gentilha à faca,
Embolsam drágeas e macas
Sangram impostos na veia
Fugindo alegres da teia
Que nunca foram algemas
Ou laços na velha (ou nova) cadeia.

Muirakytan K. de Macêdo

RESUMO

O processo de ocupação colonial do interior da América portuguesa a partir do século XVII, a exemplo dos sertões do Seridó, teve início mediante desdobramento da ocupação litorânea. Tal contexto, em grande medida, se articulou à exportação do açúcar, impulsionada pela expansão mercantil europeia, configurando-se à dinâmica colonial. O crescimento populacional na costa e a necessidade de novas áreas, notadamente para a atividade pastorícia, impulsionaram, por sua vez, a ocupação das áreas do interior, que se conectaram direta ou indiretamente com o comércio europeu. No primeiro caso, com a exportação do couro e, no segundo, com o fornecimento de alimentos e animais demandados pela população do litoral açucareiro. No que diz respeito aos sertões do Seridó, posteriormente a esse processo, evidenciou-se o surgimento das primeiras instituições da administração colonial, tais como a Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana em 1748 e a Vila Nova do Príncipe em 1788, que funcionavam como mecanismos de organização da vida colonial e legitimação do poder das elites residentes. Desse modo, o presente estudo pretende examinar o processo de formação e legitimação da elite sertaneja da Vila Nova do Príncipe entre os séculos XVIII e XIX. Para isso, faremos uso de fontes da administração judiciária, religiosa e civil, que metodologicamente serão analisadas quantitativa e qualitativamente. Por fim, a investigação empreendida acerca da elite residente da Ribeira do Seridó busca preencher lacunas quanto a esses grupos, cruzando fontes de diferentes tipologias (judiciais e paroquiais, por exemplo) para obtermos informações mais precisas com relação à organização social dos sertões do Rio Grande e da formação e padrões de legitimação dessa antiga elite pecuarista. Considerando-se a instauração das câmaras municipais em suas ribeiras, que inauguram novos meios de ascensão social.

Palavras-chave: Elite. Seridó. Sertão. Vila Nova do Príncipe. Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

The process of colonial occupation of the inland of Portuguese America from the 17th century onwards, such as in the hinterlands (sertões) of Seridó, began with the unfolding of coastal occupation. This context, to a large extent, was articulated with the export of sugar, driven by European mercantile expansion, configuring the colonial dynamic. The population growth on the coast and the need for new areas, notably for pastoral activity, in turn, drove the occupation of inland areas, which were connected to European trade directly or indirectly. In the first case, with the export of leather, and in the second, with the supply of food and animals demanded by the population of the sugar coast. Regarding the backlands of Seridó, following this process, the emergence of the first institutions of colonial administration was evident, such as the Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana in 1748 and the Vila Nova do Príncipe in 1788, which functioned as mechanisms for organizing colonial life and legitimizing the power of resident elites. In such a manner, this study aims to examine the process of formation and legitimation of the hinterland elite of Vila Nova do Príncipe between the 18th and 19th centuries. Considering this, we will use sources from judicial, religious, and civil administration, which will be methodologically analyzed quantitatively and qualitatively. Finally, the investigation undertaken about the resident elite of Ribeira do Seridó seeks to fill gaps regarding these groups, cross-referencing sources of different typologies (judicial and parochial, for example) to obtain more precise information regarding the social organization of the hinterlands of Rio Grande and the formation and patterns of legitimation of this old cattle-raising elite. Considering the establishment of municipal councils in their riverbanks, which inaugurate new way of social ascension.

Keywords: Elite. Seridó. Hinterland (sertão). Vila Nova do Príncipe. Rio Grande do Norte.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Arrematação Dízimos Reais Ribeira do Seridó (1782).....	69
Tabela 2 - Arrematação Dízimos Reais Ribeira do Seridó (1783).....	69
Tabela 3 - Arrematação do gado do vento do Seridó (segunda metade do séc. XVIII).....	72
Tabela 4 - Dízimos reais da Ribeira do Puente do Assú de 1793.....	74
Tabela 5 - Dízimos reais da Ribeira do Puente do Assú de 1794.....	76
Tabela 6 - Dízimos reais da Ribeira do Puente do Assú de 1795.....	76
Tabela 7 - Dízimos reais da Ribeira do Puente do Assú (1793-1795).....	77
Tabela 8 - População de desobriga do Seridó (1775-1817).....	81
Tabela 9 - Bens inventariados dos homens bons da Vila Nova do Príncipe (1764-1886).....	96
Tabela 10 - Administradores de contratos Ribeira do Seridó (1781-1795).....	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Arrematação Dízimos Ribeira do Seridó (1776-1783).....	70
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Despesas da Câmara Municipal da Cidade do Príncipe de 1881.....107

LISTA DE ABREVIATURAS

Cx.	Caixa
Doc.	Documento
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ACL	Administração Central
CU	Conselho Ultramarino
RN	Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1. Sertão e colonização.....	24
1.1 O conceito de sertão: aproximações.....	24
1.2 Sertão e litoral na dinâmica da conquista.....	39
1.3 Pecuária e a economia sertaneja.....	44
CAPÍTULO 2. O SERTÃO DO SERIDÓ (SÉCULOS XVIII E XIX)	58
2.1 Conquista e povoamento.....	58
2.2 Os currais de gado e a economia da interiorização.....	66
2.3 As gentes do Seridó: de como chegaram e se fizeram.....	79
CAPÍTULO 3. A FORMAÇÃO DA ELITE SERTANEJA DO SERIDÓ (SÉCULOS XVIII E XIX)	84
3.1 O poder local nos sertões coloniais.....	84
3.2 Terra, gado e escravos: configurações de poder no sertão do Seridó.....	93
3.3 Os homens bons da câmara municipal da Vila Nova do Príncipe.....	99
CONCLUSÃO.....	109
FONTES.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114

INTRODUÇÃO

“Sertão: estes seus vazios. O senhor vá. Alguma coisa, ainda encontra”¹, assim evoca Guimarães Rosa um dos aspectos constitutivos do sertão, seus vazios demográficos, bem como aponta para a possibilidade de encontrar algo, conotando potencialidade naquele espaço que, inicialmente, parecia ser inóspito. Ao analisá-lo em sua denominação simbólica do ser-tão, de adjetivação, o autor o insere numa categoria cultural que se afirma pela evocação de imagens, sentimentos e sentidos, construídos ao longo da sua experiência histórica². A formação de um lugar é também a elaboração de articulações sociais, de pertencimento e identidades que sobrepujam, muitas vezes, o território.

Euclides da Cunha interpela tais questões em sua obra, “Os Sertões”, ao retomar a discussão da formação de uma identidade nacional, associada ao conflito sertão-litoral. O autor apresenta um *país* inesperado e distante das vivências da elite litorânea, caracterizado pela *barbárie* e por brasileiros corajosos, nascidos da hostilidade do meio, “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”³. A luta da natureza neste ambiente hostil refere-se também à luta do sertanejo, designado a sobreviver aos sertões e à guerra⁴. Contrariando a perspectiva euclidiana, Caio Prado Jr. evidencia um sertão povoado, por uma escassa população pastoril, integrado à colônia. Para o historiador, a exploração empreendida por Portugal, sem planejamento, ocasionou as correntes migratórias em direção aos interiores, impulsionadas pela relevância econômica das regiões recém-conquistadas.⁵

Dentre os sertões anunciados, interessa-nos, no entanto, os coloniais, qualificados a partir do seu desconhecimento e esvaziamento de súditos da Coroa portuguesa⁶. Sua origem está intimamente ligada à expansão lusa ultramarina, no

¹ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994, p. 36.

² NEVES, Erivaldo Fagundes. O sertão na formação socioeconômica brasileira. *Mneme - Revista de Humanidades*, UFRN-CERES, v.19, n.42, p. 11-20, jan/jul. 2018, p.11-12. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/18468/11933>. Acesso em: 27 de mai. 2023.

³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Biblioteca Básica Brasileira, 2014, p.115.

⁴ Ver: COLLACIO, Talita Yosioka. *Os sertões de Euclides da Cunha e os sertões de Caio Prado Júnior: um universo entre história e literatura*. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p.36.

⁵ *Ibidem*, p.116.

⁶ Analisamos, neste trabalho, historicamente a formação desse conceito também por meio de relatos de viajantes como Henry Koster em *Viagens ao Nordeste do Brasil* (1942); J.B. Von Spix e C.P.F. Martius em *Viagem pelo Brasil: 1817-1820* (2017); George Gardner em *Viagem ao interior do Brasil* (1998).

século XV, referindo-se, inicialmente, as áreas circundantes da costa e mais tarde aos interiores, vastos e isolados, marcados pela ausência de habitantes⁷. Na historiografia brasileira, Capistrano de Abreu,⁸ em fins do século XIX, preocupou-se com a construção histórica dos sertões coloniais, em seus ermos e asperezas, providos de uma multiplicidade em sua formação que os categorizou como “os sertões de fora, desde Paraíba até o Acaracu no Ceará” e “os sertões de dentro, desde o rio São Francisco até o sudoeste do Maranhão.”⁹

Em meados do século XVII com a intensificação do processo de interiorização da Metrópole, movida pela busca de pastos para o criatório do gado que sustinha o litoral açucareiro, os sertões foram inseridos nos quadros da exploração colonial e na sua forma mercantilista, caracterizada pelo aproveitamento econômico dos espaços e pela presença do homem branco¹⁰. Caio Prado Jr. apontou que a separação entre a cultura da cana e a pecuária foi o consequente resultado do sistema geral da economia colonial, no qual as terras aproveitáveis foram avidamente ocupadas pelo cultivo do açúcar, não sobrando espaço para outras indústrias¹¹.

“Economia acessória ao complexo açucareiro, a criação de bovinos fornecia a tração animal para mover máquinas dos trapiches, notadamente a moenda, e para o transporte das mercadorias; servia também de alimento, nos dias não proibidos, para os habitantes dos canaviais e das cidades do litoral; e fornecia, acessoriamente, o couro, que era utilizado para embalar os rolos de tabaco ou exportado como matéria-prima para Portugal.”¹²

Esse processo, no entanto, não se deu sem resistências, sobretudo, dos povos indígenas que ocupavam essas áreas e travaram conflitos contra a ocupação lusa, numa série de confrontos conhecidos como a *guerra dos bárbaros*. De acordo com o historiador Pedro Puntoni, “longe de serem guerras de conquista e submissão de novos trabalhadores aptos ao manejo do gado, eram tendencialmente guerras de extermínio, de limpeza do território.”¹³ Empreendida com sucesso, a guerra de

⁷ SILVA, Kalina Vanderlei. *O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (século XVI-XVII). Estudo Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXII, n.2, p.43-63, dez. 2006. Disponível em: <https://doaj.org/article/9313ff0b50e145b7aec7e8e3f14049ea>. Acesso em: 27 de mai. 2023, p.44.

⁸ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-100*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

⁹ *Ibidem*, p. 205.

¹⁰ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1989.

¹¹ PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹² PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec, 2002. p .22.

¹³ *Ibidem*, p .46.

extermínio desocupou quase totalmente os sertões, povoado com mais perenidade pelo colonizador branco, que exigia terras para criar. À Coroa concernia a doação dos direitos políticos de usufruto da terra, por meio da doação de sesmarias e o estabelecimento de critérios mínimos de produção dos currais. Quanto a esse sistema, Carmen Alveal assinala que:

“tal sistema, pensado para resolver problemas de abastecimento em Portugal em 1375 e utilizado na colonização do Atlântico, teve que ser aperfeiçoado à medida que novas situações eram apresentadas no decorrer da ocupação territorial. (...) É sabido que nos dois primeiros séculos da colonização as sesmarias foram distribuídas com extensas dimensões, fruto da própria falta de especificações nas Ordenações, mas também da visão de que, diante de tantas terras, não seria problema a cessão de gigantescas extensões.”¹⁴

O processo de ocupação e fixação da população no Seridó obedeceu a lógica colonial de ocupação da terra, na qual coube aos súditos d’El Rey, a conquista, combate do *gentio* e construção dos currais. Para isso, no entanto, não foram necessários avultados capitais, uma vez que achado um *sítio de criar gados*, poderia o criador ou o vaqueiro montar sua fazenda, com um touro e três vagas, e assim requerer a sesmaria.¹⁵

No que tange às questões jurisdicionais, os sertões submeteram-se, *a priori*, às Câmaras do litoral, reservando-se aos poderes particulares a defesa do território contra a presença indígena e a instalação das estruturas produtivas, neste caso, as fazendas e currais.¹⁶ Rodrigo Ricupero aponta que “a Coroa utilizava recursos humanos e financeiros particulares para viabilizar seus projetos, sem que lhe coubesse nenhum ônus, cedendo, em troca desse apoio, terras, cargos, rendas e títulos nobiliárquicos”¹⁷.

O sertão do Seridó, do qual tratamos nesta pesquisa, constituiu-se a partir da expansão colonial pelo interior da Capitania do Rio Grande. Segundo Muirakytan Macêdo, “o ritmo de propagação do criatório pelos sertões obedeceu, em grande parte, ao crescimento da agromanufatura açucareira.”¹⁸ Produto das atividades

¹⁴ ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol.28, p.247-263, jul./dez. 2015, p. 249.

¹⁵ MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005. p. 40.

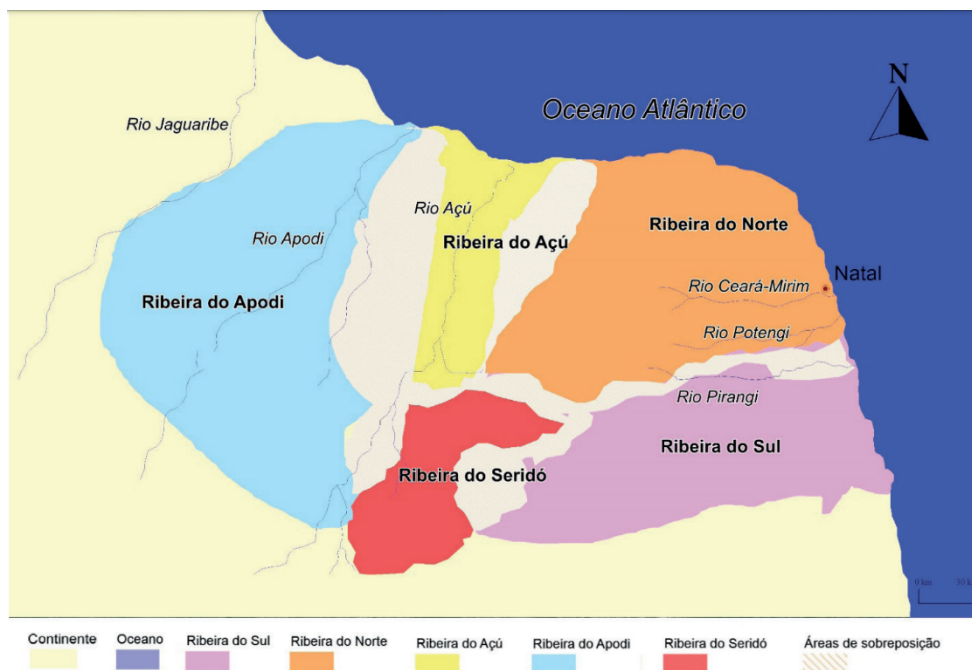
¹⁶ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *‘Nas solidões vastas e assustadoras’: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. 2003. 362 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 229.

¹⁷ RICUPERO, Rodrigo Monteferrante. *Formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 13.

¹⁸ MACÊDO, *op. cit.*, p. 32.

pastorcias, a Ribeira do Seridó, termo que representava não só acidentes geográficos, bem como os limites do poder político-administrativo da Coroa sob as áreas de criar¹⁹, territorializou juridicionalmente o Seridó, no ano de 1774, povoado pelo gado e pelas gentes.

Mapa 1 – Dimensão aproximada das ribeiras do Rio Grande (1774)



Fonte: Mapa elaborado por BARBOSA, Livia Brenda da Silva. *Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1601-1723)*. 1ª ed. Natal: EDUFRRN, 2021.

De acordo com Livia Barbosa, o surgimento de novas zonas fiscais na Capitania do Rio Grande acompanhou o processo de organização da Provedoria da Fazenda Real frente à complexificação dos espaços de arrecadação e a iminente expansão do recolhimento do tributo pelos sertões na segunda metade do século XVIII.²⁰ A Ribeira do Seridó alçou um novo *status* civil e jurídico quando da instauração da Vila Nova do Príncipe em 1788,²¹ no qual a administração e justiça próprias lhes conferiram novos padrões econômicos, políticos e sociais.²²

¹⁹ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII)*. Natal: Editora Flor de Sal; EDUFRRN, 2015, p. 58.

²⁰ BARBOSA, Livia Brenda da Silva. *Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1601-1723)*. 1ª ed. Natal: EDUFRRN, 2021. p. 237.

²¹ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII)*. Natal: Editora Flor de Sal; EDUFRRN, 2015, p. 15-23.

²² *Ibidem*, p. 17.

As gentes que ocuparam o sertão do Seridó não desfrutavam da fidalguia portuguesa²³, mas eram indivíduos que, apesar de oriundos do reino ou nascidos na colônia, compunham os setores baixos da extração social e eram movidos, geralmente, pela oportunidade de terras e pelo criatório de gado, diferentemente do litoral. Tais populações que vieram a compor as elites sertanejas, dona do gado, das terras e dos escravizados foram recrutadas para assumir as patentes militares das milícias e as ordenanças locais. Os títulos militares conferiam *status* àqueles que lutaram contra os indígenas e disciplinaram os primeiros núcleos populacionais dos sertões. Tais homens de *qualidade* viriam a integrar mais tarde o Senado da Câmara da Vila Nova do Príncipe.²⁴ Macêdo ressalta que,

“As primeiras levas de repovoadores, depois de meterem seus currais, alegavam, em muitos casos, os dispêndios de sua fazenda e risco de vida na luta contra o *gentio brabo*, para granjearem sesmarias. O regime pastoril – e a agricultura de subsistência – respondeu pela interiorização da Metrópole, conquistando e repovoando os sertões com vaqueiros, escravos e algumas famílias (...) Os brancos de mor qualidade, os ‘homens bons’, constituíram a elite sertaneja, latifundiários que zelavam pela rígida hierarquia social, ostentando suas honrarias militares, escudada na quantidade de rebanhos, escravos e propriedades rurais a perder de vista.”²⁵

A hierarquia social do sertão do Seridó delineou-se antes mesmo da instauração política da Câmara municipal. Aos grandes proprietários que amealharam gado, terras e escravizados ainda na ribeira, lhes era atribuído um certo reconhecimento e *status*, reforçados pelas patentes militares, através das quais influíam sobre as questões da lei e ordenamento locais. A participação nos conselhos municipais apenas legitimou o corrente poder dos senhores de terras dos sertões pecuaristas, que constituíram seu patrimônio anteposto ao seu acesso aos cargos camarários.

Maria Regina Mendonça Furtado Mattos, em seus trabalhos, dedicou-se a investigar a realidade socioeconômica de Vila do Príncipe na segunda metade do

²³ Na Corte portuguesa a fidalguia era determinada conforme a origem dos indivíduos, o bom nascimento implicava na assimilação de valores inerentes à condição de nobre: guerra, honra, ação, coragem e força. Sua qualidade era enriquecida pelos feitos militares e serviços prestados à monarquia pelos membros de sua linhagem. Conforme Nuno Gonçalo tais disposições eram acumuladas e passadas de geração em geração, amparadas pela ideia de Casa e de Serviço ao Rei. Ver: CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Monteiro (orgs.). *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 191-243.

²⁴ MACÊDO, op.cit., 48-65.

²⁵ MACÊDO, op. cit., p.69.

século XIX. Ao discutir a estrutura fundiária e o monopólio de terras dos grandes latifundiários, deu especial destaque a seu *modus vivendi*, no interior do sistema de produção dos sertões, caracterizado pela mão de obra escrava, pela atividade pastorícia e o cultivo de lavouras baseado na subsistência. A historiadora aponta que essa estrutura social, sob o efeito acentuado das secas potencializou a pobreza dessas populações, reservando-se apenas aos homens de cabedais os meios econômicos e sociais de sobrevivência²⁶.

De acordo com Helder Macedo, “os homens de qualidade da Vila Nova do Príncipe “além de serem homens que detinham cabedal, certamente lhes era confiado prestígio social, a julgar pelo fato de que mais da metade possuíam patentes ligadas ao Regimento de Cavalaria das Ordenanças da Vila Nova do Príncipe” e pertenciam a “parentelas tradicionais que deixaram descendência na Ribeira do Seridó”²⁷. Olavo de Medeiros Filho ao escrever sua obra, “Velhas Famílias do Seridó”, descreve o Seridó a partir dos seus primeiros colonizadores, provenientes da Capitania do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, além daqueles oriundos do reino, sobremaneira do norte de Portugal e dos Açores. Suas velhas famílias constituídas a partir da estirpe dos fundadores vieram a constituir a elite social, econômica e política da região²⁸.

Seus cabedais, não obstante, diferiam do litoral açucareiro, em períodos mais críticos, por exemplo, devido à retração da produção de açúcar ou a longos períodos de estiagem, suas atividades monetárias reduziam-se drasticamente, chegando em alguns casos a cessar completamente.²⁹ Uma economia, portanto, muito pobre, na qual identificou-se que de 1737 a 1813, 69,6% dos ativos das famílias não passavam de um conto de réis e metade dessa porcentagem estava abaixo de quinhentos mil réis³⁰. É neste espaço geo-histórico que nos propomos analisar a

²⁶ MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe – 1850/1890 sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza*. Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

²⁷ MACÊDO Muirakytan K. de; BUENO, Almir de Carvalho; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; ANDRADE, Juciene Batista Félix (Orgs.). *História & Memória da Câmara Municipal de Caicó*. Natal; Caicó: EDUFRN; SESC/ RN, 2016, p.45.

²⁸ MEDEIROS FILHO, Olavo Filho de. *Velhas Famílias do Seridó*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1981.

²⁹ MACÊDO; BUENO; MACEDO; ANDRADE, *op. cit.*, p.33.

³⁰ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de Macedo; SANTOS, Rosenilson da Silva (orgs.). *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa*. João Pessoa: Ideia; Natal: Edufrn, 2013, p.177.

formação das elites camarárias da Vila Nova do Príncipe, entre os séculos XVIII e XIX.

A produção historiográfica sobre a colonização dos sertões na Capitania do Rio Grande desde pelo menos o século passado³¹ até o revisionismo acadêmico atual³², traz como ponto chave de explicação para a formação das primeiras elites sertanejas, a expansão pecuarista ainda no século XVII. Em consonância com essa historiografia, analisamos o desenvolvimento da Ribeira do Seridó e a formação do seu poder a nível local, com base nas fazendas de criar, nas terras e escravos amealhados pelos homens bons que ocupavam os principais cargos e patentes militares.

Novos padrões de legitimação social dessa antiga elite pecuarista, no entanto, delinear-se na segunda metade do século XVIII, com a instituição das câmaras municipais. Nesse sentido, nossa problemática de pesquisa parte do seguinte questionamento: quais as modificações sofridas nos padrões de legitimação social dessa elite sertaneja quando da instalação da Vila Nova do Príncipe e a sua câmara municipal, em 1788?

Entre as razões que permearam a escolha da Vila Nova do Príncipe como unidade de análise consta a representatividade econômica e política desse espaço na Capitania do Rio Grande. Na segunda metade do século XVIII, com cerca de 70 fazendas, a Ribeira do Seridó destacava-se entre os principais produtores de gado da região, rendendo à Coroa 2:635\$000 réis com a arrematação dos dízimos. Na mesma época arrecadou-se com o gado do vento³³ cerca de 81\$520 réis, contabilizando um total de 2:716\$520 réis entre os anos de 1776 e 1778. Entendemos, neste trabalho, que a expressividade fazendária da Ribeira na segunda metade do século XVIII influenciou sobre a delimitação do poder socioeconômico de sua elite pecuarista, cuja área de domínio, a vila, constituía-se

³¹ Citamos aqui os trabalhos de Augusto Tavares de Lyra com *História do Rio Grande do Norte* (1921); Vicente de Lemos com *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte* (1912) e Luís Câmara Cascudo com *História do Rio Grande do Norte* (1955);

³² Muirakytan Kennedy de Macêdo com *Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó - Séc.XVIII)* (2015); Helder Alexandre de Medeiros Macedo com *Ocidentalização, Territórios e Populações Indígenas no Sertão da Capitania do Rio Grande* (2007);

³³ Dados fornecidos pelo “relatório do governador de Pernambuco e capitanias anexas, intitulado: “Idéia da população da capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extenção de suas costas, rios, e povoações notáveis, agricultura, número dos engenhos, contractos, e rendimentos reaes, augmento que este tem tido &. a &.a desde o anno de 1774 em que tomou posse o do governo das mesmas capitanias o governador e capitam general Jozé Cezar de Menezes”. (Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XL, 1918, p. 9-15).

como um recorte econômico, bem como um desenho do poder que estes fazendeiros exerciam sobre um dado espaço e sobre um montante populacional³⁴.

Nossas balizas temporais, por sua vez, compreendem os séculos XVIII e XIX, por meio dos quais analisamos a dinâmica de formação e legitimação da elite camarária da Vila Nova do Príncipe. Devido à ausência de uma documentação direta do Senado da Câmara, nossos marcos cronológicos não se fundaram sob limites bem definidos. Logo, adotamos como marco inicial, a partir das fontes disponíveis, o período de instalação da Vila Nova do Príncipe, no ano de 1788, estendendo-se até a década de 1886, data correspondente ao inventário do oficial camarário Rodrigo de Medeiros Rocha.

Os recortes espaciais e temporais sofreram alterações durante a pesquisa, sobretudo, no que diz respeito às condições impostas pela pandemia do COVID-19, tais como o fechamento de arquivos, dificuldade de acesso aos acervos, entre outros. Desse modo, o espaço que, inicialmente, compreendia o interior da Capitania do Rio Grande, reduziu-se a Vila Nova do Príncipe, principalmente, devido ao conhecimento prévio do espaço, bem como da disponibilidade de documentação digitalizada e disponível para análise. O recorte temporal, por sua vez, também sofreu modificações.

No planejamento inicial trabalharíamos com todo o século XVIII, no entanto, a ausência de registros camarários nos impeliu ao século XIX e ao uso de outros tipos documentais (contratos de arrematação; diários; balancetes da Câmara municipal; etc.), tendo em vista nos aproximar ao máximo do problema da formação e legitimação dessa elite local.

Ademais, no que concerne ao aporte metodológico desta pesquisa, recorreremos à história local e econômica e aos seus paradigmas baseados na colonização ibérica, economia de *plantation* e avanço do capitalismo, para fundamentar nossos estudos acerca dos grupos sociais no interior da Capitania do Rio Grande. No geral, buscamos reinserir as discussões sobre o local (Seridó) nos quadros gerais da historiografia colonial, elucidando as particularidades e similitudes dos processos históricos.

Nesse sentido, para dar conta do nosso objeto, fizemos uso de fontes cartoriais, base da nossa exploração empírica, sob as quais analisamos aspectos

³⁴ MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005, p.57-58.

ligados à cultura material – economia e regime fundiário - e os bens patrimoniais dessa elite local. Nesta classe de documentos investigamos inventários de 1764 a 1886, arquivados no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC), do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Neles, lançamos luz sobre os bens descritos dos *homens bons* da Vila Nova do Príncipe, sobre os quais analisamos as relações de poder, sobremaneira, a nível local, aspectos econômicos e sociais. Desse modo, ao cruzarmos tais fontes com os contratos de arrematação temos uma noção mais aproximada da influência desses grupos não só nos limites da ribeira, bem como no recorte mais amplo da capitania.

Além disso, integramos ao *corpus* documental as fontes paroquiais, empregadas na análise demográfica do Seridó, contendo elementos como ascendência e descendência familiar, local de nascimento, condição e etc. São eles: os livros de batismo (1803-1809; 1814-1818; 1818-1822), de casamento (1788-1809; 1809-1821) e de óbito (1788-1811; 1812-1838; 1838-1857). Tais registros da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana encontram-se disponíveis na Casa Paroquial São Joaquim, da Paróquia de Sant'Ana de Caicó/RN. Ademais, utilizamos nessa pesquisa um banco de dados no *Microsoft Access* desenvolvido pelo Prof. Muirakytan Macêdo, Prof. Helder Macedo e demais equipes de pesquisa a partir do ano de 1999 e que reúne as informações dos assentos paroquiais de forma sistematizada.

Os registros paroquiais, elaborados e conservados pela Igreja, apresentam em sua constituição, importantes elementos de descrição das populações coloniais, como nascimentos, uniões conjugais e óbitos, em diferentes setores da sociedade, tais como ricos e pobres, brancos, negros, indígenas e etc. Estas fontes de caráter nominativo (documentos que trazem nomes de pessoas) nos permitem uma análise demográfica e socioeconômica das sociedades proto-estatísticas, além da possibilidade do seu cruzamento com documentos de natureza jurídica e civil, igualmente, passíveis de seriação e quantificação. Tais operações permitiram-nos entrever as formações familiares e hierárquicas das elites locais, a partir das suas práticas religiosas e dos sistemas de compadrio³⁵.

³⁵ BASSANEZI, Maria Sílvia. Registros Paroquiais e Civis: Os eventos vitais na reconstituição da história. In: *O historiador e suas fontes*. São Paulo: contexto, 2009, p.140-193.

Nisto, fizemos uso dos registros de casamentos para localizar tais relações, a partir dos quais colhemos informações como a idade dos cônjuges, sua condição social, o nome das testemunhas e, em alguns casos, as dispensas matrimoniais por parentesco consanguíneo ou espiritual. Estas últimas nos possibilitaram investigar um dos aspectos da formação dessa elite local que eram as uniões matrimoniais consanguíneas. Havia no Seridó um forte receio das *velhas famílias* quanto à dispersão patrimonial que, embora, condenados pelo Tribunal Eclesiástico, eram dispensados pelas autoridades competentes. Desse modo, o casamento, enquanto um negócio de família, representava para esses grupos, feitas as devidas reservas simbólicas, um instrumento de manutenção de suas linhagens e cabedais.

Exploramos também fontes de natureza administrativa civil (termos de vereação de Natal, contratos de arrematação), por meio dos quais examinamos as dinâmicas e arranjos entre a coroa e seus vassallos nos sertões, bem como localizamos os grupos mercantis e suas atividades no interior da Capitania do Rio Grande. Entre os documentos pesquisados estão o Contrato de arrematação do gado do vento Ribeira do Seridó (1781 -1783); Contrato de arrematação do gado do vento Ribeira do Seridó (1793 -1795); Contrato dos termos reais na Ribeira do Seridó (1782); Contrato de arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Seridó (1783-1785). A historiadora Sonia Rodriguez descreve esse tipo documental como autos de arrematação de bens e serviços, normalmente, empregados na venda de bens e serviços, por meio de leilão ou hasta pública por ordem do juiz.³⁶ Buscamos, com os contratos de arrematação traçar a importância econômica e política da Ribeira do Seridó, mormente em sua dimensão fiscal, na Capitania do Rio Grande e das suas elites, ainda pouco sedimentadas e em processo de formação, na construção do seu poder e na aquisição de novas fontes de acumulação fiscal e mercantil.

Tais análises só foram possíveis devido às listas elaboradas por Helder Macedo³⁷ com base em estudos regionais, pesquisas empreendidas nos inventários *post-mortem* (1788-1822) e ações civis (1791), através das quais analisamos de

³⁶ RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. *O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010, p.133-134.

³⁷ Tais listas encontram-se disponíveis em: MACÊDO Muirakytan K. de; BUENO, Almir de Carvalho; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; ANDRADE, Juciene Batista Felix (Orgs.). *História & Memória da Câmara Municipal de Caicó*. Natal; Caicó: EDUFRN; SESC/ RN, 2016.

forma indireta os padrões sociais e variáveis comuns aos *homens bons* da Câmara do Príncipe, e problematizamos suas permanências e mudanças ao longo do processo de inserção e legitimação dos mesmos nos espaços institucionais e de poder dos sertões coloniais.

Por conseguinte, dividimos este estudo em três capítulos. No primeiro, intitulado *Sertão e colonização*, introduzimos os principais aspectos da discussão acerca do conceito de sertão e sua formação histórico-geográfica, em suas múltiplas configurações, sobretudo no semiárido nordestino. Compreendemos aqui os sertões como esse setor complementar da sociedade colonial, cuja produção, baseada na pecuária e na agricultura de subsistência, era voltada ao abastecimento de insumos da empresa portuguesa. O Seridó, por sua vez, atravessado pelas dinâmicas sertanejas, carrega em sua constituição as denominações e limites impostos pelo colonizador durante a sua expansão e povoamento, sob os quais marcham lado a lado com o gado, desbravando os rincões do Novo Mundo.

No segundo capítulo, discutiremos acerca do sertão do Seridó, objeto deste estudo, e os elementos particulares de formação dos seus espaços e gentes, enquanto integrantes do eixo de exploração colonial. Iremos nos ater a aspectos econômicos, políticos e sociais que forjaram as bases das elites políticas locais, sobre as quais nos deteremos no terceiro e último capítulo, denominado *A formação da elite sertaneja do Seridó (Séculos XVIII e XIX)*, onde discutimos os padrões de legitimação da elite camarária da Vila Nova do Príncipe (gado, terra, escravizados, cargos militares e casamentos consanguíneos), e implicações na formação dos poderes locais, de um espaço ainda em constituição.

Por fim, os capítulos encadeiam-se de modo a criar uma estrutura capaz de explicar o nosso objeto de análise, considerando as discussões teóricas e metodológicas que o perpassam, como a ideia de sertão, cuja dimensão histórica e conceitual é levantada a partir da construção simbólica dos primeiros colonizadores. Observamos também tal perspectiva durante o processo de ocupação do sertão do Seridó, bem como na sua relação econômica e dual com o litoral, inscrita no espaço, nas trocas comerciais e na sociedade. Circunscrevemos ainda tal espaço nos quadros da colonização, caracterizados, sobremaneira, pela presença do homem branco, expansão do gado e a conquista de novas terras, com os conflitos e particularidades que lhes são próprios. Assim, como em um jogo de escalas, investigamos a expressividade fiscal da Ribeira do Seridó na Capitania do Rio

Grande, bem como o poder da sua nascente elite pecuarista, cujas articulações são analisadas no último capítulo, a nível local, ou seja, a partir da Vila Nova do Príncipe e sua Câmara Municipal.

CAPÍTULO 1. SERTÃO E COLONIZAÇÃO

1.1 O conceito de Sertão: aproximações

“Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera.”³⁸

Toda história de um povo compreende em sua constituição e evolução um “sentido”³⁹, forjado por “uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos”⁴⁰ que dispostos numa ordem, seguem uma determinada orientação. No caso do Brasil essa história foi orientada pelos interesses comerciais europeus, alargados “oceano a fora” com a expansão marítima do século XV, sob o comando dos portugueses que exploraram a costa africana e conquistaram a América, lançando as bases da sua sociedade e economia. A dominação lusa consolidou-se na colônia, sobretudo, no âmbito econômico, com a exploração dos recursos naturais em benefício da Coroa e do monopólio das terras, cujo objetivo era ocupar e defender. Numa sociedade concentradora de rendas e vinculada ao mercado, os engenhos e fazendas figuraram entre as principais unidades de povoamento e produção.⁴¹

Quanto a sua ocupação, observou uma “disseminação pasmosa e sem paralelo que aparta e isola indivíduos”⁴², criou núcleos populacionais esparsos e de difícil comunicação, concentrados, principalmente, no litoral, devido ao caráter agrícola da colonização na América Portuguesa, que priorizou áreas férteis, úmidas e quentes⁴³. Os interiores foram ocupados apenas no século XVIII, impulsionados *a priori* pela descoberta de ouro em Minas Gerais. De acordo com Laura de Mello e Souza,

“Numa colônia cujas fronteiras ainda eram móveis e provisórias, cujos limites só seriam traçados em 1777 – mas que, até o século XX, seriam redefinidos –, a expansão e as frentes do povoamento eram extremamente importantes. O aventurar-se num sertão inóspito, desconhecido e cheio dos nativos da terra era uma empresa arriscada; muitos o faziam tendo em vistas a riqueza rápida que daí poderia advir, recrutando vadios, criminosos e toda a sorte de infratores para engrossarem a expedição.”⁴⁴

³⁸ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994. p. 402.

³⁹ Ver: PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense. 6ª ed. 1961, p.13-26.

⁴⁰ *Ibidem*, p.13.

⁴¹ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco – Século XVII*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997, p.13.

⁴² PRADO JR., *op. cit.*, p. 31.

⁴³ *Ibidem*, p. 33.

⁴⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2015, p. 100.

Os arranjos sociais que se forjaram a partir desse empreendimento colonial, basearam-se, sobretudo, na abundância de terras, na mercantilização da produção e na mão-de-obra escrava.⁴⁵ Essas configurações divergiam da rígida hierarquia lusa, pela presença de elementos como a “raça”, a cor e o status.⁴⁶ O devassamento dos sertões se fez, portanto, à medida que a conquista avançou e abriu novas vias de expansão e povoamento no interior, este, caracterizado inicialmente como “o coração das terras”⁴⁷ ou como aquele que se “opõe-se ao marítimo, e costa (...)”⁴⁸. Conhecidos também, mais tarde, pela hostilidade das secas, fúria dos gentios e fazendas de gado, os sertões incultos inscreveram-se não só nos espaços, como também nas letras.

O termo empregado desde o século XIV pelos portugueses como “sertão” ou “certão” referia-se a áreas situadas em Portugal, mas distantes de Lisboa. Somente no século XV, a palavra sertão passa a designar o vasto interior, desconhecido e selvagem das possessões recém-conquistadas dos portugueses.⁴⁹ De acordo com estudiosos, o termo tem suas raízes etimológicas na palavra *desertão* que corresponde àquilo que é *deserto*, *abandonado* e *desabitado*; Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa de Rafael Bluteau sertão é definido como “o interior, o coração das terras, oppõe-fe ao maritimo, e cofta v, g, ti Cidade- do Jertão. § O fertão toraa-fe ppr mato jonge; da cofta”⁵⁰. O sentido atribuído pelos dicionários de língua portuguesa dos séculos XVIII e XIX à palavra sertão encerram em sua definição o caráter dual do termo, caracterizado pelos seus aspectos espacial (interior) e social (pouco povoado).⁵¹ Essa grafia foi amplamente utilizada até o final do século XVIII pela Coroa e suas autoridades, nas documentações oficiais há exemplos disso:

“Joseph da Silva Torraes morador nesta Cidade, que elle tinha escravos; e carecendo de terras para plantar mantimentos, entrára na diligencia de as

⁴⁵ FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010. p.19.

⁴⁶ *Ibidem*, p.17.

⁴⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa recopilado de todos os impressos até o presente*. Tomo segundo. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823, p. 673.

⁴⁸ *Ibidem*, 673.

⁴⁹ AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 147.

⁵⁰ BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z)*, Tomo Segundo, 1789, p.396.

⁵¹ LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999, p.57.

procurar, e as achára devolutas no Certam do Camh. das Minas na quadra da fazenda chamada o sitio das pedras para a parte do Norte cujas terras partem pela parte do Norte, com os certoens, e pela do Sul partem com os mesmos Certoenz geraes.”⁵²

Nesse sentido, o termo “sertão” foi “uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses”⁵³, por meio do avanço das missões pelo interior do Brasil, realizadas por viajantes, missionários e cronistas que incorporaram ao seu entendimento as especificidades da colonização portuguesa, caracterizada por seus mercadores voltados para o mar e pela presença da Igreja e do Estado.⁵⁴ Logo, os sertões enquanto espaço colonial forjaram-se à medida do avanço e intensificação do povoamento pelo interior. Conforme esses espaços foram explorados e colonizados, suas superfícies adquirem contornos distintos, com denominações próprias e subdivisões cada vez mais delimitadas.⁵⁵

Com a ampliação da dominação colonial, os sertões foram transferidos para dentro do continente com as mesmas características: *o espaço desconhecido, vasto, deserto, despovoado, áspero, traiçoeiro, calamitoso e isolado*.⁵⁶ O vazio, enquanto qualidade atribuída ao interior da colônia, constituía-se a partir da ausência do conquistador, do colono, dominador dos espaços e das gentes. Ou seja, os sertões coloniais eram uma imensidão a ser explorada. No *Roteiro do Maranhão à Goiás pela Capitania do Piauí*, o autor apresenta essa imensidão pouco conhecida e áspera,

“Deste vasto e dilatado País foi descobridor Domingos Afonso Sertão. Criador de gado nas fazendas, que possuía nas margens do rio de São Francisco a Casa da Torre da Bahia. Dela auxiliado, depois de atravessar trinta, ou quarenta léguas de sertão aspérrimo, entrou pelas cabeceiras do rio Piauí, onde estabeleceu as primeiras fazendas com gados que trouxe do rio de São Francisco, E daqui vem o nome de Piauí, que conserva ainda hoje a dita Capitania.”⁵⁷

⁵² Trecho retirado de: *Requerimento de José da Silva Torraes ao Rei [D.José], solicitando confirmação de sesmaria no sertão do Caminho das Minas*. Arquivo Histórico Ultramarino. Brasil-Geral. cx. 18, Doc. 1533.

⁵³ AMADO, Janaína. *op. cit.*, p.148.

⁵⁴ LIMA, Nísia Trindade. *op. cit.*, p.57.

⁵⁵ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 74.

⁵⁶ Rêgo, André R. H. (2014). Visões do sertão: o interior das terras no Brasil colonial e na África. Portuguesa. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 175(463):235-278, abr./jun. 2014, p.242.

⁵⁷ *Roteiro do Maranhão pela capitania do Piauí*. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXII, parte I, 1900, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 75 e 76.

Ao descrever a colonização, Fernando Novais atribui esse processo à expansão, povoamento e valorização de novas regiões⁵⁸, entre elas os *sertões aspérrimos* descritos no *Roteiro do Maranhão à Goiás pela Capitania do Piauí*, associados a partir do século XVII ao criatório de gado. O sertão colonial se constituiu, portanto, enquanto espaço a ser conquistado/valorizado pelo conquistador, mas não sem dualidades, uma vez que essa dinâmica se dá em oposição ao litoral, do espaço povoado em relação ao espaço despovoado, das áreas civilizadas em relação às áreas habitadas pelos *bárbaros*⁵⁹. O litoral qualificou-se no período colonial enquanto o lugar do conhecido, delimitado, colonizado, dominado pelos brancos e o sertão como o interior da colônia, isolado, desconhecido e habitado pelo *gentio*.⁶⁰

Assim, o conquistador caminha em direção ao interior, mas também em oposição a tudo que a costa representa. De acordo com Candice Vidal, “o Oeste, no caso, brasileiro vem a significar a antítese da costa”⁶¹. Ampliando essa noção de sertão, a autora defende que a formação desses espaços se deu a partir de seus aspectos antagônicos, forjados na interiorização da colonização, ávida pelas jazidas de ouro e pelos currais do gado.⁶²

Nos primeiros anos da ocupação o desbravamento do interior foi freado pela necessidade de defesa das possessões portuguesas de ameaças estrangeiras. No entanto, as lendas acerca do *Eldorado* e o desenvolvimento da cultura de açúcar no litoral impulsionara a Coroa portuguesa em direção aos sertões nordestinos. Como discutido anteriormente, tais áreas representavam não só uma possibilidade de enriquecimento, bem como de terras disponíveis a criação de gado e refúgio para os *desclassificados* como indígenas, escravizados e vadios.

Alvo da conquista portuguesa, o sertão percorrido pelo colonizador europeu foi alvo de sua dominação, bem como era lugar *deixado por ocupar*, atravessado por gentes singulares - o sertanejo - e pela extensão geográfica desafiadora para os espaços de controle do território.⁶³ De acordo com Almeida Prado, “a entrada no sertão se revestiu de caráter mais trágico, que os desembarques nos ancoradouros

⁵⁸ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 58.

⁵⁹ FONSECA, *op. cit.*, p. 60.

⁶⁰ AMADO, Janaina. *op. cit.*, p.148.

⁶¹ VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. 2. ed. Goiânia; Editora UFG, 2015. p.51.

⁶² *Ibidem*, p. 51-52.

⁶³ *Ibidem*, p. 56.

da Costa, onde em caso de insucesso podiam os tripulantes voltar a bordo e tranquilamente prosseguir viagem”⁶⁴.

Tal entrada viabilizada pela necessidade econômica das vilas açucareiras de víveres, acessórios como farinha, carne seca e couro, precedeu até mesmo a fronteira primeira do povoamento. Nos sertões instalaram-se os currais, para só então se fixar a população. Aos pioneiros desse processo abriram-se, sobretudo, possibilidades de aventurar-se na criação dos gados *vacum*, *cavalar*, *cabrum* e *ovelhar*. Logo, o regime pastoril respondeu pelo processo de interiorização dessas áreas, conquistando-as, povoando-as e tornando-as produtivas com escravos, vaqueiros e algumas famílias. A atividade pecuarista ligou os centros produtores aos seus consumidores, aproximando o sertão do litoral, por meio do comércio de mercadorias e fixando o colono ao solo.

Quanto ao sertanejo, sujeito sobre(vivente) da *tragicidade* dos sertões, o ocupava a partir do seu desajuste à vida dos engenhos e vilas litorâneas. Os colonos empobrecidos que não encontravam colocação nas lavouras de açúcar, descobriram nos sertões a possibilidade de fazerem cabedal nas lides pastoris. O sertanejo, resultante do encontro entre o português e o indígena, acompanhou a mobilidade das fronteiras e a simbiose das paisagens, pessoas e culturas na expansão dos núcleos litorâneos pelo interior. O sertão e o sertanejo, ocupavam o lugar, nos primeiros anos da colonização, que anuncia o desconhecido e do espaço social a conquistar.⁶⁵

À medida do povoamento e formação dos primeiros arraiais, o *sertão/deserto* dá espaço a novas nomenclaturas. Trata-se de um processo concomitante à criação dos territórios na colônia, que foram ocupados, nomeados e subdivididos em unidades. Embora classificações como arraial pareçam genéricas ou vagas a princípio, deve-se ao espaço ao qual elas representavam, em constante mutação e cujos limites ainda não haviam se estabelecido de forma clara.

O poder eclesiástico exerceu um papel importante no ordenamento e nomeação dessas áreas recém-ocupadas, com a criação das primeiras freguesias e a expansão da malha paroquial.⁶⁶ A ocupação dos sertões, precedida pela instalação dos currais, foi acompanhada por um povoamento de forma esparsa que

⁶⁴ PRADO, J. F. Almeida. *Consulta à Pernambuco e às Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*. 1º Tomo. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1939. p.150.

⁶⁵ LIMA, Nísia Trindade. *op. cit.*, p.43.

⁶⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. *op. cit.*, p. 81.

se organizou, mais tarde, em sedes paroquiais. É possível por meio desses marcos estabelecer indiretamente relações entre o desenvolvimento demográfico-econômico dessas áreas e a ampliação da malha eclesiástica.

No entanto, é preciso esclarecer que nem sempre os critérios econômico e demográfico orientavam a construção de capelas, uma vez que esse processo também foi influenciado por questões políticas. Logo, as paróquias nem sempre foram criadas em lugares povoados e prósperos das capitanias. Além das atividades dedicadas à religiosidade, as paróquias e freguesias serviam também à administração civil e fiscal, com os recenseamentos e cobrança de impostos.⁶⁷ De acordo com Almeida Prado, “em toda parte onde havia estabelecimento de portugueses, encontravam-se agentes do fisco junto do padre e capitão, lembrança concreta da (...) burocracia do reino.”⁶⁸

Com a chegada do poder civil aos sertões, na figura das câmaras municipais, temos o abrandamento do isolamento físico e social desses espaços, marcados pela imagem da autonomia e distância em relação ao poder público, uma espécie de marca constitutiva, comum aos sertões pastoris.⁶⁹ O papel das câmaras coloniais era garantir a exploração e ocupação desses lugares, combatendo os indígenas, conservando as fortificações e remunerando os soldados, em troca os *homens bons* recebiam privilégios e postos honoríficos. Com a concessão do título de vila aos arraiais eles passavam a dispor também de juízes para administrar a justiça em primeira instância e de corpos de milícias responsáveis pelo controle dos territórios concelhios.⁷⁰ De acordo com Cláudia Fonseca: “para que este pacto no qual se baseavam as relações entre a metrópole e os colonos funcionasse, era preciso que houvesse instrumentos coercitivos - ou seja, uma estrutura judiciária -, mas também mecanismos e espaços de comunicação.”⁷¹

As câmaras municipais, no período colonial, são comumente interpretadas a partir de uma historiografia⁷² como células de esvaziamento do poder metropolitano

⁶⁷ *Ibidem*, p.84-85.

⁶⁸ PRADO, J. F. Almeida. *Consulta à Pernambuco e às Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*. 1º Tomo. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1939. p.174.

⁶⁹ LIMA, Nísia Trindade. *op. cit.*, p.59.

⁷⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. *op. cit.*, p.132.

⁷¹ *Ibidem*, p.132.

⁷² Aqui destacamos os trabalhos de Maria Fernanda Bicalho (*As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro*, 1999); Charles Boxer (*O império marítimo português: 1415-1825*, 2002); António Manuel Hespanha (*As vésperas do Leviathan - instituições e poder político em Portugal, século XVII*, 1994); RUSSELL-WOOD, A. J. R. (*Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808*, 1998).

em detrimento do poder municipal, por inferir sobre questões como o lançamento e arrecadação de taxas que antes competiam ao domínio geral do rei. A autonomia dos conselhos municipais advinha, portanto, da sua capacidade de não só administrar impostos, bem como de lançar tributos “sobre si”. Nesse sentido, as câmaras sertanejas, caracterizadas por seu isolamento físico e social, expressavam essa autonomia, na auto gerência de questões voltadas à distribuição de terras municipais, arruamentos, construção de pontes, conservação de chafarizes e etc. Foi a distância em relação ao poder público e, posteriormente, aos projetos modernizadores, o elemento constitutivo dessa autonomia nos sertões pecuaristas. De acordo com Ricardo Cassiano, caminhar “para dentro da terra era ‘horizontalizar-se’ [...] voltar para a independência”.⁷³

Neste sentido, em seu aspecto político o sertão foi definido a partir da sua distância e autonomia⁷⁴ em relação ao poder da Coroa, esta última determinada conforme a anuência do poder metropolitano. No período republicano, o sertão viria a integrar, por sua vez, o campo semântico da “incorporação, progresso, civilização e conquista”⁷⁵. Nessa perspectiva ele assume um dos pólos do dualismo sertão/litoral, onde o *atraso* sobrepõe o moderno, a natureza o urbano e a *barbárie* a civilização. De acordo com Nísia Trindade, “a ideia de construir o sertão a partir do litoral marca o pensamento social brasileiro”.⁷⁶

Em suma, os sertões configuraram-se no período colonial não como um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferentes lugares. Trata-se, portanto, de um símbolo associado a áreas *distantes da colonização*, que atua como um qualitativo local em seu processo de valoração. O sertão para além da sua materialidade terrestre, caracterizou-se pela sua realidade simbólica, enquanto discurso de um lugar, que o classifica a partir da mentalidade reinante e dos

⁷³ SOUZA, 2015, p.52 *apud* RICARDO, 1940, p.21-22.

⁷⁴ A dimensão do poder local na colônia contribuiu com a consolidação da conquista na América portuguesa. As câmaras municipais, enquanto mediadoras dos interesses locais e metropolitanos, foram um importante espaço de manifestações das elites dirigentes, fundamentais ao processo de centralização do poder régio. Logo, a autonomia camarária, tanto nos espaços litorâneos quanto nos sertanejos, exercia uma função na dinâmica colonial necessária à manutenção das relações entre os colonos e a Coroa e sua autonomia forjava-se, sobretudo, nessa relação à medida do consentimento do Estado metropolitano. Ver: COELHO, Rafael da Silva. *A Bahia em suas negociações com a metrópole: tributação, dinheiro e açúcar na segunda metade do século XVII*. 2019. 317 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019. p. 78-129, especialmente a partir da página 17.

⁷⁵ LIMA, Nísia Trindade. *op. cit.*, p.60.

⁷⁶ *Ibidem*, p.61.

interesses vigentes. O objeto empírico desta qualificação variou de acordo com as áreas sob as quais ele incidiu.⁷⁷

“Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar.”⁷⁸

Dos aspectos acima discutidos há um traço geral identificável na construção conceitual dos sertões coloniais: tal termo era aplicável usualmente a novos lugares ou para designar novas ondas colonizadoras. O sertão era o espaço da expansão metropolitana, que buscava incorporar novas áreas aos seus fluxos econômicos e a sua órbita de poder. No entanto, para isso era necessário um contraponto que lhe conferisse alteridade, uma antípoda. O sertão se definiu em oposição à situação *geográfica* do litoral, em sua ausência e disparidades, se estabeleceu enquanto o referente negativo da costa. Constituídos a partir do olhar europeu, os sertões carregavam em sua imagem os pré-conceitos estrangeiros e os seus interesses, que atribuem a esses espaços juízos que objetivavam a sua alteração/transformação.⁷⁹

Para pensar tais *locus* e distâncias é necessário analisar o horizonte geográfico do colonizador, que qualifica os sertões, considerando seu referencial de localização e comparação. Moraes afirma que “perto ou longe são qualitativos multi-escalares”⁸⁰, que exigem condições de medida, uma vez que refere-se a um espaço ainda em construção, sem familiaridade, fora dos circuitos cotidianos de circulação.⁸¹ Em carta de pedido de sesmaria na Capitania da Bahia de Todos os Santos de Brás Frágoso de Peroaçu, a costa é usada como referência ao sertão e à descrição da extensão das terras solicitadas: “*o que for ao longo da Costa do mar, medindo direto, sem rodear, e para o Sertão ao longo do dito Rio de Peroaçu acima até uma legua, que se chama Ubirapitanga inclusive com a dita agua, que se vae*

⁷⁷ Ver: MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: Um “outro” geográfico. *Terra Brasilis*, p.1-8, 2003. Disponível em: [O Sertão. Um “outro” geográfico | Semantic Scholar](#). Acesso: 26/09/2022.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 2.

⁷⁹ MORAES, Antonio Carlos Robert. *op. cit.*, p.3.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 4.

⁸¹ *Ibidem*, p. 4.

metter no dito Rio de Peroaçû, que será quatro Leguas".⁸² Em outro pedido de sesmaria de Duarte Dias, na mesma capitania temos:

“oito Leguas ao longo da Costa pouco mais, ou menos, pelo Sertão dentro cinco Leguas, a qual terra começava onde se acabava a terra, de que El-Rei Dom João, que haja Gloria fizera mercê ao Conde da Castanheira, que era tres Leguas do Porto da Injuria até o Rio real para contra oeste, que podiam ser as ditas oito leguas ao longo da Costa, como tido é e as cinco pelo Sertão”⁸³

Logo, a ideia de longínquo adaptava-se de acordo com o espaço de circulação desses grupos, usado, em geral, como referência. O caráter afastado e isolado dos sertões produz-se também a partir de uma perspectiva que equivale, geralmente, ao desconhecimento do território. Esse distanciamento acentua-se de acordo com o nível e intensidade de contato dessas áreas com o mundo exterior. Por fim, a nomeação dos espaços sertanejos revela um lugar a ser conquistado, passível da expansão metropolitana e do seu domínio econômico e político. Conhecer, ocupar, povoar e explorar esses territórios foram algumas diretrizes que perpassaram a formação dos espaços coloniais e, posteriormente, a sua integração ao Império.⁸⁴

No século XIX, o conceito de sertão assumiu novos contornos aproximando-se do seu uso atual, associado à região semi-árida do nordeste brasileiro e à pecuária, atividade econômica predominante nessas áreas. Câmara Cascudo ao tomar o sertão como o lugar da pecuária e da permanência de antigos costumes e tradições, fixa-o mais ao Norte e Nordeste. Em seu livro *Viajando o Sertão*, ele comenta:

“O Sertão foi povoado, dos fins do século XVII para o correr do século XVIII, por gente fisicamente forte e etnicamente superior. Enfrentava os índios quem não tinha medo de morrer nem remorsos de matar. As famílias seguiam o chefe que ia fazer seu “curral” nas terras sabidamente povoadas de paiacus, janduís, panatis, pégas, caicós, nômades atrevidos, jarretando o gado e trucidando os brancos. O gado era o fixador. Era gado vindo da Ilha da Madeira.”⁸⁵

⁸² Trecho retirado de: *Doação das terras de Brás Fragoso de Peroaçû*. Documentos históricos – mandatos, alvará, provisões, sesmarias (149-1553) /correspondência dos governadores gerais (1698-1714). Ministério da Educação e Saúde/ Biblioteca Nacional. Vol. XXXVIII. Rio de Janeiro, 1937. p. 249.

⁸³ Trecho retirado de: *Registro de doze leguas de terra de Duarte Dias*. Documentos históricos – mandatos, alvará, provisões, sesmarias (149-1553) /correspondência dos governadores gerais (1698-1714). Ministério da Educação e Saúde/ Biblioteca Nacional. Vol. XXXVIII. Rio de Janeiro, 1937. p. 261.

⁸⁴ MORAES, Antonio Carlos Robert. *op. cit.*, p.4-5.

⁸⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *Viajando o Sertão*. Editora Global: São Paulo, 2012. p.35.

Cascudo ainda observa que a conquista do sertão que obedeceu ao curso dos rios e ribeiras, aproveitou suas vazantes para fixar as fazendas de gado. A *guerra dos índios*, segundo o autor, de 1688 aos princípios do século XVIII, foi um demonstrativo do gado presente nesses recônditos. A família sertaneja, portanto, tem em seu fundamento um homem pastoril afeito às batalhas do campo e às necessidades das descobertas de novas pastagens.⁸⁶ Cascudo ainda acrescenta:

“O meio de vida criou o tipo do fazendeiro pomposo do século XIX que, cem anos antes, era o dominador dos índios, caçando as caboclas à pata de cavalo para os haréns, metendo-se em *raids* extensos pelas matas e serras brutas, sitiando os currais nos lugares mais altos ou abrigados [...] A necessidade da defesa imediata contra o índio implacável criou o uso indispensável das armas, o emprego do desforço pessoal, a confiança em seus próprios elementos de defesa, o orgulho das pontarias seguras e das armas brancas, manejadas agilmente. Um mundo de agregados, uma pequena indústria caseira de fiação substituía a feira longínqua que a insegurança dos caminhos afastava da assiduidade. A figura do fazendeiro, como o conhecemos depois, era uma deformação do seu ascendente, tão vaqueiro como seus “camaradas”, indo dar campo ao lado dos escravos de confiança, na identidade dos processos de trabalho e risco.”⁸⁷

Tais elementos estavam presentes na constituição do sertanejo, adaptado a ambientes hostis. Estes homens combateram a natureza e “acudiram” as fazendas de gado. A tarefa de reunir os numerosos rebanhos, protegê-los do ataque de outros animais ou de tocá-los para os cercados, exercitou no sertanejo a resistência e força física, que lhes conferiu ao longo do tempo robustez e operosidade no trato com os animais. De acordo com Oswaldo Lamartine, a vocação histórica do sertanejo é o gado, foi por meio da atividade pastorícia que ele garantiu seu sustento e de áreas circunvizinhas por meio do comércio nas feiras.⁸⁸ A ideia da pecuária enquanto base da economia e elemento definidor do sertão nordestino ganha espaço no oitocentos.

Em viagem pelo Brasil, os naturalistas alemães Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix⁸⁹, ao descreverem o sertão nordestino destacaram a necessidade de comunicação desses espaços com a costa e da pacificação dos povos indígenas, inserindo-os como remadores do mesmo curso d'água, “pelo mais pacífico de todos os meios, o tráfego comercial.”⁹⁰ Para os

⁸⁶ *Ibidem*, p.35.

⁸⁷ *Ibidem*, p.35.

⁸⁸ LAMARTINE, Oswaldo. *Sertões do Seridó*. Senado Federal/Centro Gráfico. Brasília, 1980. p.55.

⁸⁹ A missão de Spix e Martius foi realizada por ordem do rei da Baviera, Maximiliano José I e tinha como meta principal a formação de um acervo científico para seu recém-fundado reino.

⁹⁰ SPIX, J.B. Von; MARTIUS, C.P.F. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. Vol. II. p.73.

naturalistas, o comércio, sobretudo do gado, seria o responsável por civilizar os sertões, com sociabilidades e costumes amenos. A abordagem do sertão enquanto modo de vida associado à atividade pecuária apresenta-se em textos expressivos de Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna e Nelson Werneck Sodré⁹¹. Os sertões Capistranos, em especial, constituíram-se na esteira da expansão territorial, ora perpetrada pela Coroa, ora por seus súditos. Formado academicamente num ambiente cientificista, Capistrano foi influenciado pelo pensamento intelectual de fins do século XIX, baseado em pressupostos evolucionistas, de valorização da natureza, raça, objetividade e imparcialidade.

A história figurava nesse momento como um mecanismo auto-regulado, submetido a leis e passível de um conhecimento objetivo. Tais elementos estão presentes na sua obra que assumiu velhos e novos caminhos, com elementos políticos e administrativos, bem como identitários do povo brasileiro. Os sujeitos em “Capítulos de História Colonial” são mais sertanejos do que litorâneos e se diferenciavam dos modelos até então adotados pela historiografia do português ou da elite luso-brasileira⁹².

Na obra de Capistrano de Abreu os sertões são muitos, são múltiplos em seus aspectos geográficos e históricos, por meio deles desvelaram-se os caminhos do povoamento do interior e suas motivações econômicas. Seu fluxo percorreu os sertões de dentro e de fora:

“Se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora, começando pela Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam as correntes baiana e pernambucana. A estrada que partia da ribeira do Acaraú atravessava a do Jaguaribe, procurava o alto Piranhas e por Pombal, Patos, Campina Grande, bifurcava-se o Paraíba e Capibaribe, avantajava-se a toda região. Também no alto Piranhas confluíram o movimento baiano e o movimento pernambucano, como já fica indicado. (...)”⁹³

Os caminhos abertos pelo gado levaram a interiores cada vez mais profundos, dominados pelos mamelucos de “pele quase cor de café, amarela ou quase branca”⁹⁴, e pelos conflitos indígenas. Conforme as populações se fixaram, as

⁹¹ Ver: Capistrano de Abreu (Capítulos de história colonial: 1500-1800, 1998); Nelson Werneck Sodré (Formação histórica do Brasil, 1968); Oliveira Vianna (Populações meridionais do Brasil, 2010).

⁹² Ver: REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907). *O surgimento de um povo novo: o povo brasileiro*. Revista de História (FFLCH-USP), São Paulo, v.138, 1998. Disponível em: 18843-Texto do artigo-22374-1-10-20120523.pdf. Acesso em: 17/05/21.

⁹³ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p.137.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 208.

primeiras povoações surgiram e juntamente a elas as fazendas de gado, sua principal unidade econômica. De acordo com Capistrano de Abreu:

“Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros.”⁹⁵

O autor discutiu a pecuária e sua economia dentro de um quadro geral caracterizado pela necessidade de interiorização, ante o avanço do criatório do gado nas áreas de cultivo da cana. Embora complementares, gado e cana-de-açúcar excluíam-se quando se tratava de habitar as mesmas terras. O uso quase absoluto do solo pela lavoura e sua rentabilidade econômica, impossibilitaram a atividade pastorícia no litoral, que foi “empurrada” em direção aos sertões. A pecuária desempenhou um importante papel no povoamento e ordenamento dos interiores, no período colonial. Os primeiros núcleos populacionais desenvolveram-se na esteira das fazendas de gado que conforme avançavam sob novos espaços, gentes e mercados, eram alçadas à condição de vilas.

Caracterizados por Abreu pelo seu caráter econômico e demográfico, esboçado na expansão territorial, os sertões coloniais são interpretados como um espaço fundamental na formação do Brasil e conceito-chave para interpretá-lo⁹⁶. Por sua vez, Anthony J. R. Russel-Wood em “*Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808*”⁹⁷ busca compreendê-lo a partir de uma dinâmica de centro e periferia, explorada, numa perspectiva em que a metrópole, centralizada e hegemônica, figurava como um elemento opressor na administração colonial, com a tomada de decisões baseadas unicamente em seus interesses e sem a participação dos colonos. Essa dominação insensível e de rígidas atitudes teria perpassado ainda as dimensões financeiras, comerciais e políticas da América portuguesa. A fraqueza metropolitana no interior do Brasil teria conferido autonomia política às gentes e

⁹⁵ *Ibidem*, 135.

⁹⁶ Ver: VAINFAS, Ronaldo. O sertão e os sertões na história luso-brasileira. *Revista de História da Sociedade e da Cultura, Centro de História da Sociedade e Cultura*, Universidade de Coimbra, vol.19, 2019, p. 229 e seguintes.

⁹⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, São Paulo, 1988. Para uma crítica contra o modelo seguido por Russel-Wood, conferir COELHO, Rafael da Silva. *A Bahia em suas negociações com a metrópole: tributação, dinheiro e açúcar na segunda metade do século XVII*. 2019. 317 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019. p. 78-129, especialmente a partir da página 90.

espaços coloniais, tais como os sertões e os sertanejos, que assumiram nesse contexto uma posição um tanto tensa e de distância em relação ao governo da Coroa.

Tal autonomia, contudo, era um ganho para a Coroa que, aos poucos, estendeu seu domínio e suas instituições em um território hostil, colonizado para Portugal por iniciativa, principalmente, de particulares. De acordo com Caio Prado Júnior a lavoura de açúcar, voltada ao mercado externo, desenvolveu-se no litoral, ocupando largas extensões de terra. Com o tempo, o uso quase absoluto dos solos pelo cultivo da cana comprometeu o criatório de gado que se expandiu pelos sertões, em busca de condições mais propícias ao seu desenvolvimento, voltado ao abastecimento do mercado interno. Nesse sentido, o sertão não se configurou isoladamente, mas integrado à economia da colônia e, portanto, ao domínio metropolitano. Grosso modo, entendemos que os sertões são fruto do processo de colonização e, portanto, já nasceram coloniais, mas marcados pelos distanciamentos político e dificuldades mercantis que os atraíam e afastavam das principais praças do litoral; sua integração aos principais centros da colônia ocorria e se desenvolvia, principalmente, por meio da exploração econômica e fiscal.

Em “Formação do Brasil Contemporâneo” de Caio Prado Jr., analisamos mais detalhadamente essa relação entre a ocupação do interior e os centros de abastecimento do mercado mundial. As fazendas de gado forneciam carne, couro e transporte às regiões produtoras de açúcar e minério, rentáveis economicamente à Coroa. De acordo com Manuel Correia de Andrade, “o gado para chegar ao mercado consumidor fazia intermináveis caminhadas, havendo pessoas especializadas na condução destes animais”.⁹⁸ As boiadas oriundas do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, eram compostas de 100 a 300 cabeças de gado que caminhavam de 15 a 20 dias, emendando dia e noite nas regiões em que não havia água⁹⁹. A pecuária conquistou a maior porção do território que hoje corresponde ao Nordeste.

Em complemento a economia açucareira foi indispensável ao seu desenvolvimento e ao abastecimento dos centros urbanos. Os *desclassificados do*

⁹⁸ ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo. 4ª edição. 1980, p.167.

⁹⁹ *Ibidem*, p.167.

*açúcar*¹⁰⁰ integraram a formação dos sertões da caatinga e do gado enquanto conquistadores e força de trabalho. Desse modo, observamos que a ocupação dos interiores não obedeceu a um movimento voluntarista, mas um projeto colonizador, de exploração econômica, no qual o sertão e os sertanejos estavam integrados economicamente ao litoral, que tinha na “pecuária a razão de ser da conquista e do povoamento regional”¹⁰¹.

Em fins do século XIX e início do século XX, por sua vez, disseminou-se uma imagem do sertão, portanto, como o lugar do exótico e da pecuária, distante da modernidade, mas preservado em sua autenticidade. O contraste com o litoral e o domínio da Coroa portuguesa foram importantes indicativos na construção conceitual dos sertões, logo, os espaços afastados da costa e desconhecidos à Metrópole vertiam-se em “Certão”.

Excluídos da civilização, esses legitimam-se à medida da sua inserção na expansão colonial e na unidade nacional posteriormente. O sertão de Pernambuco, por exemplo, é definido em *Diccionario Geographico do Imperio do Brazil*¹⁰² como “o vasto território da margem esquerda do rio de São-Francisco, que foi reunido à província da Bahia, por alvará de 3 de junho de 1820. É actualmente a comarca de Rio-de-Sã-Francisco, creada por decreto de assemblea de 15 d’Outubro de 1827.” As distâncias e imagens abrandam-se, portanto, conforme os espaços e gentes são incorporados ao domínio da colônia. O sertão se constitui enquanto esse limite de contínuo movimento, do espaço povoado, cultivado, civilizado e da territorialidade que aos poucos o substitui ou o modifica, seja na sua paisagem ou na sua definição.

Por fim, ao discutirmos o conceito de sertão e a constituição dos seus espaços e gentes não nos propomos a uma definição acabada, mas sim, a uma aproximação conceitual que nos permitisse compreender o seu papel na dinâmica colonial, enquanto espaço a ser conquistado, submetido e incorporado à expansão colonial. Desse modo, apropriamo-nos dessas discussões tendo em vista aproveitar sua riqueza temática e assim traçarmos melhor os contornos da elite sertaneja do Seridó.

¹⁰⁰ Expressão utilizada por Muirakytan K. de Macêdo em capítulo do livro “Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa” para se referir aos remanescentes do açúcar (escravos fugidos, indígenas e cristãos-novos) que enxergaram nos sertões um novo horizonte de oportunidades. p.157.

¹⁰¹ *Ibidem*, p.179.

¹⁰² SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de; MOURA, Caetano Lopes de; AILLAUD, J.P de. *Diccionario Geographico do Imperio do Brazil, Historico e Descriptivo, do Imperio do Brazil*, Tomo Primeiro, 1845. p. 42.

1.2 Sertão e litoral na dinâmica da conquista

Os espaços coloniais da América portuguesa adquiriram importância à medida da sua exploração e apropriação da lógica mercantil. Por isso, a cada nova área, descobria-se um território e ampliava-se as possibilidades de explorações futuras. Ante as dificuldades financeiras e demográficas os primeiros anos da colonização se deram de forma lenta, concentrando-se, principalmente, ao longo do litoral, “cujo domínio articulado ao das praças portuguesas na África ocidental permitiria um bom controle do Atlântico sul e, logo, do grande eixo de circulação oceânica meridional”.¹⁰³

O caráter litorâneo da colonização portuguesa foi descrito por Frei Vicente Salvador como pouco aproveitado pelos lusitanos uma vez que, “[...] até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas concentram-se as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”¹⁰⁴.

O Frei Gaspar da Madre de Deus, por sua vez, justificava esse traço da dinâmica colonial portuguesa a partir do fato “que todos os generos produzidos junto ao mar podiaõ conduzir-fe para a Europa facilmente, e que os do Sertão pelo contrario nunca chegariaõ a portos, onde os embarcaífem, ou fe chegaífem, feria com defpezas taes, que aos lavradores naõ faria conta largálos pelo preço, por que fe vendeífem os da Marinha.”¹⁰⁵ Conforme Rodrigo Ricupero, a montagem de uma estrutura produtiva que permitisse a exploração dos gêneros coloniais foi acompanhada por dificuldades consolidando-se na Costa, apenas na segunda metade do século XVI, com o cultivo do açúcar, sobretudo na Bahia e Pernambuco, a vitória sob os indígenas transformados, *a posteriori*, em cativos e o domínio da terra.¹⁰⁶

As feitorias instaladas ao longo da costa litorânea constituíram-se como os primeiros marcos da territorialização e dominação mercantil dos espaços coloniais

¹⁰³ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009. p.38.

¹⁰⁴ SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010. p. 70.

¹⁰⁵ MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil publicadas de ordem da academia R. das Sciencias por Fr. Gaspar da Madre de Deos*. Lisboa: Tipografia da Academia, 1797. p. 72.

¹⁰⁶ RICUPERO, Rodrigo M. A valorização da terra ou extração de riquezas: o discurso sobre o Brasil na primeira metade do século XVII. *Temas Americanistas*, Sevilla, n.47, p.66-77, dez. 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8305813>. Acesso em: 08 mai. 2023.

na América portuguesa. De acordo com Alexander Marchant “a feitoria era uma unidade econômica que, por ser às vezes situada em territórios de povos hostis, frequentemente revestiu-se de uma importância política”¹⁰⁷. Inicialmente, tais postos comerciais serviam a Coroa como um lugar de trocas econômicas onde era armazenado e embarcado o pau-brasil. O adensamento desse processo de ocupação, por sua vez, só foi possível por meio da produção, através da qual depositava-se capitais tendo em vista um retorno futuro.

Os investimentos coloniais concentraram-se, *a priori*, na produção açucareira que apesar dos movimentos de expansão e contração da sua lavoura nos anos iniciais da ocupação, contribuiu com a fixação dos portugueses em solo americano, desvelando a praticabilidade agrícola e econômica das suas terras. A dinâmica econômica do açúcar adensou a presença lusa na costa, ao exigir terras férteis, abundância de lenha e uma distância que não sobrecarregasse os custos do seu transporte. Cabe lembrar que essa zona favorecia naturalmente a navegação, uma vez que se encontrava mais próxima da Europa¹⁰⁸. De acordo com Capistrano de Abreu “[...] esta gente não trocaria a boa vontade, as vantagens da marinha pelas asperezas e descômodos das brenhas do interior.”¹⁰⁹

Quanto ao interior, os portugueses não detinham uma estrutura que os conduzisse à instalação ou a uma relação regular deste último com o litoral. Os caminhos e itinerários delinearam-se à medida do desbravamento dos sertões, dos espaços incógnitos da colônia, em função das necessidades complementares da lavoura de açúcar. Essa expansão se iniciou com a demanda por gado no litoral açucareiro. Seu percurso progrediu, inicialmente, da costa pernambucana partindo do “sertão de fora”, e num segundo movimento seguindo a colonização baiana pelo “sertão de dentro”.¹¹⁰

Do espaço antes desconhecido forjou-se a possibilidade de abrigar terras disponíveis à pecuária, à criação de vilas, cidades e, por vezes, à exploração de

¹⁰⁷ MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil (1500-1580)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 23.

¹⁰⁸ Ver: SANTOS, M. R. A. dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. 2010. 433 f. Tese (Doutorado) – faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.39.

¹⁰⁹ ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963, p.270. In: SANTOS, M. R. A. dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. 2010. 433 f. Tese (Doutorado) – faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 39.

¹¹⁰ Ver: ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-100*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

metais preciosos. Logo, a extensão da costa e a profundidade dos interiores relacionaram-se em oposição durante o período colonial, mas também de forma complementar. É o açúcar um dos principais vetores na construção do mundo atlântico e na definição de seus espaços, engendrados no avanço gradativo do horizonte geográfico sob áreas contíguas, que lançaram adiante as fronteiras do território ocupado.

Nesse processo de enfrentamento de novos espaços e, conseqüentemente, novas gentes, a guerra dos bárbaros atuou como uma ferramenta de “limpeza do território” que demandava novas áreas para a expansão da atividade pastorícia. O ataque aos indígenas acompanhou todo o movimento de ocupação do sertão nordestino, seja numa perspectiva de liberação de terras ou de apresamento de indígenas para a escravização em unidades econômicas. Conforme Pedro Puntoni, os grupos indígenas quando aliados ou pacificados pelo colonizador tornavam-se um importante auxílio não só à realização de diferentes trabalhos, mas na defesa da terra, garantindo a segurança da empresa colonial, antes o avanço de ameaças externas.¹¹¹ A guerra aos indígenas, no entanto, não se deu de forma homogênea, mas obedeceu a um movimento desigual, de recuos e desvios, sob o qual foram territorializados os espaços e gentes do interior da colônia.¹¹²

Em sua tese de doutoramento, o geógrafo Antônio Carlos Roberto Moraes compreende as bases da formação territorial do Brasil durante o século XVI a partir da sua inserção na economia-mundo e na expansão ultramarina. Feita as devidas reservas, o autor contribui com o entendimento dos espaços coloniais (litoral/interior) ao inseri-los na dinâmica da conquista territorial. Superando análises formais das fronteiras, o autor defende que a conformação do território à dimensão legal de seus limites torna a história territorial um estudo do estabelecimento das fronteiras¹¹³.

Em sua análise, o Estado metropolitano e sua expansão ocupam um lugar central na formação e configuração espacial da colônia. De caráter contínuo e ascendente, o fluxo povoador metropolitano partia dos núcleos litorâneos alargando o horizonte geográfico do colonizador e suas fronteiras. Seu avanço se deu apoiado na lavoura da cana-de-açúcar e, por vezes, nas expedições exploradoras motivadas

¹¹¹ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 49.

¹¹² SANTOS, M. R. A. dos., *op. cit.*, p. 59-65.

¹¹³ Ver: MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil; o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Annablume, 2011, p.25.

pelo aprisionamento de indígenas e pela descoberta de riquezas naturais. O autor ainda argumenta que o gado é igualmente responsável por esse processo, ao criar novos caminhos terrestres durante o período colonial, alcançando os diferentes quadrantes do sertão¹¹⁴.

Ao mencionar o avanço dos núcleos de colonização pelos interiores, Moraes apropriou-se do conceito de sertão enquanto lugar do vazio e do selvagem, que se constituiu em oposição ao litoral, caracterizado pelo elemento colonizador. Nessa perspectiva, a singularidade brasileira é ser pátria geográfica, nação fundada pelos acontecimentos de conquista e usufruto do espaço.¹¹⁵ Ou seja, a preocupação com o vazio é constitutiva da formação territorial na América portuguesa, tornando-se parte da obra de conquista, de apropriação do espaço e da exploração colonial do homem e da terra, em seus diferentes aspectos. Os recônditos coloniais na visão de Moraes seriam objeto, portanto, de movimentos expansionistas de caráter econômico e, por vezes, político. Compreendiam a reserva territorial dos projetos metropolitanos, bem como de grupos sociais específicos:

“No geral, utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada. Nesse sentido, trata-se de um qualificativo que induz um novo processo de domínio territorial sobre os espaços enfocados, isto é, que introduz um novo surto de dominação política no âmbito espacial delimitado pela qualificação proposta.”¹¹⁶

Glória Kok, por sua vez, ao discutir a influência da cartografia indígena no processo de decodificação dos sertões coloniais, evidencia que nos três primeiros séculos de ocupação da América portuguesa, o espaço convencionalmente chamado de “sertão” pelos europeus referia-se à vastidão desconhecida e imprecisa, localizada às margens dos núcleos de povoamento, das igrejas e da esfera da administração metropolitana.¹¹⁷

Em estudo sobre a Capitania de São Paulo, a autora argumenta que a cartografia indígena produzida ao longo dos três primeiros séculos da colonização portuguesa contribuiu com a decifração dos sertões americanos. Os agentes coloniais, tais como bandeirantes, missionários, soldados, comerciantes, burocratas,

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 234.

¹¹⁵ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009, p.33.

¹¹⁶ : MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: Um “outro” geográfico. *Terra Brasilis*, p.3, 2003. Disponível em: [O Sertão. Um “outro” geográfico | Semantic Scholar](https://www.semanticscholar.org/urn:/10.1111/1755-2545.00003). Acesso: 26/09/2022.

¹¹⁷ KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, p.92, jul.- dez. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5516/7046>. Acesso em 22 de mar. 2023.

povoadores e aventureiros se valeram desse acervo cartográfico entre os séculos XVI e XVIII, tendo em vista a exploração das riquezas e a conquista dos territórios localizados ao sertão. A condição colonial, portanto, determinou uma nova orientação e organização dos espaços na América portuguesa, imprimindo seus limites por meio das fazendas, arraiais, vilas, fortes e etc.¹¹⁸

Para Alida Metcalf, na cartografia colonial, o sertão, comumente, especificava o interior do Brasil, ocupado pelos indígenas e pela mata virgem que pudesse existir em torno dos povoamentos portugueses e entre eles. Nesse sentido, a irregularidade no processo da conquista luso-brasileira, que ora avançava, ora recuava, ante a ameaça dos *gentios* e das condições naturais dos sertões, criava tais espaços intermédios entre os núcleos pioneiros.¹¹⁹ Esse processo transformou-se no início do governo pombalino, em 1750, quando do surgimento de uma geopolítica explícita e densa para as terras brasileiras.

“Cabe salientar a atuação da Coroa portuguesa, a partir de meados do Setecentos, no sentido de garantir as possessões coloniais americanas, seja por meio de medidas militares ou diplomáticas. (...) Uma nova divisão administrativa, o estímulo as expedições de levantamento, a cartografia produzida, a construção de arcos de fortalezas, a fundação direcionada de vilas no extremo-oeste, a criação do Diretório dos Índios, tudo indica uma proposta geopolítica explícita na atuação do governo de Pombal no espaço luso-americano.”¹²⁰

Na segunda metade do século XVIII foi conferido ao processo de interiorização da América portuguesa um aspecto mais racional, no que concerne aos interesses da metrópole sob as áreas sertanejas. Conforme o seu avanço em busca de novas formas de exploração, os espaços, gentes e suas dinâmicas conformaram-se ao Estado português e sua lógica mercantil, articulada ao capitalismo comercial europeu. A expansão das frentes de ocupação lusa nos sertões nordestinos, encontrou na pecuária sua principal força motriz.

De acordo com Lycurgo de Castro “o pastoreio foi o grande fator da colonização do sertão nordestino. (...) Apenas o gado, que se aclimatou na caatinga, permitiu a colonização do Nordeste, onde se desenvolveu a civilização

¹¹⁸ *Ibidem*, p.106-107.

¹¹⁹ METCALF, Alida. Vila, reino e sertão no São Paulo Colonial. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (orgs.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, p.420.

¹²⁰ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009. p.110.

essencialmente pastoril.”¹²¹ O adentramento do gado nos sertões, bem como o aumento dos rebanhos e especialização econômica desses espaços gerou as condições¹²² de consolidação da interiorização. De acordo com Rodrigo Ricupero:

“era preciso evitar ou pelo menos limitar o absenteísmo atraindo, ao contrário, homens de variados recursos ou facilitando que estes obtivessem as condições necessárias para poderem assumir as tarefas exigidas, comprometendo-se dessa maneira com a empresa colônia.”¹²³

Em estudos empreendidos a partir da década de 1940 sob a influência da História Econômica, pautados inicialmente em Prado Jr. (1994) e, depois, em Faoro (2001), Furtado (1984) e Novais (1989), faz-se uma leitura histórico/geográfica da América portuguesa a partir dos ciclos econômicos, impulsionados pelo monopólio e exploração mercantil. Logo, os sertões são interpretados nesta perspectiva a partir das demandas do complexo açucareiro por atividades de abastecimento alimentar, como a pecuária, que se desenvolveu nos interiores¹²⁴ da colônia, em complementaridade aos centros litorâneos. Assim, a formação espacial sertões na América Portuguesa foi atravessado pelas ações econômicas (exclusivo mercantil), sociais, políticas e militares de ordem vertical, que expressavam os interesses metropolitanos e dos homens coloniais.

1.3 Pecuária e a economia sertaneja

A pecuária foi um importante elemento mobilizador da ação colonial em direção aos sertões. A demanda por gado da economia açucareira no litoral impulsionou o conquistador português a percorrer os caminhos desconhecidos do interior da colônia. Tal empreitada resultou na diminuição do isolamento dessas áreas e na sua inserção nas dinâmicas mercantis da colonização por meio das fazendas de gado. As estradas construídas nas inúmeras tentativas de devassar o

¹²¹ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. Edição ilustrada. Companhia editora nacional: São Paulo, 1956, p. 205.

¹²² Aqui me refiro, sobretudo, às condições estruturais, uma vez que com o gado, instalaram-se as freguesias e vilas, responsáveis pelo controle metropolitano das áreas coloniais.

¹²³ RICUPERO, Rodrigo Monteferrante. *Formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 93-120.

¹²⁴ Ao usar o termo interior, inicialmente, nos referimos ao aspecto geográfico, no entanto, analisamos que à medida do avanço da ação colonizadora os sertões enquanto áreas distantes da atuação metropolitana são integrados ao mundo civilizado da Coroa, da ordem e da fé, transformando-se num outro interior, o civilizado, controlado pelo poder real.

interior, serviram como facilitadores no transporte e comercialização do gado para as feiras e portos.¹²⁵ A pecuária foi a base da economia no sertão nordestino e um importante elemento integrador desses espaços não só a unidade territorial da América portuguesa, bem como à própria dinâmica colonial.

George Gardner¹²⁶ em sua viagem ao interior do Brasil relata que ao percorrer os sertões do Ceará, bem como a região central do Piauí, defrontou-se com inúmeros viajantes que passavam pelo seu acampamento, com os carros cheios de algodão e couros, enquanto outros, em suas tropas de cavalos subiam carregados de mercadorias europeias e sal. A pecuária, assim como certas produções agrícolas, funcionavam na América Portuguesa como atividades subsidiárias, destinadas, em geral, a amparar os núcleos açucareiros e mineiros, no que diz respeito à alimentação, ao uso de atanados, em suas distintas aplicações e, por vezes, como força motriz nos engenhos¹²⁷.

De acordo com Capistrano de Abreu, o processo de interiorização do sertão nordestino obedeceu a dois eixos centrais, Bahia e Pernambuco, “A criação de gado primeiro se desenvolveu nas cercanias da cidade do Salvador; a conquista de Sergipe estendeu-se à margem direita do São Francisco. Na outra margem veio dar menos forte e menos acelerado movimento idêntico partido de Pernambuco”¹²⁸. Em descrição de Antonil-Andreoni acerca da extensão das terras ocupadas pelo *gado vacum* registrou-se no sertão da Bahia um território que se alongava até a barra do Rio São Francisco, distribuindo-se em partes pelo rio das Velhas, “rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Paramirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambupe, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vasabarris, na do rio Sergipe e de outros rios”¹²⁹, nos quais concentrava-se mais de quinhentos currais. Os sertões pernambucanos, no entanto, se alongavam desde a cidade de Olinda até

¹²⁵ Sobre as estradas e a sua relação com a ocupação dos sertões no período colonial, ver: ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. 2012. 504 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

¹²⁶ GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1975. p.84.

¹²⁷ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 6ª edição, 1961, p.118.

¹²⁸ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p.132.

¹²⁹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. Editora UnB: Brasília, 2014, p.213.

o rio São Francisco, contando-se oitenta léguas. Seus currais passavam de oitocentos e atendiam as demandas por boiadas do Recife até o Rio Grande.¹³⁰

À pecuária extensiva coube a responsabilidade de ocupar grande parte do território da colônia, nesses novos espaços o conquistador pôde se deparar com uma nova forma de riquezas, dissociada dos metais preciosos e do açúcar. De acordo com José Goulart, em meados do século XVIII, o número de cabeças de gado já chegava a cerca de um milhão, atraindo homens e suas famílias para as fazendas nas paragens distantes do litoral.¹³¹

O fazendeiro tornou-se nos sertões pecuaristas uma figura importante, responsável pelo domínio da indústria pastorícia. Comumente, as fazendas ficavam a cargo de um vaqueiro, enquanto seu dono conciliava no litoral os seus negócios com a plantação de açúcar. Os sertões nordestinos apresentaram, no período colonial, um alto nível de absenteísmo dos senhores das fazendas, alterando-se apenas no início do século XIX.¹³² Conforme Koster, “alguns donos vivem em suas terras, mas a maioria das fazendas que visitei é propriedade de homens de ampla prosperidade e que residem nas cidades litorâneas onde são igualmente plantadores de cana de açúcar.”¹³³ Manoel Correia de Andrade aponta que os donos dos grandes latifúndios pecuaristas viviam em Olinda ou Salvador e delegavam a empregados a administração dos currais. Era uma economia voltada para mercados distantes, situados no litoral, para onde as boiadas eram conduzidas por vaqueiros ao longo de centenas de léguas.¹³⁴

Entre os fatores que contribuíram para a ausência dos proprietários das fazendas no início da colonização dos sertões, estava a hostilidade dos indígenas locais, a dificuldade de comunicação e a dureza da vida nessas áreas. Por isso, o ofício do gado era confiado correntemente a vaqueiros. Em suas pesquisas na Capitania do Piauí, Luiz Mott assinala que “em 1697, o Piauí não era nada mais do

¹³⁰ *Ibidem*, p.214.

¹³¹ GOULART, José Alípio. *O ciclo do couro no Nordeste*. Rio de Janeiro: Serviço de informação agrícola, 1965. p.18-19.

¹³² ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. 2012. 504 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p.86.

¹³³ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. Tradução: Luís da Câmara Cascudo. Série 5ª Brasileira. Volume 221. p. 208.

¹³⁴ DINIZ, 2008. p.73 *apud* ANDRADE, Manuel Correia de. 1995, p.47.

que uma frente pioneira de vaqueiros”¹³⁵. Conforme Prado Jr., “na pecuária do sertão nordestino, o vaqueiro, que é o trabalhador que cuida do gado, recebe em geral um bezerro de cada quatro nascidos. Esse tipo de relações é talvez o de maior tradição no Brasil, pois vem desde os primórdios da colonização.”¹³⁶

No que diz respeito à criação do gado, obedecia-se às leis da natureza, criados à solta, a pastagem rarefeita e a extensão das terras dificultavam a evolução dos animais que se perdia na imensidão das caatingas, entregues à própria sorte. Os rebanhos nos sertões, de acordo com Lycurgo Filho, não seguiam nenhuma técnica de melhoria, imperavam apenas a mestiçagem e consanguinidade.¹³⁷

“Mestiçagem e aclimação produziram o tipo de boi nordestino denominado *crioulo* por muitos autores, *curraleiro* por outros e *sertanejo* por alguns poucos. [...] chamou de curraleiro ao gado que povoa o alto sertão, o vale do São Francisco, dando-o como mestiço descendente do boi europeu, principalmente da raça *Mirandesa*, variedade *Beiroa*.”¹³⁸

Em “Manual do Agricultor Brasileiro”, Taunay, aponta que este ramo da produção ainda se achava, no Brasil, na sua primitiva simplicidade¹³⁹. A tradição do “gado do vento” no sertão nordestino revela a rusticidade técnica na criação desses animais condicionada pela vasta extensão de terras, pelo clima, reduzida mão-de-obra disponível ao seu tratamento, o baixo preço dos animais e as distâncias entre os mercados.¹⁴⁰ O boi dos sertões no século XIX, apresentavam-se como um animal de pequeno talhe, estatura pequena, carne magra e pouco leite. Bem aclimatado à caatinga, era resistente a doenças e resistente ao clima hostil, vindo a sucumbir apenas durante as secas excessivas e prolongadas.

Com a chegada das secas o gado era conduzido às serras para o aproveitamento dos pastos remanescentes, o sistema de criação no sertão configurou-se como ultra extensivo em campo aberto com migrações sazonais, ou seja, desenvolvia-se em áreas subpovoadas, de pastagens pobres, onde a terra não era apropriada individualmente. Logo, criava-se o gado de forma extensiva,

¹³⁵ MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985, p.134.

¹³⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 62.

¹³⁷ FILHO, Lycurgo Santos. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p.207-209.

¹³⁸ *Ibidem*, p.207. Grifos feitos pelo autor.

¹³⁹ TAUNAY, Carlos Augusto; MARQUESE, Rafael de Bivar (org). *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.256-257.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p.256-257.

deslocando-o durante os períodos de estiagem para áreas serranas e a baixo custo. Além disso, o *gado vacum* criado nessas áreas, geralmente, apresentava uma carne mais dura e de menor qualidade. O pastoreio, durante o período colonial, em sua modalidade mais difundida - a pecuária extensiva- apresentou uma série de variedades de fazendas de gado, desde aquelas mais próximas ao litoral até as mais distantes do mercado, submetidas a climas e vegetações hostis, como mencionado anteriormente. A princípio, ambas as expressões se desenvolveram em latifúndios, compostos de numerosos sítios, ou seja, de áreas arrendadas.¹⁴¹

Apesar dessas práticas bastarem aos sertanejos durante largos anos, Taunay, aconselhava aos fazendeiros mais ricos o uso de “belas raças de gado cavalariço e vacum, para melhoramento de suas crias”¹⁴², associado a própria vegetação dos pastos secos ou dos brejos, que promoveria o aperfeiçoamento das espécies. Além disso, o autor observa que o uso de “superstições e crenças populares em patuás e orações estrombásticas, tão usuais na medicina selvagem dos sertões, de nada servem para curar as doenças e acidentes do gado (...) sim por um trabalho incansável”¹⁴³. Inferimos, no entanto, que devido à baixa monetarização dos sertões, os longos períodos de estiagem, a dificuldade de comunicação e às distâncias físicas, tais recomendações alcançaram tardiamente os sertões.

Ademais, a sociedade que se formou em torno desse núcleo pastorício era constituída basicamente pelo proprietário das terras, sua família, vaqueiros, moradores ou agregados e escravos. Os vaqueiros, enquanto figuras importantes nas dinâmicas das fazendas de gado, antigos escravos, eram responsáveis pelas iniciativas imediatas de defesa dos animais. O manejo do rebanho bravo dos sertões exigia gente *forte e resistente*¹⁴⁴. No entanto, o trabalho braçal não se restringia apenas aos escravos ou vaqueiros das fazendas, os senhores das terras também se dedicavam a lida com o gado. O fazendeiro regulava a economia local e a vida naquela sociedade, escolhendo noivos para as suas filhas, apadrinhando outros e etc.¹⁴⁵

¹⁴¹ ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo. 4ª edição. 1980.

¹⁴² TAUNAY, *op. cit.*, 257-258.

¹⁴³ *Ibidem*, p.257-258.

¹⁴⁴ Expressão utilizada por Juvenal Lamartine para se referir ao homem sertanejo, em caderno de anotações sobre prestação de contas da vaqueirice da Fazenda Cacimba das Cabras, localizada em Acari. Tais anotações foram transcritas por Nathália Diniz e estão disponíveis em sua dissertação de mestrado: *Velhas fazendas da Ribeira do Seridó*.

¹⁴⁵ DINIZ, *op. cit.*, p. 76-78.

Os currais feitos de pau-a-pique recolhiam o gado para a ferra e demais benefícios. Às sextas-feiras se fazia a apartação do rebanho e recolhia-se o dízimo, pago à princípio à igreja. Arrematado geralmente em hasta pública, constituiu-se como um negócio bastante lucrativo no período colonial. Após esse processo é que se iniciava a ferra do rebanho, o fazendeiro marcava os três primeiros bezerras ou poldros com seu ferro, sendo o quarto reservado ao seu vaqueiro como pagamento, acordado em contrato verbal a qual a este último cabia um animal a cada 4 ou 5 que nascessem.¹⁴⁶ Nos sertões os limites ainda imprecisos, por vezes, favoreciam a mistura dos rebanhos. Para evitar tais situações, os donos das fazendas diferenciavam seus animais dos demais pelo ferro. Praticada uma vez ao ano, as crias de mais de seis meses eram marcadas, garantindo não só a sua identificação, como também a posse do gado.

A pecuária sertaneja foi, de acordo com André Antonil uma das opulências do Brasil e era responsável em 1711 pela existência de 800 currais nos sertões pernambucanos. Ele continua:

“(...) assim como há currais nos territórios da Bahia e de Pernambuco, e de outras capitanias, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas mil cabeças, assim a fazenda a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos assim nos sítios como também nos caminhos.”¹⁴⁷

As boiadas não só abasteciam de carne os centros litorâneos, bem como alimentavam o comércio do couro, a partir do qual produtos, como o tabaco, embarcava todos os anos enrolado em suas peças de atanado. Sendo necessário, por vezes, encourar vinte e sete mil e quinhentos rolos. Conforme Antonil, iam da Bahia até o Reino anualmente cerca de cinquenta mil meios de sola¹⁴⁸. O comércio do couro era uma atividade antiga na colônia, ao ponto de o autor preocupar-se em calcular os custos do couro cabelo e de um meio de sola, geralmente, exportados para Lisboa.

Nas capitanias da Paraíba e Pernambuco, por exemplo, um dos produtos mais expressivos na balança comercial das exportações, depois do açúcar, era a sola. Os couros salgados pernambucanos figuravam entre os preferidos e as

¹⁴⁶ DINIZ, Nathália Maria M., p.81 *apud* LAMARTINE, Juvenal, 1996, p.101.

¹⁴⁷ ANTONIL, *op. cit.*, p.215.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p.216.

melhores peças eram enviadas aos mercados da Itália, Flandres e Holanda. Cada peça custava no Brasil algo em torno de 2.300 a 2.400 réis.¹⁴⁹ Ademais, o couro também estava presente, a nível local, no cotidiano das fazendas, compondo a indumentária dos vaqueiros nas regiões do sertão nordestino, que a empregava na defesa das intempéries e agressões do meio. Koster em suas viagens descreveu as vestes dos sertanejos:

“Sua roupa consistia em grandes calções ou polainas de couro taninado, mas não preparado, de côr suja de ferrugem, amarrados da cinta e por baixo víamos as ceroulas de algodão onde o couro não protegia. Sobre o peito havia uma pele de cabrito, ligada para detraz com quatro tiras, e uma jaquêta, também feita de couro, a qual é geralmente atirada num dos ombros Seu chapéu, de couro, tinha a forma muito baixa e com as abas curtas. Tinha calçados os chinelos da mesma côr e as esporas de ferro eram sustidas nos seus pés; nus por umas correias que prendiam os chinelos e as esporas.”¹⁵⁰

A sua utilidade estendia-se também pelo interior das residências nos sertões nordestinos. Desde o mobiliário até os utensílios, o couro era empregado de forma ampla, nos assentos, baús onde eram guardadas as roupas, camas, mesas e, por vezes, nos enfeites. Sua matéria prima, conforme Goulart, apresentava um duplo caráter, econômico e social, uma vez que quando não comercializados, assumiam novos papéis naquela sociedade, desde o revestimento do interior das casas até o transporte de mercadorias. Este último, por exemplo, era feito por meio de instrumentos feitos de couro denominados *bruaca* e *surrão*. Eles consistiam num saco de tamanho variável, cuja boca podia ser conservada aberta por meio de um arco de ferro ou fechada através de costura, o tipo a ser utilizado dependia da carga a ser transportada.¹⁵¹

Tais instrumentos serviam para transportar, principalmente, mercadorias que demandavam maior resguardo, como sal, carnes salgadas, farinha, toucinho, entre outros. Koster descreveu com mais detalhes essa forma de transporte ao mencionar que: “As cargas eram dispostas na maneira usual, e cada cavalo conduzia dois sacos de couro que me pareceram provisões. [...] De sua parte levava víveres nas *boroacas*. São pequenos sacos de couro, pendurados um de cada lado da sela.”¹⁵²

¹⁴⁹ GOULART, José Alípio. *Brasil do boi e do couro*. Edições GRD: Rio de Janeiro, 1966. p.22-44.

¹⁵⁰ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. Tradução: Luís da Câmara Cascudo. Série 5ª Brasileira. Volume 221. p. 133.

¹⁵¹ GOULART, *op. cit.* p. 81-82.

¹⁵² KOSTER, *op. cit.* p.120-133.

Os carros de bois também fizeram uso do couro para forrar as mercadorias e passageiros durante o deslocamento, protegendo-os da ação do sol e da chuva.¹⁵³

À medida da especialização da indústria do couro surgiram novas funções das quais produziam-se peças cada vez mais elaboradas. Entre tais funções estava a figura do trançador, que buscava novas possibilidades de emaranhados e figurações no trançado do couro; o seleiro, responsável pela produção das selas, guardadas em cavaletes à forma do lombo do cavalo e os correeiros encarregados da produção dos assentos dos tamboretos e demais cadeiras.¹⁵⁴ Entendemos, assim, que o couro, produto do tipo de ocupação dos interiores, foi a matéria-prima responsável pela origem de um dos aspectos mais singulares e predominantes da cultura material sertaneja, predominante até os dias atuais.

O predomínio da pecuária esteve presente em todas as capitâneas que estruturaram o Nordeste colonial, se assim podemos o classificar. Os bens dos sertanejos potiguares, por exemplo, foram identificados pelos oficiais da câmara de Natal como sendo *gado vacuns q' se crião nestes Sertoens (...)*¹⁵⁵. O gado dos sertões abastecia as feiras e centros litorâneos, conduzido geralmente *por brancos, mulatos e pretos, e também índios*¹⁵⁶, que com este trabalho buscavam algum tipo de lucro. As reses eram guiadas com aboios cantados (canto melódico, sem palavras, entoado pelos vaqueiros ao conduzirem o gado pelas pastagens ou para o curral), enquanto alguns guias¹⁵⁷ a frente da boiada eram seguidos pelos animais, os demais posicionados, logo atrás, tangiam o rebanho para que não se dispersasse ou se amontoasse ao longo do caminho¹⁵⁸. O boi domesticado pelo conjunto de sons emitidos pelos vaqueiros ao ouvi-los punha-se em retirada. Essa relação peculiar entre o sertanejo e o gado foi retratada por Gilberto Gil em sua canção de *Aboio*:

Meu povo, tome coragem
Se aventure, se levante

¹⁵³ GOULART, *op. cit.* p. 83.

¹⁵⁴ GOULART, José Alípio. *O ciclo do couro no Nordeste*. Rio de Janeiro: Serviço de informação agrícola, 1965. p.52-53.

¹⁵⁵ PROJETO RESGATE. AHU_ACL_CU_014, Cx. 4, D. 310.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p.218.

¹⁵⁷ Conforme Muirakytan Macêdo, em *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII)*, os homens encarregados de conduzir as boiadas até as feiras eram chamados de passadores, tangerinos (tangedores) e guias. (2015, p.112).

¹⁵⁸ ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. 2012. 504 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p.124.

Na arribação deste boi
 Se aproxime dos apelos
 E chamamento
 Do canto do boiadeiro, oi
 Levanta, meu companheiro
 Boi Fulorô e Judeu
 Levanta, Maracajá
 Boi Estrela, Boi Espaço
 Boi da serenidade
 Da vida que Deus me deu
 Ecô¹⁵⁹

As jornadas duravam em torno de quatro a seis léguas, caminhava-se durante o dia e a noite, com períodos curtos de descanso. Antonil destaca que: *“é jornada de quinze ou dezesseis até dezessete dias, lhe dá por paga do seu trabalho um cruzado por cada cabeça da dita boiada; e este corre com os gastos dos tangedores e guias; e tira da mesma boiada a matalotagem da jornada.”*¹⁶⁰ A remuneração variava de acordo com o número de cabeças de gado e os percalços do caminho, onde algumas reses eram perdidas. Uma rês na Bahia, por exemplo, valia algo em torno de quatro a cinco mil-réis e os bois mansos, sete a oito mil-réis¹⁶¹.

Deve-se ter em conta que a atividade pastorícia em sua fase inicial foi induzida pela economia açucareira e apesar da sua baixa lucratividade, manteve-se, devido a larga disponibilidade de terras, fundamental para a sua existência, no sertão nordestino¹⁶². No entanto, à medida que os pastos se distanciavam do litoral cresciam os seus custos, visto que o transporte do gado por longas distâncias aumentava a possibilidade de morte ou perda de animais, tornando-se assim oneroso. O crescimento da atividade pecuarista estava intimamente ligada à expansão da produção de açúcar, que proporcionava o aumento dos rebanhos, bem como a incorporação, em escala reduzida, da mão-de-obra. De acordo com Celso Furtado, “a possibilidade de crescimento extensivo exclui qualquer preocupação de melhora de rendimentos.”¹⁶³

A dependência da economia açucareira e o aumento das distâncias provocaram, com o tempo, uma redução da produtividade pastorícia e da renda média da população, principalmente, dos criadores que se encontravam mais distantes do litoral. Logo, observando o conjunto da economia criatória sua principal

¹⁵⁹ Trechos retirados da canção de Gilberto Gil, Canção de aboio.

¹⁶⁰ ANTONIL, *op. cit.*, p.218.

¹⁶¹ *Ibidem*, p.219.

¹⁶² FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984, p.64.

¹⁶³ *Ibidem*, p.66.

atividade era aquela voltada à própria subsistência, que atendia as demandas da população dos sertões por carne e couro, este último usado praticamente para tudo¹⁶⁴. Por outro lado, a redução dos custos, definida por Furtado pela pequena proporção da folha de salários e da compra de serviços a outras unidades monetárias, a curto prazo não sofria substancialmente com os preços. Desse modo, a reposição do capital e da capacidade produtiva na pecuária não exigia grandes gastos monetários¹⁶⁵.

No período de declínio do açúcar em fins do século XVII, a expansão pecuarista viveu um processo endógeno a partir do aumento vegetativo do gado. Dessa forma, sempre havia oportunidades de trabalho para a mão-de-obra residente e para aqueles que perderam sua ocupação no sistema açucareiro¹⁶⁶. Com a conseqüente estagnação da economia criatória, os criadores tornaram-se submarginais e o couro passou a ser sua principal fonte de renda. Furtado argumenta que:

“Tudo indica que no longo período que se estende do último quartel do século XVIII ao começo do século XIX a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofiamento, no sentido de que a renda real per capita de sua população declinou secularmente. É interessante observar, entretanto, que esse atrofiamento constituiu o processo mesmo de formação do que no século XIX viria a ser o sistema econômico do Nordeste brasileiro, cujas características persistem até hoje.”¹⁶⁷

A pecuária continuava a exercer, portanto, um papel suplementar e de pequena escala na economia colonial, usada na manutenção, muitas vezes, das próprias fazendas e de áreas vizinhas. Caio Prado Jr, reforça essa ideia em *História Econômica do Brasil* ao mencionar que:

“a pecuária, apesar da importância relativa que atinge, e do grande papel que representa na colonização e ocupação de novos territórios, é assim mesmo uma atividade nitidamente secundária e acessória. Havemos de observá-lo em todos os caracteres que a acompanham: o seu lugar será sempre de segundo plano, subordinando-se às atividades principais da grande lavoura, e sofrendo-lhe de perto todas as contingências.”¹⁶⁸

Entre os argumentos apresentados pelo autor para justificar a secundarização da pecuária no período colonial está a sua localização. O açúcar monopolista das

¹⁶⁴ *Ibidem*, p.67.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p.67.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p.68.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p.69.

¹⁶⁸ PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.44.

terras férteis do litoral relegou a criação de gado aos sertões de baixa pluviosidade e irregularidade de precipitações, estas concentradas apenas nos dois ou três primeiros meses do ano. Além disso, com exceção de raros rios, a maior parte dos afluentes eram intermitentes, ou seja, alternavam-se ao longo do ano entre a ausência parcial ou total de água. Os sertões nordestinos contavam ainda uma vegetação constituída por uma pobre cobertura de plantas hidrófilas, onde predominam as cactáceas¹⁶⁹.

Nos períodos de chuva desenvolve-se uma vegetação mais aproveitável, que logo é atingida pela ardência do sol. Tais condições geraram rebanhos de baixa qualidade que não forneciam mais de 120 kg de carne por rês, desvalorizando assim seu comércio¹⁷⁰. Até o século XIX, as principais zonas pecuaristas concentravam-se no sertão nordestino, no sul de Minas Gerais e nos planaltos do Rio Grande do Sul. Em cada local mantinha-se particularidades no manejo do gado, nas áreas do São Francisco e das Minas, por exemplo, o gado era manso, criado em campos cercados e fazendas e já era disseminado o uso do leite e do queijo. Enquanto em fazendas mais ao Norte do Rio São Francisco, o gado criado à solta, selvagem, era magro, pé-duro, geralmente espalhado por terras indivisas¹⁷¹.

À parte à pecuária, a agricultura era praticada de forma complementar e em pequena escala para a subsistência das próprias fazendas. As regiões de cultivo concentravam-se em áreas nas quais as águas brotavam com certa abundância, como ao norte da Chapada do Araripe, no Ceará, formando verdadeiros oásis em meio aos sertões. Contudo, a atividade pastorícia só atingiu seu apogeu no século XVIII, quando o gado produzido no sertão nordestino abastecia, sem concorrência, os principais centros litorâneos, do Maranhão até a Bahia.¹⁷² Os constantes períodos de estiagem, com o tempo, dizimaram significativamente os rebanhos que se tornaram incapazes de satisfazer as necessidades do mercado consumidor à época.

Apesar de tais condições, as fazendas de gado multiplicaram-se com facilidade pelo interior da colônia, em grande parte devido ao crescente consumo do litoral e seu baixo nível econômico. Um outro fator importante era a facilidade de

¹⁶⁹ *Ibidem*, p.44.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p.44-45.

¹⁷¹ Observações feitas em: BORGES, Silvia Laine; ELOY, Ludivine Eloy; LUDEWIGS, Thomas. O Gado que Circulava: Desafios da Gestão Participativa e Impactos da Proibição do Uso do Fogo aos Criadores de Gado de Solta da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari. *Biodiversidade Brasileira*, Brasília, 4 (1), p. 136, 2014.

¹⁷² *Ibidem*, p.67-68.

instalação das fazendas, que exigiam apenas a elevação de uma casa, geralmente coberta por palha (folhas de palmeiras, carnaubeiras, muito abundante nessas áreas) e a construção de modestos currais, onde era introduzido o gado. Os currais se constituíam em regra ao longo do curso de rios, fenômeno esse que deu origem mais tarde ao termo ribeira usado para designar as regiões que se formaram no interior do sertão nordestino. Entre as fazendas reservava-se também algumas léguas de terras que se conservavam devolutas para servir de divisa com outras fazendas, em razão da falta de outros elementos que o fizessem como cercas ou quaisquer outras tapagens¹⁷³. Quanto ao abastecimento dos núcleos populacionais ao sul da colônia, formaram-se outras áreas pastorícias, de acordo com Prado Jr.:

“O Rio de Janeiro se abastece, sobretudo nesta primeira fase da colonização, nos chamados Campos dos Goitacases, que ficam a leste do atual Estado da Guanabara, margeando o baixo curso do rio Paraíba. São Vicente — e subsidiariamente também o Rio de Janeiro — recebem seu gado dos Campos Gerais estendidos para o sul dos atuais Estados de São Paulo e Paraná. Nestas regiões as condições naturais são muito superiores às do Nordeste. A qualidade do gado é por isso melhor, sua densidade mais elevada. E em consequência as fazendas não se dispersaram tanto como no Nordeste. Em parte também porque o Rio de Janeiro e São Vicente constituem, nos dois primeiros séculos, núcleos secundários e muito menos povoados que os do Norte; as suas necessidades de carne são por isso menores.”¹⁷⁴

A base econômica da colonização do extremo-sul, assim como dos sertões nordestinos, foi a pecuária¹⁷⁵. Os couros eram o principal produto comercializado nessa região, enquanto a carne do gado era desprezada, uma vez que não havia quem a consumisse. Somente com a descoberta do charque (carne-seca) é que essa realidade se modificou, permitindo inclusive que o Rio Grande do Sul ocupasse um lugar no comércio da colônia. Sua ascensão no mercado colonial coincidiu com a decadência da pecuária nas áreas que hoje correspondem ao Nordeste, incapazes de atender a crescente necessidade do gado e seus derivados das regiões coloniais¹⁷⁶.

Em síntese, a atividade pastorícia desempenhou um importante papel no avanço da fronteira colonial e na conquista do sertão nordestino, objeto desse estudo, no século XVIII. Apesar do seu afastamento geográfico do litoral e, conseqüentemente, das autoridades governamentais, os sertões pecuaristas

¹⁷³ *Ibidem*, p.45.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p.46.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p.95.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p.97.

estavam inseridos na dinâmica colonial de exploração, onde tal atividade ocupava um lugar complementar em relação às regiões primário-exportadoras. A pecuária e os sertões oitocentistas, portanto, forjaram-se a partir dessa dependência em relação ao litoral açucareiro. De acordo Yedda Linhares:

“a expansão da fazenda de gado para a fronteira aberta traduz, não apenas uma determinação de natureza econômica e prática - qual seja a de garantir as áreas do litoral baiano e pernambucano para a grande lavoura, e, neste caso, se justifica a expressão de Celso Furtado quanto ao caráter periférico, embora não-autônomo, do sertão (retaguarda do litoral agroexportador), como também, e sobretudo, política: a de assegurar ocupação do território pela Coroa, naqueles primeiros séculos da colonização, ao mesmo tempo em que se mantém como um elo do padrão de acumulação, então vigente.”¹⁷⁷

O gado ocupava um lugar econômico, social e cultural nos sertões e logo depois no Brasil, completando-se a obra de colonização iniciada no arrancar das terras ao longo do litoral como afirma Frei Vicente de Salvador. No período colonial foram as fazendas de gado as responsáveis pela definição da forma de ocupação do solo e da distribuição do colonizador pelos sertões.

O povoamento predominante extensivo e disperso dificultou *a posteriori* a urbanização dos espaços sertanejos, com seus moradores espalhados pelas fazendas de gado, que exigiam para a sua boa criação amplas extensões de terras. O sistema de distribuição de sesmarias foi um outro fator determinante na constituição desse padrão demográfico, visto que a doação de terras se limitava a um número reduzido de particulares, que utilizando algumas delas, deixavam a maioria devolutas, sem consentir que alguém as povoasse, e quando o faziam cobravam-lhes o valor do arrendamento.¹⁷⁸

As distribuições generosas de terras dilataram as distâncias entre as fazendas, chegando a uma ou duas léguas entre uma e outra. Tais extensões atendiam, portanto, ao sistema latifundiarista de sesmarias e à prática da pecuária extensiva nos sertões. Em relato de viagem de Spix e Martius em visita ao sertão nordestino apontam que:

“Só raramente um dos chamados agregados, em geral pretos forros ou mulatos, construíram aqui e acolá, neste território, pequenas moradas ou

¹⁷⁷ LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII). *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro*, Lisboa, Paris, vol. XXXIV, p.8, dez., 1995. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artq2-6.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.

¹⁷⁸ MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. p.46-50.

quintas, pois os proprietários das grandes fazendas não querem ceder porção alguma de suas terras, por considerarem indispensável as grandes extensões para a criação do seu gado. É certo que, atualmente na ocasião da seca, é necessário poder movimentar as boiadas em grandes espaços para que consigam achar bastante capim seco e frutas”¹⁷⁹

A razão de existir desse modelo de distribuição de terras, no período colonial, acompanhou o *modus operandi* do gado nos sertões, que com sua rusticidade técnica (gado criado solto), comparada aos dias atuais, e a rarefação dos pastos impeliavam os fazendeiros a ocuparem grandes extensões fundiárias. Grande parte das terras dedicavam-se ao criatório do gado, já que devido a condições de ordem climática, com a ausência de chuvas regulares, as constantes secas, além da pobreza dos cursos d’água dificultavam a prática agrícola nessas áreas.¹⁸⁰

Nos *sítios*, como eram denominados, cultivavam-se apenas pequenas roças de subsistência (mandioca, milho, arroz) situadas, geralmente, em áreas afastadas do criatório, como brejos e terras mais úmidas¹⁸¹. As fazendas, em contrapartida, consistiam nas propriedades dedicadas à criação bovina, estas situavam-se às margens dos cursos dos rios, que lhes garantiam o abastecimento regular de água, uma vez que se tratava de áreas submetidas a constantes secas. Em suma, “a pecuária representava para esta zona sertaneja não só uma saída, mas um grande negócio”¹⁸².

¹⁷⁹ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, 2017. p.334.

¹⁸⁰ MOTT, Luiz R. B., *op.cit.*, p. 52-54.

¹⁸¹ PRADO Jr., *op. cit.*, p.43.

¹⁸² *Ibidem*, p.55.

CAPÍTULO 2. O SERTÃO DO SERIDÓ (SÉCULOS XVIII E XIX)

2.1 Conquista e povoamento

Os primeiros marcos da ação colonizadora na Capitania do Rio Grande constituíram-se através das lutas e conseqüentes pazes com os nativos locais. O homem branco avançou em nome d'El Rey e da fé em busca de “enobrecer as capitanias e povoações das Terras do Brasil e dar ordens e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando, para exaltamento de nossa santa fé”.¹⁸³ A conquista das terras potiguares se fez *gradus per gradus*, justificada pela cruz e pela espada, consolidando-se através da defesa, com a construção da Fortaleza dos Reis Magos, em 1599; do povoamento, mediante a distribuição de terras; e do cultivo do solo, com a produção da cana de açúcar.

De acordo com Rodrigo Ricupero, a ocupação colonial no Brasil obedeceu a dinâmica consonante da conquista e do povoamento implementada pela coroa portuguesa às custas dos seus vassallos, dispostos a assumir os riscos, tendo em vista suas vantagens. Entre os desafios enfrentados nos primeiros anos da conquista encontravam-se os conflitos com os indígenas, as frequentes invasões estrangeiras e a necessidade de tornar as terras ocupadas produtivas. Ricupero aponta a tríade povoamento, montagem de uma estrutura administrativa e o desenvolvimento econômico como elementos fundamentais no fornecimento do suporte material para o sucesso da colonização.¹⁸⁴

As primeiras incursões em solo *potiguar*¹⁸⁵, portanto, empreendidas por João de Barros, então capitão donatário, caracterizaram-se pelos altos custos das expedições; pelos conflitos contra os povos estrangeiros, mais especificamente os franceses e, sobretudo, pela resistência indígena¹⁸⁶. Tais fatores dificultaram o

¹⁸³ ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. 4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p.179.

¹⁸⁴ Ver: RICUPERO, Rodrigo Monteferrante. *Formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 93-125.

¹⁸⁵ Fazia -se menção à Capitania do Rio Grande nos alvarás régios como “Terra dos Pitiguaras”, como no caso do trecho de doação da capitania ao João de Barros: “Ihe fez merçe de hũa capitania na costa do Brazil nas terras de Sãota Cruz honde se chama os pitigares pera honde fez huũa armada [...]”. In: Boletim da Segunda Classe da Academia de Ciências de Lisboa. Vol. XL, 1917, pp. 293. Disponível em: [Boletim : Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências Moraes, Politicos e Bellas Letras \(Segunda Classe\) : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#). Acesso em 17 de janeiro de 2022.

¹⁸⁶ Sobre os primeiros anos da Capitania do Rio Grande e o senhorio de João de Barros ver: PEREIRA, Elenize Trindade. *De capitania donatária à capitania régia: o senhorio de João de Barros*

processo da conquista, acarretando inúmeros insucessos que figuraram no que Adolfo Varnhagen descreveu como “capitanias cuja primitiva colonização se malogrou”¹⁸⁷. Capistrano de Abreu também fez menção às tentativas sem êxito dos capitães donatários de efetivar a ocupação das nascentes capitanias, de acordo com o autor o processo além de ser oneroso, apresentava muitos riscos desde a navegação até o contato com os indígenas. De acordo com Abreu,

“Os donatários entravam para a empresa com recursos próprios ou emprestados: se os primeiros tempos corriam bem, a remuneração natural permitia-lhes continuarem com mais eficácia; no caso contrário perdia-se todo o esforço, como sucedera a Pero de Góis, a Francisco Pereira, a Antônio Cardoso, a João de Barros, a Aires da Cunha, a Fernand’Álvares; ou as capitanias vegetavam mofinas, como as dos Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Santo Amaro e São Vicente.”¹⁸⁸

Dado os sucessivos fracassos a Coroa retomou o controle da Capitania do Rio Grande antes delegada a João de Barros e Aires da Cunha. Não obstante sua reversão à Capitania Régia, ainda era urgente e inadiável sua conquista e fixação ao domínio metropolitano, para isso julgou-se imprescindível novos investimentos às custas de trabalhos e gastos por parte da fazenda real para fazer do Rio Grande um outro Pernambuco. Ante as ameaças estrangeiras, Manuel Mascarenhas, capitão-mor em Pernambuco, ordenou a construção de uma fortaleza e povoado, marcos espaciais da presença lusa nesses espaços.¹⁸⁹

No entanto, tais esforços foram interrompidos com as invasões holandesas em 1634. A presença neerlandesa na América estabeleceu-se ainda nos primeiras décadas da conquista, pois, de acordo com Evaldo Cabral de Mello, “Portugal e os Países Baixos tinham uma longa história de relações comerciais quando, em 1580, o Reino uniu-se à monarquia plural dos Habsburgo madrilenos, na esteira da crise dinástica desencadeada pela morte de D. Sebastião no norte da África.”¹⁹⁰ A burguesia mercantil batava e seu capital foram responsáveis em grande medida pela integração das novas colônias aos circuitos mercantis, através do “financiamento e a operação da agroindústria açucareira e com a comercialização do produto nos

na “*Terra dos Potiguara*”: século XVI. 2018. 159 f. Dissertação (mestrado em história) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, RN, 2018.

¹⁸⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo Primeiro. - 2ª ed. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877. p.186-202.

¹⁸⁸ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p.55.

¹⁸⁹ Sobre a conquista da Capitania do Rio Grande ver: Lyra, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, p.17-33.

¹⁹⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil Holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.11.

mercados europeus”.¹⁹¹ Porém, com o animado quadro político de fins do século XVI e início do século XVII, as relações entre as potências marítimas ganharam um novo tom.

As guerras de independência travadas pelas Províncias Unidas dos Países Baixos contra a Espanha, desde 1568, assumiram desdobramentos inéditos com a União das Coroas Ibéricas. A configuração política entre as potências marítimas afetou a longa história de relações comerciais entre Portugal e suas colônias com os batavos¹⁹², que foram submetidos nesse período a embargos tais como a interdição no fornecimento do sal português, do qual dependia sua indústria da pesca, e do açúcar, cujo comércio rendia aos Países Baixos cerca de 50 mil caixas anualmente, suprimindo cerca de 29 refinarias¹⁹³.

Em resposta às represálias espanholas, os neerlandeses criaram, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais. De acordo com Tavares de Lira, “O ato de sua outorga, precedido de considerados justificativos, regulava, em 45 cláusulas, os auxílios, favores e assistência do Estado, e bem assim os direitos e obrigações da sociedade, que gozaria por 24 anos o monopólio do comércio da América e África, com largas concessões e amplos poderes.”¹⁹⁴ A conquista da América pelos batavos render-lhes-ia altos lucros com o comércio dos produtos coloniais, uma posição estratégica em relação às operações contra a navegação espanhola e portuguesa no Caribe e Oriente, respectivamente, e uma maior proximidade com as minas de prata do Peru. Assim, o primeiro ataque às possessões luso-espanholas foi empreendido, em 1624, na Bahia, capital e principal empório comercial da colônia, mas sem muito êxito. Vencidos ali, os neerlandeses tentaram melhor fortuna em Pernambuco e nas capitanias do Norte, onde, melhor mobilizados e com mais força, conseguiram fixar seu governo por mais de duas décadas.¹⁹⁵

Antes mesmo da conquista de Pernambuco, os neerlandeses realizaram expedições de observação ao território, chegando à capitania do Rio Grande em 1625. Ali, nos primeiros contatos estabelecidos, auferiram informações sobre a terra

¹⁹¹ *Ibidem*, p.13.

¹⁹² Embora o adjetivo flamengo fosse usualmente empregado nas fontes portuguesas para se referir a neerlandeses, Flandres pertencia ao Países Baixos espanhóis, suas províncias permaneceram sob o domínio castelhano até o tratado de paz de Utrecht quando os austríacos assumiram o seu controle. Por esse motivo optamos por utilizar termos como batavos e neerlandeses para evitar confusões quanto à que grupos nos referimos no texto.

¹⁹³ *Ibidem*, 13.

¹⁹⁴ LYRA, Augusto Tavares de. A colonização da capitania até a ocupação holandesa. In.: _____. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. p. 63.

¹⁹⁵ MELLO, *op. cit.*, 39-41.

e estabeleceram alianças com alguns grupos locais Tupi-Potiguara; alguns deles, inclusive, viajaram com os neerlandeses para a Europa, onde aprenderam a ler, escrever, foram catequizados, e retornaram ao Brasil para servirem de intérpretes junto à população nativa.¹⁹⁶

Após algumas tentativas de ocupação, sem sucesso, salteios e pilhagens de víveres foram os únicos frutos das empreendidas batavas, até que em 1633 a capitania do Rio Grande foi, finalmente, conquistada por uma expedição armada neerlandesa com onze embarcações e 808 soldados. Aportaram onde hoje corresponde à Praia de Ponta Negra e avançaram em direção ao Forte dos Reis Magos. Construíram trincheiras e aproches em dunas próximas ao local, para iniciarem os primeiros ataques à fortaleza. Os estragos foram significativos: parapeitos e bastiões foram destruídos. Sem efetiva proteção, os portugueses, em número inferior de tropas e armamentos, ao amanhecer do dia, tremularam sobre os muros do forte uma bandeira branca, entregando-se logo em seguida. O forte foi ocupado pelos inimigos.¹⁹⁷

“Tomado o forte, trataram os invasores de conquistar a capitania, o que lhes foi fácil, pobre e quase despovoada como era”¹⁹⁸. Após ocuparem a cidade do Natal e destruírem os principais núcleos populacionais dos engenhos de Ferreiro Torto e Cunhaú, os batavos avançaram sobre largas extensões de terra da região açucareira. A conquista, no entanto, não se reservou somente aos espaços, mas também às instituições que, do ponto de vista administrativo, passaram a ser subordinadas à capitania da Paraíba, uma das “quatro províncias” que compunham o domínio neerlandês. Nas localidades, o poder político era organizado pela Câmara dos Escabinos, composta por um representante batavo e dois portugueses, ou ascendentes, nomeados pelo Supremo Conselho Político Holandês. Tal instituição era responsável pela administração, justiça, fazenda e segurança da capitania.¹⁹⁹

Foram lançadas proclamas de que as propriedades seriam respeitadas, empréstimos realizados e impostos diminuídos, uma vez que o principal interesse da Companhia eram os lucros do açúcar e, portanto, a continuidade da sua produção e comércio. Ademais, no que concerne às questões religiosas foi garantido à

¹⁹⁶ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 4 ed. Natal, RN: Flor do Sal, 2015. p.33.

¹⁹⁷ LYRA, *op. cit.*, p.75.

¹⁹⁸ MONTEIRO, *op. cit.*, p.78.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p.75.

população local a liberdade de culto. Tais concessões intentavam a convivência pacífica com os habitantes da capitania, a partir da qual os batavos pretendiam consolidar seu poder político e econômico sobre aquela parte da colônia.²⁰⁰

Os sertões da Capitania do Rio Grande permaneceram quase inexplorados durante as invasões, contando apenas com alguns contatos de agentes da Companhia das Índias Ocidentais em expedições de reconhecimento e aproximação de tribos indígenas, especialmente, janduís, povo do tronco tapuia²⁰¹, que se tornaram importantes aliados dos neerlandeses contra os ataques portugueses no extremo Nordeste. Essa foi uma estratégia comum utilizada pelo colonizador luso para garantir o domínio sobre as terras, obter braços e guerreiros indígenas capazes de servir à empresa colonial na América portuguesa.²⁰²

A partir de 1640, com as transformações na conjuntura política internacional e a restauração do trono português, novas alianças foram instauradas, repercutindo diretamente nas áreas coloniais. Portugal rompeu com a Espanha e assinou um tratado de paz com a Holanda, tentando retomar as antigas relações interrompidas pela União das Coroas Ibéricas.²⁰³ Em 1654, após a assinatura da capitulação do Taborda no Recife, os neerlandeses entregaram as praças-fortes que ainda mantinham sob seu poder e deixaram, após vinte e um anos, o Brasil.²⁰⁴ Vencida a dominação holandesa, a Coroa retomou a expansão colonizadora na América com a consolidação da sua presença no litoral das Capitanias do Norte. Esse processo se deu através da reconstrução dos engenhos e da recomposição da oferta de gado, pela conquista do interior, tendo em vista atender a demanda europeia e ao funcionamento do comércio colonial. Quanto ao âmbito administrativo, os capitães-mores retornaram ao governo das capitanias e a reorganização da defesa do território.²⁰⁵

Sem cercas ou outra forma mais elaborada de controle dos rebanhos, extremamente perigosos às plantações de cana, a pecuária foi “empurrada” para o

²⁰⁰ *Ibidem*, p.35.

²⁰¹ Em descrição de J. A. G. Mello os tapuias “*Eram, porém, tão ‘ferozes’ que às vezes mais pareciam inimigos; procurava-se sempre mantê-los o mais afastado possível das zonas habitadas; quando desciam do Rio Grande em direção a Pernambuco o governo movimentava-se imediatamente: com pedidos iam presentes para que tornassem às suas terras.*” (Tempo dos Flamengos, p. 204-205.)

²⁰² Ver: PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 56-57.

²⁰³ MONTEIRO, *op. cit.*, p.39.

²⁰⁴ MELLO, *op. cit.*, n.p.

²⁰⁵ MACÊDO, Muirakytan K. de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII)*. Natal/RN: Flor do Sal; EDUFRN, 2015. p. 40.

interior, em direção aos sertões.²⁰⁶ A faixa litorânea de posse do homem branco alargou-se, saindo dos tabuleiros arenosos para o chão duro e barrento do agreste e do sertão, onde foram travadas lutas contra os indígenas e assentados os paus de porteira dos primeiros currais.²⁰⁷ O uso de novas áreas e a possibilidade de exploração econômica dos territórios tornou-se um atrativo, uma vez que, ao contrário do que ocorria com a economia açucareira, a pecuária “não dependia de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da sua capacidade produtiva”.²⁰⁸

O movimento colonizador que antes estava circunscrito à faixa litorânea, mais especificamente as terras compreendidas entre as ribeiras do Potengi e do Cunhaú, onde concentravam-se as melhores terras para a lavoura, intensificou-se em direção ao interior buscando o “desenvolvimento da indústria pastoril, por um lado, (...) conter o gentio, após constantes sublevações, por outro, que há de vir o povoamento dos sertões”.²⁰⁹ O potencial dos sertões da Capitania do Rio Grande já havia sido mencionado em relato, ainda durante o domínio holandês, em incursão de Joan Nieuhof entre 1640 e 1649, onde assumia que se os inimigos dominassem o interior e os privasse do fornecimento de gado e farinha, num período em que a Itamaracá e Paraíba estavam bloqueada, tornar-se-ia impossível a manutenção do Brasil holandês.²¹⁰

O ritmo de propagação do criatório pelos sertões obedeceu ao crescimento da economia do açúcar, os colonos que se propuseram a essa empreitada e a realizaram, em muitos casos, sem alguma garantia, sujeitos às investidas dos indígenas, buscavam vantagens socioeconômicas, num horizonte de oportunidades. Descobriu-se nesse processo de expansão mais de 300 léguas de terra da costa do mar para o sertão, propícias à atividade pastorícia e ao cultivo de novas lavouras, que foram devidamente repartidas entre aqueles que serviram a Sua Majestade, no combate ao gentio bárbaro, arriscando suas vidas e cabedais.²¹¹

²⁰⁶ Ver: NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

²⁰⁷ LAMARTINE, Oswaldo. *Sertões do Seridó*. Senado Federal/Centro Gráfico. Brasília, 1980. p.159.

²⁰⁸ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984, p. 57.

²⁰⁹ LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. p. 123.

²¹⁰ MACÊDO, 2005, p.32 *apud* NIEUHOF, p.269.

²¹¹ *Ibidem*, p.140.

Tais fatores associados à expansão das fronteiras, promovendo conflitos bélicos contra os nativos locais, notadamente, os *Tarairiús*, nas guerras de conquista dos sertões, denominada pela documentação de época e reafirmada pela historiografia tradicional, como *Guerra dos Bárbaros*. De acordo Pedro Puntoni, “é preciso deixar claro que a noção de uma *guerra geral* dos índios *bárbaros* contra o império, quer dizer, de uma luta deste contra nações com interesses e objetivos militares definidos segundo uma estratégia consciente, era produto do olhar europeu e aparece, portanto, no bojo da documentação colonial.”²¹²

A deflagração do conflito na Capitania do Rio Grande, *cujo escopo era sempre a matança*,²¹³ entre as décadas 1680 e 1720, resultou numa série de expedições punitivas à pedidos dos colonos, assentados nos sertões, que reclamavam a importunação de nativos no assalto e destruição de suas fazendas de gado. Era de difícil compreensão para os indígenas a relação entre a propriedade privada e os bens naturais; o gado ferrado solto no pasto era, com frequência, confundido com possíveis caças, desencadeando reações violentas.²¹⁴ Em trecho de carta endereçada ao Capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, em 1699, são relatados, com mais detalhes, tais descontentamentos:

“E quanto ao que Vossa Mercê também me diz, sobre estarem os moradores dessa Capitania de paz com os bárbaros dela, bem sabe Vossa Mercê (e bem o teem eles sentido) que estes brutos a não guardam, senão enquanto lhes convem, e que debaixo dela, teem feito também repetidas vezes, na fazenda, e vidas dos mesmos moradores, as mortes, e estragos que os obrigaram a pedir a Sua Majestade, e a este Governo por várias cartas, que se acudisse prontamente ao perigo a que se viam expostos, assim pela pouca constância que estes bárbaros tinham, como por se verem assaltado continuamente deles (...)”²¹⁵

As primeiras expedições militares em direção ao interior da capitania foram acompanhadas por inúmeras dificuldades, sobretudo, com o abastecimento dos suprimentos alimentares das tropas, situação essa agravada pela distância entre as capitanias e as ribeiras do interior. Em trechos de carta endereçada ao Capitão-mor da Capitania do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, pondera-se acerca das dificuldades das intervenções bélicas no sertão:

²¹² PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 79.

²¹³ *Ibidem*, p.46.

²¹⁴ MACÊDO, *op. cit.*, p. 40-45.

²¹⁵ Trecho retirado de: *Carta para o Capitão-mor do Rio Grande Bernardo Vieira de Melo, sobre várias matérias, tocantes ao Terço dos Paulistas, e conserto da fortaleza*. Documentos históricos – correspondência dos governadores gerais (1698-1714). Ministério da Educação e Saúde/ Biblioteca Nacional. Vol. XXXIX. Rio de Janeiro, 1938. p. 34-35.

“Por algumas cartas que do sertão chegaram a esta cidade,Terço dos Paulistas, eram mortas pessoas por doença das bexigas que lhes veio com a falta de mantimentos, Logo ordenei ao Governador de Pernambuco e ao Capitão-mor da Paraíba que com toda a brevidade possível socorresse essa fortaleza com os mantimentos e gente necessária para a sua guarnição, por me dizerem também que o gentio estava amotinado.”²¹⁶

As tropas da primeira hora apenas conseguiram afugentar os gentios sem uma medida mais efetiva. Somente com a chegada do Terço dos Paulistas, em 1688, a pedido do Governador-Geral do Brasil Matias da Cunha, é que a guerra de extermínio auferiu rumos definitivos. O Sertão do Seridó foi então esvaziado, quase totalmente, da presença indígena. Os remanescentes desse etnocídio refugiaram-se nos grotões sertanejos, em serras e talhados, enquanto os demais foram submetidos à prisão e à aculturação. Helder Macedo ainda defende em sua tese de doutoramento que “as guerras de extermínio, movidas pelas forças coloniais entre o fim do século XVII e começo do século XVIII, não conseguiram exterminar a totalidade dos nativos que habitavam as ribeiras do sertão da Capitania do Rio Grande. Por outro lado, numericamente falando, portugueses e luso-brasilícos não eram maioria, ao menos, nos registros de paróquia da freguesia referentes às últimas décadas do século XVIII e começo do século XIX”.²¹⁷

Por fim, restabelecida a paz na capitania e se achando os sertões em avançado povoamento deu-se continuidade ao projeto de colonização com a intensificação da exploração agrícola na zona litorânea e o desenvolvimento da indústria agrícola. O conflito deu espaço a uma reação enérgica motivada pela possibilidade de enriquecimento por parte de “imigrantes vindos do reino ou das ilhas em busca de ambicionadas riquezas, oficiais que se retiravam do serviço, empregados que deixavam suas funções, praças que tinham pertencido a forças regulares, negociantes e lavradores de Pernambuco e, sobretudo, criadores de gado seduzidos pelas excelentes pastagens existentes na capitania.”²¹⁸ Logo, avolumaram-se as gentes e currais nos interiores que presenciaram o impulso colonizador com a criação de gado, elemento definidor do povoamento dos sertões.

²¹⁶ Trecho retirado de: Documentos históricos – correspondência dos governadores gerais (1698-1714). Ministério da Educação e Saude/ Biblioteca Nacional. Vol. XXXIX. Rio de Janeiro, 1938. p. 31-32.

²¹⁷ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. 2013. 360f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p.257.

²¹⁸ LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. p. 152.

2.2 Os currais de gado e a economia da interiorização

A Ribeira do Seridó, enquanto espaço colonial dotado de elementos territoriais e jurisdicionais, constituiu-se, portanto, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a partir, sobretudo, da dinâmica de expansão da economia colonial. Após a “limpeza étnica”, intensificou-se a fixação das gentes em torno das ribeiras, que “tinham gados e não tinham terras para criar”²¹⁹. A terra era requerida pelos colonos ao Rei através do sistema sesmarial. A Coroa exigia, como prerrogativas na obtenção da concessão da terra, que o requerente possuísse gados, tivesse possibilidade de cultivar a terra, certa classificação social, a participação na conquista ou defesa dos territórios da Coroa e declaração de ter sido seu primeiro povoador.²²⁰

No projeto colonial de exploração econômica era necessário não só requerer a terra, mas também comprovar que seu pedido era digno de mercê e possuía uma finalidade econômica. Essa realidade pode ser observada nas 230 cartas de sesmarias - analisadas por Muirakytan Macêdo - solicitadas na Ribeira do Seridó, entre 1679 e 1811: 60,4% das terras solicitadas eram destinadas à criação de gado; 5,7% para criação de gado e lavoura, 3,5% para plantar lavoura e as demais para povoação e uso não declarados. Logo, no século XVIII, das sesmarias reivindicadas na região, quase 70% estavam relacionadas à pecuária e à lavoura de subsistência e mercantil.²²¹

Embora o criatório espalhado pelos sertões obedecesse à demanda da agromanufatura açucareira, os impactos do mercado externo não influíam em igual medida sob a atividade pastorícia. Sua organização deu-se de forma vegetativa, após o estabelecimento das fronteiras e a fixação da população, logo, devido ao caráter dual da pecuária, ora voltada ao abastecimento das áreas exportadoras, ora voltada ao setor de subsistência, mesmo que se delineasse uma crise, a atividade se matinha alimentando áreas circunvizinhas. Por esse motivo, por vezes os rendimentos diminuía, uma vez que ao reduzir o meio circulante, nesse caso, o gado, tornava-se difícil a comercialização com os mercados que lhes abasteciam.²²²

²¹⁹ MACÊDO, 2015, p.61, *apud* LYRA, 1982.

²²⁰ *Ibidem*, p. 47.

²²¹ *Ibidem*, p.72.

²²² MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005. p. 32.

Com a baixa monetarização da economia pastorícia, nos sertões, os produtos que antes eram importados passaram a ser produzidos artesanalmente. Assim, à medida da diminuição das demandas dos centros de comercialização, reduziram-se também as trocas comerciais nas zonas pecuaristas, limitando-se aos mercados à nível local.²²³ De acordo com Caio Prado Jr. “A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial”.²²⁴ Ou seja, o criatório sertanejo ampliava-se de acordo com a produção açucareira que experimentou seu apogeu no século XVII.

Assim, instituída a posse da terra nos sertões e construídos os currais, avolumaram-se as pessoas e as demandas pelo poder espiritual e secular. Atendendo às necessidades de ordem eclesiástica, a Ribeira do Seridó sediou, em 1748, a criação da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana, unidade administrativa de natureza eclesiástica²²⁵, após desmembramento da Freguesia do Piancó, precedendo, historicamente, as estruturas político administrativas da Vila Nova do Príncipe, instituída em 1788, com a primeira Câmara Municipal da ribeira.²²⁶

O gado produziu espacialmente e economicamente o Seridó e tal realidade pode ser observada, em grande medida, nos contratos de arrematação dos dízimos da ribeira nos setecentos. Os dízimos constituíram-se no período colonial como um tributo eclesiástico arrecadado para custear a Coroa portuguesa. Considerado um direito natural, tornou-se obrigatório a todos os cristãos como a décima parte de todos os bens licitamente adquiridos e a qual devia-se a Deus por instituição divina. Apesar da sua origem sacra, o dízimo era cobrado pela coroa portuguesa, tal processo foi consolidado pelo papa Adriano VI que garantiu o controle real sobre os dízimos durante a expansão ultramarina do século XVI. Em suas diferentes modalidades os dízimos foram cobrados no Brasil em três espécies: dízimos

²²³ *Ibidem*, p. 32-33.

²²⁴ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 6ª edição, 1961. p.113.

²²⁵ As freguesias enquanto células de base da organização eclesiástica na colônia comportavam atividades da vida religiosa, mas também serviam a administração civil através dos recenseamentos e da cobrança de impostos como o dízimo.

²²⁶ MACÉDO Muirakytan K. de; BUENO, Almir de Carvalho; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; ANDRADE, Juciene Batista Felix (Orgs.). *História & Memória da Câmara Municipal de Caicó*. Natal; Caicó: EDUFRRN; SESC/ RN, 2016. p. 31-32.

peçoais (frutos do trabalho pessoal), dízimos reais (fruto da terra) ou dízimos mistos (fruto da terra e que exigiam trabalho do homem).²²⁷

No Brasil os dízimos pessoais foram substituídos, mais tarde, pelas *conhecenças*, pagos nas paróquias quando da administração dos sacramentos. Os dízimos sobre os demais produtos, com exceção das *conhecenças* e dos metais preciosos, sob os quais era cobrado o quinto, pertenciam à Coroa portuguesa.²²⁸ De acordo com Viana Lyra, em tese os dízimos enquanto tributo eclesiástico deveria servir ao sustento da igreja e ao seu trabalho de propagação da fé no ultramar. No entanto, a maior parte dos lucros ficava concentrada nas mãos da Coroa, destinando-se ao Clero uma parcela mais residual²²⁹.

Tal cobrança incidia, principalmente, sob indígenas, religiosos, sesmeiros e o povo em geral. Por meio de um sistema de contrato, após o lançamento do edital, realizava-se um leilão e àquele que desse o maior lance era concedido o direito de cobrança. Os contratos, geralmente, obedeciam a um período de vigência de cerca de três anos ou mais. Os valores arrematados eram destinados à Coroa, enquanto aos contratadores era reservado o lucro ou o ônus da cobrança dos dízimos. Como era um tributo que dependia, em parte, dos ciclos de plantio e colheita, seu pagamento era mais estendido, podendo ser quitado em prazos mais longos.²³⁰

No caso específico dos sertões pecuaristas o dízimo era cobrado sob as criações, ou seja, sobre o gado, perante o qual pagava-se o direito relativo às crias, ademais essa mesma exigência aplicava-se a outros tipos de criação tais como ovelhas, cabras e cavalos.²³¹ Com a crescente expansão da Capitania do Rio Grande em direção ao interior no século XVII, seguida da implementação dos currais, abriram-se possibilidades de exploração econômica, uma vez que o crescimento dessas áreas levou também ao aumento da produção destinada, sobretudo, ao abastecimento do litoral açucareiro. Os indicativos desse crescimento encontram-se presentes em documento que versa sobre a Capitania de Pernambuco e suas anexas no ano de 1774. Nesse relatório a Ribeira do Seridó

²²⁷ ARAUJO, Luiz Antônio Silva. *Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas: O estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. 2002. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. P.82-84.

²²⁸ *Ibidem*, p.84.

²²⁹ ARAUJO, 2002, p.84, *apud* LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Os Dízimos Reais na Capitania de São Paulo: Contribuição à História Tributária do Brasil Colonial (1640-1750)*, São Paulo, 1970, p.31-32.

²³⁰ ARAUJO, *op. cit.*, p.86.

²³¹ *Ibidem*, p.87.

apresentava nesse período uma freguesia, setenta fazendas, sete capelas, duzentos fogos e três mil cento e setenta e quatro pessoas de desobriga. O rendimento dos dízimos figurava como o segundo maior do sertão da capitania somando um total de 2:716\$520 reis, entre os anos de 1776 e 1778.²³²

Assim, a crescente expressividade econômica dos sertões despertou o interesse da Coroa portuguesa que passou a controlar os lucros das atividades comerciais por meio dos contratos de arrematação. Com base nisso, analisamos neste capítulo dois contratos de arrematação do dízimo da Ribeira do Seridó correspondentes aos anos de 1782 a 1785. Em estudos, identificou-se que esse tributo na Capitania do Rio Grande era cobrado também sobre o açúcar, pescado, lavouras, gado *vacum* e *cavalar*. Tal documentação nos permite recortar economicamente os sertões e seus interesses. O contrato de 1782, por exemplo, compreendia títulos de cobrança de gado *vacum* e *cavalar*, enquanto o de 1783 incluía títulos de *meuncias*, tais como gado *cabrum* e *ovellar*, além das roças, feijões e demais legumes.

Tabela 1. Arrematação Dízimos Reais Ribeira do Seridó (1782)

TÍTULOS DE COBRANÇA	RENDIMENTOS
GADO VACUM	631 CABEÇAS
GADO CAVALAR	47 CABEÇAS
TOTAL	230.410\$

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: AUTO da arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Seridó (1782-1784). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. nº de caixa não identificado.

Tabela 2. Arrematação Dízimos Reais Ribeira do Seridó (1783)

TÍTULOS DE COBRANÇA	RENDIMENTOS
GADO VACUM	778 CABEÇAS

²³² Dados retirados do relatório do governador de Pernambuco e capitanias anexas, intitulado: "Idéia da população da capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas costas, rios, e povoações notáveis, agricultura, número dos engenhos, contractos, e rendimentos reaes, augmento que este tem tido & a desde o anno de 1774 em que tomou posse o do governo das mesmas capitanias o governador e capitam general Jozé Cezar de Menezes". (Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XL, 1918, p. 9-15).

GADO CAVALAR	52 CABEÇAS
TOTAL	274.950\$
GADO CABRUM E OVELHAR	113.280\$
ROÇAS, FEIJÕES E DEMAIS LEGUMES	51.490\$
TOTAL	164.770\$

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: AUTO da arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Seridó (1782-1784). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. nº de caixa não identificado.

Gráfico 1. Arrematação Dízimos Ribeira do Seridó (1776-1783)

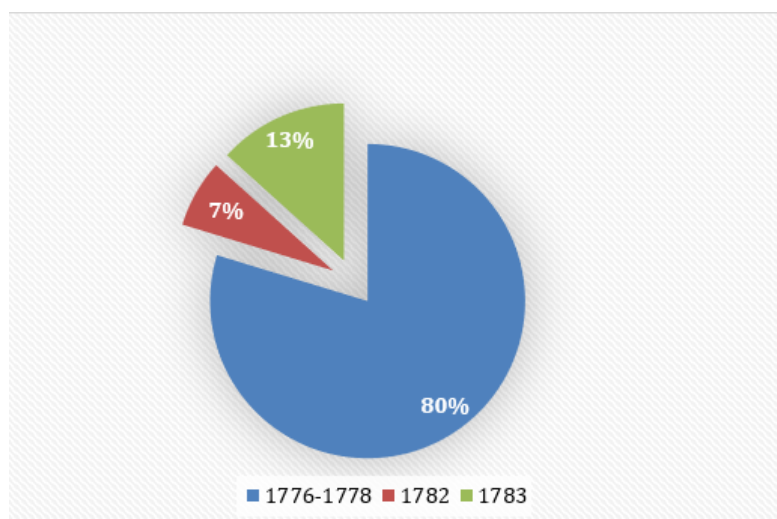


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Dízimos reais da Ribeira do Seridó (1776 -1783)

O gráfico acima foi construído baseado na arrecadação dos dízimos sobre a produção da Ribeira do Seridó (*gado vacum, cavalari, ovelhar, cabrum* e lavouras), inicialmente, no triênio de 1776-1778 com uma arrecadação de 2:635\$000 réis. A partir de 1782, os rendimentos concentraram-se em torno do montante de 230\$410 réis. Nesse ano, o contrato compreendeu apenas os títulos de *gado vacum* e *cavalari*. Por fim, em 1783 voltamos a ter uma visão mais ampla sobre a produção da ribeira com o recolhimento de 439\$720 réis. De acordo com Livia Barbosa, “no começo do século XVIII descreve-se a cobrança sobre gado, açúcar, lavouras e pescados, a inserção do termo “lavouras”, indica que já havia nesse momento a

produção de víveres maior que anteriormente, sinalização de que o povoamento começava a se fixar melhor.”²³³

A especialização econômica das ribeiras²³⁴ foi acompanhada pela formação do poder local, observado no contrato de arrematação dos dízimos de 1783, no qual dos 13 contratadores, 7 eram moradores da ribeira, uma parcela significativa, dentre eles destacam-se Salvador de Souza Castro, Padre Manoel de Araújo Corres, Antonio Garcia de Sá Barroso, Miguel Pinheiro, Caetano Dantas, Cipriano Lopes Galvão e Manoel Antonio. Ademais, o pagamento do dízimo era realizado *in natura*. “Assim, para pagar o contrato à Fazenda Real em dinheiro de contado, os contratadores precisavam provavelmente se envolver com o comércio dos produtos arrecadados ou possuírem outros meios para realizar o pagamento.”²³⁵ Desse modo, a valorização econômica dos espaços coloniais inseriu os *homens bons* nos circuitos mercantis, viabilizando as práticas comerciais e criando instrumentos de legitimação a nível social. De acordo com José Augusto Medeiros,

“Tomás de Araújo Pereira, Caetano Dantas Correia, Rodrigo de Medeiros, Cipriano Lopes Galvão, todos os povoadores iniciais do Seridó, troncos das tradicionais famílias que ainda hoje vivem na região, em que trabalham e a que servem, foram criadores de gado, opulentos fazendeiros, proprietários de grandes rebanhos. O gado foi, desse modo, ao começar o povoamento da terra seridoense, o elemento econômico fundamental, a fonte de riqueza natural asseguradora das condições de vida, a oferecer perspectivas de exploração comercial, o princípio de todo processo da história do Seridó.”²³⁶

Caetano Dantas aparece como um dos primeiros precursores nesse processo de interiorização e, por vezes, como contratante. O coronel originário da Capitania da Paraíba, nasceu por volta de 1710, filho de portugueses, viveu grande parte da sua vida na ribeira do Seridó. Teve ao total 7 solicitações de sesmarias concedidas, compreendendo terras não só da Capitania do Rio Grande do Norte, bem como da Paraíba. Ao falecer em 1797, seu patrimônio compreendia terras, escravos, animais e bens móveis avaliados em 5:336\$565 reis que somados aos 2:595\$290 reis do

²³³ BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. *Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1601-1723)*. 1ª ed. Natal: EDUFRN, 2021. p. 172.

²³⁴ Caio Prado Jr. Definiu a ribeira como “o nome genérico (...) que se dá às várias regiões do sertão nordestino; a designação vem da estrutura do povoamento que se origina nas fazendas assim dispostas.”

²³⁵ BARBOSA, *op.cit.*, p. 172.

²³⁶ MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de. *Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciência Humana, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007, p.31. *apud* AUGUSTO, José. *Seridó*. Rio de Janeiro: Borsol – Editor, 1954, p.21.

dote das suas filhas contabilizava um total de 7:911\$855 réis.²³⁷ Tais elementos são indicativos do poder econômico de tais indivíduos e dos meios integradores da interiorização, o gado, a terra e os escravos.

Uma outra subdivisão dos contratos de arrematação era a cobrança do tributo do gado do vento, separada dos dízimos reais. Esse imposto era cobrado sobre o gado criado solto no pato, que não possuía dono. Caso ninguém se manifestasse pela posse do gado, ele era considerado propriedade da Coroa e poderia ser vendido, tendo o seu lucro vertido para a Fazenda Real. Esse processo, no entanto, não era tão simples, após ser capturado o gado era avaliado pelo contratador que realizava admoestações e, em seguida, lançava os editais públicos, para que os seus donos chegassem a tomar conhecimento da situação. Caso não fossem encontrados, o gado era avaliado e lhe designavam um valor.²³⁸

O gado do vento arrematado na Ribeira do Seridó entre os anos de 1781 e 1795 apresentaram as estimativas das criações nos períodos de estiagem, onde a diminuição da criação, levava também a queda dos preços. Os rendimentos, em períodos normais, concentravam-se em torno de 44 mil réis, revelando a produtividade dessas regiões e as possibilidades de aproveitamento econômico com o criatório de gado.

Tabela 3. Arrematação do gado do vento do Seridó (segunda metade do séc. XVIII)

1781	19.760\$
1783	44. 246\$
1793	4.000\$
1794	7.000\$
1795	7.000\$

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: AUTO da arrematação dos dízimos do Gado do vento da Ribeira do Seridó (1781-1783/1793-1795). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. nº de caixa não identificado.

²³⁷ BENTO, Ismaell Filipe da Silva. *As relações familiares no Seridó potiguar através dos inventários e partilhas: as famílias Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares (1788 – 1830)*. 2021. 97 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. p. 68.

²³⁸ BARBOSA, Livia Brenda da Silva. *Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1601-1723)*. 1ª ed. Natal: EDUFRRN, 2021. p. 157.

Conforme Stuart Schwartz, os contratos arrematados eram importantes indicadores do valor da produção das áreas coloniais. Durante os pregões os contratadores dispunham de uma ideia aproximada dos valores da produtividade, no entanto, condições eventuais como secas, inundações e guerras, permaneciam incertas. Apesar de tais eventualidades os contratos apresentavam estimativas da situação econômica dessas regiões. Assim, as quedas abruptas que visualizamos na Ribeira do Seridó entre os anos 1793-1795 deveram-se ao período de estiagem vivenciado nos sertões da capitania, em documento da época o procurador do contrato reclama as condições de arrecadação.

Trecho 1

“decla=
que ao depois da secca nam hã
mais gados sem ferro nem signal
o que se chamam do vento, porque
os poucos que escaparam andam
pastorados por seos domnos e vaquei=
ros, e quando porem sam logo as=
signados e devizados”²³⁹

Trecho 2

“que importa a quantia
de sete mil Reis que os contou em
Meza, e que nada mais houve, por=
que os poucos gados que hã nesta Ri=
beira todos tem vindo de fora, e es=
tes os trazem os donos bem pastora=
dos para senam perderem, por cu=
ja Razam nam hã os Gados chama=
dos do vento”²⁴⁰

De acordo com Livia Barbosa, em “anos de seca, ou outros fatores que geravam baixa demanda na procura dos contratos, os valores poderiam sofrer uma queda. O conteúdo do regimento reforça com essa norma que o provedor tinha a obrigação de garantir uma boa arrematação dos contratos, para que não houvesse prejuízo à Fazenda Real”. Nessas situações, em específico os editais eram reformados e os contratos levados novamente ao pregão, tendo em vista a garantia de melhores ofertas.²⁴¹

²³⁹ AUTO da arrematação dos dízimos do Gado do vento da Ribeira do Seridó (1793-1795). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, fl. 11.

²⁴⁰ *Ibidem*, fl.8.

²⁴¹ BARBOSA, *op. cit.*, p.237.

O período descrito na documentação ficou conhecido como a *Grande Seca* da década de 90, onde tivemos não só uma diminuição da produção, bem como da população que permaneceu aproximadamente a mesma durante 16 anos. Com o fim da estiagem, no início do século XIX, os sertões iniciaram sua reestruturação econômica, com a retomada da produção pecuarista a partir das poucas reses sobreviventes e da população restante na Ribeira do Seridó. Logo, em momentos como esses era comum que as criações, bem como os plantios fossem reduzidos drasticamente, influenciando inclusive sob o número de escravos, vendido nessas circunstâncias para diminuir as perdas.²⁴²

Aliado a isso, Regina Mattos defende que a ausência de fatores de desenvolvimento agrícola juntamente ao baixo nível técnico de produção, sem incentivos à intensificação do uso do solo e o estanco quadro das relações sociais, agravaram a situação econômica. A baixa concentração demográfica nos sertões tornou-se um impeditivo às transformações agrícolas, uma vez que sem a incorporação de mais trabalho humano ou mesmo a fixação dessa mão-de-obra na terra dificultava o desenvolvimento técnico-produtivo à nível local.²⁴³

No que tange à Ribeira do Assú, uma das zonas fiscais mais expressivas da Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVIII e de interesse dos povoadores do sertão, analisamos contratos de mesma natureza sob os quais estipulamos uma base de comparação, que nos permitisse estabelecer uma visão mais abrangente da situação econômica do Seridó. Entre eles destacam-se os contratos de arrematação dos dízimos da Ribeira do Poente do Assú, ou seja, das regiões a oeste, entre 1793 e 1794.

Tabela 4. Dízimos reais da Ribeira do Puente do Assú de 1793

1793	RENDIMENTOS
GADO CABRUM E OVELHAR	51.040\$
LEGUMES E LAVOURAS	180.800\$
PESCADO	56.675\$

²⁴² MACÊDO, Muirakytan K. de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII)*. Natal/RN: Flor do Sal; EDUFERN, 2015. p. 196-197.

²⁴³ MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe – 1850/1890 sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza*. Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985. p. 39.

TOTAL	216.505\$
--------------	-----------

Fonte: AUTO da arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Puente do Assú (1793-1795). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. nº de caixa não identificado.

Nesse período analisado os contratadores reclamam na documentação “por estar aquella Ribeira quase despovoada de moradores por se terem ausentado por causa da rigorosa secca que houve Houve que assolou todos os sertoes”²⁴⁴. Em outro trecho mencionam os “Sertoes quase despovoados de moradores e de gado depois da secca.”²⁴⁵ Apesar da diferença temporal de aproximadamente uma década, em relação à Ribeira do Seridó, os títulos de cobrança da Ribeira do Assú, expostas a condições climáticas semelhantes, apresentaram-se superiores ao correspondente arrecadado no Seridó, em 1783.

Enquanto neste ano arrecadou-se 164.770\$ com os dízimos do Seridó, em Assú arrematou-se 216.505\$, uma diferença de 58.445\$. Conforme explicitado na tabela anterior, há também uma diferença no valor total dos dízimos arrecadados na Ribeira do Assú, isso se dava em grande parte devido a fuga ou morte de animais durante o seu transporte e àqueles usados na alimentação dos contratadores no decurso do recolhimento do dízimo. Em trechos documentais do contrato de arrematação dos dízimos do Poente Assú do ano de 1795 nos deparamos com tais hipóteses, “do gado vacuum entregou ao Arramatante delles Bernardo Joze Lopes de Moraes setenta e duas cabeças, duas que matou para o sustento da junta dos mesmos gados, vinte e quatro lhe tocarão de seo quarto pelo seo trabalho.”²⁴⁶

Nos anos seguintes há uma redução desses rendimentos, as justificativas apontadas no documento apontam para “estar aquella Ribeira quase despovoada de moradores por se terem ausentado por causa da rigorosa secca que houve que assolou todos os sertoes”²⁴⁷. Situação equivalente apareceu em contrato de arrematação do gado do vento na Ribeira do Seridó em 1795, “dito Procurador, declarou que ao depois da secca nam hã mais gados sem ferro nem signal o que se chamam do vento, porque os poucos que escaparam andam pastorados por seos domnos e vaqueiros, e quando porem sam logo assignados e devizados”²⁴⁸.

²⁴⁴ AUTO da arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Puente do Assu (1793-1795). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, fl.4.

²⁴⁵ *Ibidem*, fl.11.

²⁴⁶ *Ibidem*, fl.32.

²⁴⁷ *Ibidem*, fl.6.

²⁴⁸ AUTO da arrematação do Gado do vento da Ribeira do Seridó (1793-1795). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, fl.11.

Tabela 5. Dízimos reais da Ribeira do Puento do Assú de 1794

1794	RENDIMENTOS
GADO CABRUM E OVELHAR	53.680\$
LEGUMES E LAVOURAS	22.000\$
PESCADO	56.650\$
TOTAL	78.050\$ ²⁴⁹

Fonte: AUTO da arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Puento do Assú (1793-1795). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. nº de caixa não identificado.

Tabela 6. Dízimos reais da Ribeira do Puento do Assú de 1795

1795	RENDIMENTOS
GADO CABRUM E OVELHAR	70.000\$
LEGUMES E LAVOURAS	146.675\$
PESCADO	56.670\$
TOTAL	206.675\$*

Fonte: AUTO da arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Puento do Assú (1793-1795). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. nº de caixa não identificado.

Apesar das limitações do *corpus* documental, construímos estimativas acerca desses sertões e sua produtividade. No que diz respeito ao gado vacum e cavalari, por exemplo, em comparação aos dízimos arrecadados na Ribeira do Seridó entre 1782 e 1783, visualizamos uma diferença significativa, as arrecadações nesses anos em relação à Ribeira do Assú apresentam diferenças de 201.450 réis (gados da Ribeira do Seridó de 1782 e gados da Ribeira do Assú de 1793) e 218.260 réis (gados da Ribeira do Seridó de 1783 e gados da Ribeira do Assú de 1795). Embora assolados pela seca, analisamos que há diferenças de rendimentos entre as ribeiras, ora privilegiando a Ribeira do Assú, ora a Ribeira do Seridó. Desse modo, ambas aparentavam possuir uma produtividade, em alguns momentos, quase equivalente, e, por vezes, desiguais, mas significativas e de interesse da Coroa portuguesa.

²⁴⁹ Os valores apresentados correspondem às somas dos elementos disponíveis no contrato, com os devidos descontos aplicados pelo administrador (morte e fuga de animais, por exemplo).

Tabela 7. Dízimos reais da Ribeira do Puento do Assú (1793-1795)

GADO VACUM E CAVALAR	RENDIMENTOS (1793-1794)
62 CABEÇAS DE GADO VACUM 8 CABEÇAS DE GADO CAVALAR	28.960\$
GADO VACUM E CAVALAR	RENDIMENTOS (1795)
98 CABEÇAS DE GADO VACUM 5 CABEÇAS DE GADO CAVALAR	56. 690\$

Fonte: AUTO da arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Puento do Assu (1793-1795). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. nº de caixa não identificado.

Uma outra diferença se apresentou no que se refere à arrecadação do gado do vento, entre os anos de 1781 e 1783, na Ribeira do Seridó. As contas amealhadas nestes anos somavam juntas 64.006\$, enquanto apenas no ano de 1786 na Ribeira do Assú arrecadou-se 184.900\$, cerca de 178.500\$ a mais do que o arrematado no Seridó. Observamos que a produção nessas zonas fiscais, embora passíveis de delimitação, assumiram, durante o período colonial, uma dinâmica fluida, com profusas modificações a depender do percurso seguido pelos arrematadores, ou do período, por vezes, assolado por secas²⁵⁰.

A formação de novas zonas de arrecadação na Capitania do Rio Grande foi acompanhada, portanto, por um processo de organização da Fazenda Real e de especialização dos seus espaços de arrecadação (áreas de criação de gado e produção agrícola) na segunda metade do século XVIII.²⁵¹ No período colonial, tais ordenamentos jurisdicionais se encontravam profundamente imbricados. Em certas ocasiões, a conflitarem entre si, com suas prerrogativas e funções, fossem elas de ordem executiva, legislativa, judiciária, fiscal ou até mesmo eclesiástica²⁵².

Macêdo menciona que o Príncipe, como era referida nos documentos coloniais a Vila Nova do Príncipe, embora tivesse sua sede na antiga Povoação do Caicó, mantinha sob sua responsabilidade os súditos que habitavam terras na Ribeira do Seridó, Capitania do Rio Grande do Norte, e na confluência de parte do sertão da Capitania da Paraíba, do ponto de vista religioso, militar, fiscal e

²⁵⁰ BARBOSA, Livia Brenda da Silva. *Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1601-1723)*. 1ª ed. Natal: EDUFRRN, 2021, p.235.

²⁵¹ *Ibidem*, p.235-237.

²⁵² Ver: ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdicção e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco – Século XVII*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

judiciário.²⁵³ Os homens que estavam inseridos nessa complexa rede de mercês constituíam a elite local, composta por latifundiários que zelavam pela hierarquia social, ostentando seus títulos militares, rebanhos, escravos e propriedades rurais. Chancelados pela concessão de mercês régias, regulamentavam o comércio local e interferiam nas questões ligadas à lavoura, ao gado e ofícios dos munícipes. Na segunda metade do século XVIII, as ribeiras do Assú, Apodi e Seridó, somavam juntas 220 fazendas²⁵⁴. Mesmo em seu auge, os currais dos sertões do Rio Grande do Norte, em geral, não vislumbraram numerosos rebanhos, nem avultados cabedais.

A comercialização do gado nas feiras ou núcleos urbanos do litoral era feita junto a de cordeiros, cabritos, cabras, ovelhas, cavalos, éguas, poldros e poldras, traçaram a geografia de seus rastros. A vinculação com o comércio externo era movimentada, em grande medida, pelos couros salgados e pelas solas. Muirakytan Macêdo aponta que,

“A atividade pecuarista do Rio Grande não fugia à regra da economia do tipo colonial, em que alguns tratos mercantis não se encontravam sob o controle dos produtores. O comércio cidadão das carnes era monopolizado por comerciantes especializados, os marchantes, resultando daí a comercialização de carne verde ficava sob o domínio do capital comercial, mesmo que de pequeno porte, mas produzindo efeito real sobre as atividades de abastecimento.”²⁵⁵

Por fim, o Seridó e suas gentes foram produzidos colonialmente na luta contra o “gentio brabo” e nos dispêndios de suas fazendas. Sua elite sertaneja, costurada pelo gado e pela terra, forjaram seus patrimônios na baixa capitalização das atividades econômicas pecuaristas e nas intempéries do semiárido. Abordaremos esse complexo de relações e poder mais à frente, detalhando a experiência dessa elite e sua relação com o poder régio por meio da Câmara Municipal.

²⁵³ MACEDO, *op. cit.*

²⁵⁴ Dados retirados do relatório do governador de Pernambuco e capitânicas anexas, intitulado: “Idéia da população da capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas costas, rios, e povoações notáveis, agricultura, número dos engenhos, contractos, e rendimentos reaes, augmento que este tem tido & a &.a desde o anno de 1774 em que tomou posse o do governo das mesmas capitânicas o governador e capitam general Jozé Cezar de Menezes”. (Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XL, 1918, p. 9-15).

²⁵⁵ MACÊDO, *op.cit.*, p. 114.

2.3 As gentes do Seridó: de como chegaram e se fizeram

A ocupação e organização dos espaços coloniais obedeceu a uma política colonizadora que considerava a ampliação populacional como um dos vetores de enriquecimento das nações, por esse motivo a expansão da fronteira pastoril foi acompanhada pelos remanescentes populacionais da vida litorânea. Mesmo sem cabedal, aqueles que se aventuraram nas lides pastoris foram subsidiados pelos sesmeiros, proprietários das terras. Muirakytan Macêdo definiu esse contingente populacional empobrecido do litoral açucareiro como os *desclassificados do açúcar*. Os sertões oportunizaram a esses indivíduos sem muitas posses, a possibilidade de se tornarem *homens bons*.²⁵⁶

A sociedade configurou-se no sertão do Seridó a partir da ocupação e trabalho na terra pelos vaqueiros e agricultores, estes últimos cultivavam em regime de trabalho livre como agregados nas grandes propriedades rurais²⁵⁷. Os vaqueiros, por sua vez, possuíam terras e gado e mesmo aqueles que não possuíam, criavam seus rebanhos nas fazendas de outrem. O trabalho nas zonas pastorícias envolvia também os senhores das fazendas, que eram iniciados desde cedo na lide com o gado. Devido à baixa rentabilidade da economia pecuarista e o alto valor dos escravizados, não fazia necessário o uso extensivo da sua mão-de-obra. Ademais, era necessário apenas um vaqueiro no pastoreio de 250 reses, ou seja, não havia uma demanda alta de mão de obra nos sertões pecuaristas.²⁵⁸

Em trabalho realizado por Ariane Pereira, nos deparamos com a análise dessas relações escravistas no Seridó, sobretudo, por meio das negociações sobre as condições de cativo e a conquista da liberdade na Comarca do Príncipe. A população de escravizados na segunda metade do século XIX na Província do Rio Grande do Norte concentrava-se em torno de 13.010 indivíduos dos quais 48,8% eram pardos e 51,2% pretos, esses dados foram construídos baseados no Censo de

²⁵⁶ MACÊDO, Muirakytan K. de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII)*. Natal/RN: Flor do Sal; EDUFRN, 2015. p. 184.

²⁵⁷ Mesmo após a independência (1872), as principais atividades desempenhadas pela população livre/liberta e escravizada no Seridó continuavam ligadas a criação de gado e ao cultivo de lavouras, revelando um padrão econômico constituído ainda no período colonial. No entanto, a predominância das atividades agropecuárias, não impediu uma diversificação dessas ocupações por meio dos comerciantes, guarda-livros, caixeiros, manufatureiros e professores. Tais dados podem ser acessados em dissertação de mestrado de Ariane de Medeiros Pereira (*Escravos em ação na comarca do Príncipe – Província do Rio Grande do Norte (1870-1888)*).

²⁵⁸ MACÊDO, Muirakytan K. de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII)*. Natal/RN: Flor do Sal; EDUFRN, 2015. p. 186.

1872. Ainda conforme a autora, os escravos representavam nesse período 10,1% da população, ou seja, um número pequeno se comparado à população livre que compunha 89,8% dessa sociedade.²⁵⁹

Apesar da baixa escravaria, o valor dos cativos nos inventários representava 20,25% da fortuna geral, ficando atrás apenas das terras/casas e do gado. Além disso, em momentos de estiagem a escravaria assim como o gado eram levados com os fazendeiros durante a retirada, pois possuíam maior liquidez. As terras, no entanto, permaneciam nos sertões devastadas e desvalorizadas. Logo, os escravizados no Seridó constituíram uma parte importante dos cabedais, servindo até mesmo com reserva monetária durante os êxodos nos períodos de estiagem.²⁶⁰

De acordo com Muirakytan Macêdo, entre os anos de 1754 e 1875, os senhores de fazendas detinham entre um e trinta e dois cativos, variando de acordo com as atividades desempenhadas por cada um, caso se dedicasse ao trabalho pastoril e a agricultura os possuía em maior quantidade. Macêdo afirma ainda que “No Príncipe, a grande maioria dos pequenos proprietários de terras possuía apenas um escravo, enquanto alguns grandes criadores possuíam-nos em maior número, de 15 a 31.”²⁶¹

Além da mão de obra escrava, havia também a presença de trabalhadores livres, geralmente, pequenos proprietários que cultivavam a terra junto a sua família e, por vezes, recorriam a outras fontes de renda devido à descapitalização das atividades rurais que pesavam mais sobre os pequenos proprietários.²⁶² Em suma, a hierarquização social nos sertões da Capitania do Rio Grande obedeceu às bases econômicas instauradas pela produção pastorícia assentada no latifúndio. O senhor de terras ocupava uma posição central nessa sociedade, dominando a produção, o comércio e assumindo demandas administrativas de controle social.

Em trabalho demográfico realizado por Muirakytan Macêdo, foram analisados mapas de desobriga do ano de 1777, onde eram quantificados os habitantes e os espaços físicos e humanos das freguesias da capitania descritos e um relatório de 1775 produzido por José Cezar de Menezes para a capitania anexa do Rio Grande

²⁵⁹ PEREIRA, Ariane de Medeiros. *Escravos em ação na comarca do Príncipe – Província do Rio Grande do Norte (1870-1888)*. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. p. 65.

²⁶⁰ MACÊDO, Muirakytan K. de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII)*. Natal/RN: Flor do Sal; EDUFRRN, 2015. p. 198-199.

²⁶¹ MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005. p. 45.

²⁶² *Ibidem*, p.46-47.

do Norte. A desobrigas compreendiam em termos populacionais dados como sexo, classes etárias, nascimentos e mortes. Tal documentação nos aproxima da realidade dessas *gentes* que estavam se formando nos sertões, bem como da sua evolução ao longo do tempo, no entanto, é preciso tomá-la apenas como referência, uma vez que os dados coletados foram interpretados pelos administradores da época.²⁶³

A partir dos dados coletados constatou que grande parte da população do Seridó entre 1775 e 1777 concentrava-se entre 16 e 60 anos, com uma média de 1,3 homens para cada mulher, ou seja, uma sociedade aparentemente equilibrada e propícia demograficamente à formação de famílias. Ademais, analisando a evolução populacional dos sertões juntamente ao processo de especialização econômica desses espaços observamos a seguir:

Tabela 8. População de desobriga do Seridó (1775 -1817)

POPULAÇÃO	ANO	Nº PESSOAS
Pessoas de desobriga	1775	3174
Pessoas de desobriga	1777	2699
Pessoas de desobriga	1872	1817

Tabela produzida pelo autor. Fonte: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Volume XL, 1918, p. 9-15.

Apesar dos períodos de estiagem concentrados entre os anos de 1777 e 1809, a produção pecuarista se restabeleceu e conforme Thiago Dias a produção de couro miúdo durante o século XIX no Seridó chegou a 21.896 peças, com a exportação de mais 70% de toda a produção. Os couros miúdos constituíram-se como um dos principais gêneros de exportação na Ribeira do Seridó, com seu preço variando entre \$160 e \$320 réis. Quanto ao *gado vacum*, nesse período os preços variavam entre 8\$000 e 4\$000 réis, em detrimento do período colonial onde esses preços figuravam em torno de 1\$500 a 4\$000 réis. Logo, apesar da baixa monetarização da atividade pastorícia e dos períodos de escassez, o gado fixou a população nos sertões.

Embora o criatório nesses espaços fosse acompanhado por inúmeros óbices, na configuração colonial a pecuária exercia uma função econômica, que era garantir

²⁶³ MACÊDO, *op.cit.* p.193.

o abastecimento do litoral açucareiro. Com um padrão de produção estabelecido, baseado no latifúndio com técnicas rudimentares de criação e uma população pequena e rarefeita, a atividade pastorícia também atendia ao mercado interno (consumo local e áreas vizinhas). Logo, apesar das condições climáticas e das oscilações do mercado externo, a pecuária se consolidou como a atividade econômica predominante dos sertões. O baixo custo na montagem das fazendas e a estrutura social e cultural que se formou em torno do criatório no século XVIII, garantiu a manutenção das gentes no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte. Garantir a ocupação dessas áreas coloniais era de interesse também da Coroa que fazia uso de títulos e dignidades militares. De acordo com Caio Prado Jr.:

“Revestidos de patentes e de uma parcela de autoridade pública, eles não só ganharam em prestígio e força, mas se tornaram em guardas da ordem e da lei que lhes vinham ao encontro; e a administração, amputando-se talvez com esta delegação mais ou menos forçada de poderes, ganhava, no entanto, uma arma de grande alcance: punha a seu serviço uma força que não podia contrabalançar, e que de outra forma teria sido incontrolável. E com ela penetraria a fundo na massa da população, e teria efetivamente a direção da colônia.”²⁶⁴

Logo, a expansão das fazendas de gado em direção a fronteira aberta implica, não só uma determinação de natureza econômica e prática (garantir o abastecimento das áreas litorâneas), mas também política: a de assegurar ocupação do território pela Coroa, naqueles primeiros séculos da colonização.²⁶⁵ Com o predomínio da atividade pastorícia nos sertões, os espaços e indivíduos foram incorporados a partir da sua relação com o gado. Tais indivíduos eram denominados *sertanejos*. O uso do termo remete ao século XVIII, cunhado como “cousa do sertão”. No século XIX, Henry Koster em viagem ao nordeste se refere ao sertanejo como “*os habitantes do Sertão*”.²⁶⁶ No Dicionário da Língua Portuguesa de Antonio de Moraes Silva, o termo aparece definido como o “*que vive no sertão, ou matos interiores, e longes da costa*.”²⁶⁷

²⁶⁴ Ver: PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense. 6ª ed. 1961. p.325-326.

²⁶⁵ LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII). *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro*, Lisboa, Paris, vol. XXXIV, p.1-11, dez., 1995. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.

²⁶⁶ KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1942. p. 126.

²⁶⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa recopilado de todos os impressos até o presente*. Tomo segundo. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823. p. 673.

Macêdo aponta que “nos primeiros sertões pastoris, o silêncio colonial talvez tenha conhecido seu maior apogeu. As distâncias eram enormes entre o interior e as cidades litorâneas, entre uma fazenda e outra, entre um homem e outro”²⁶⁸. Tais espaços elaborados, entre outras determinações, pela pecuária apresentava características próprias, em suas práticas sociais, cultura material e na sua relação entre a terra e o trabalho²⁶⁹. A mão-de-obra barata e sem muita especialização do sertão do Seridó que atendia ao criatório, sem investimentos avultados, apenas animais, bons pastos e um sítio de terras²⁷⁰, alimentou, precariamente, o mercado interno da colônia, enquanto abastecia a nível local as regiões com sua produção agrícola. A maior parte dos moradores da Vila Nova do Príncipe estavam ligados ao trato com o gado, em todas as espécies, representando cerca de 1,3% do total de um montante de 56 (46,6%) inventariados, entre 1850 e 1890, com dívidas acima de 2.000\$000RS. Em seguida, temos os produtores de gêneros alimentícios com cerca de 0,9% e, por fim, os comerciantes e plantadores de algodão com 0,7% cada²⁷¹.

Um espaço costurado historicamente pelo gado e pelo elemento branco, fundador dessa estirpe e que viria a constituir a elite econômica e política da região, além do elemento africano, crioulo e indígena, estes últimos remanescentes das guerras de extermínio. Participantes de uma economia de baixa capitalização e por vezes, afetada por longos períodos de estiagem e pelas crises do setor produtivo do açúcar. Apesar de tais encalhes, o gado movimentou mercadorias e pessoas pelos sertões do Seridó, moldando essa sociedade à norma colonial da sociedade escravista.²⁷²

²⁶⁸ MACÊDO, *op.cit.* p.191.

²⁶⁹ *Ibidem*, p.223.

²⁷⁰ MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe – 1850/1890 sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza*. Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985, p.23

²⁷¹ MATTOS, *op.cit.*, p.216.

²⁷² MACÊDO, *op.cit.*, p.223-224.

CAPÍTULO 3. A FORMAÇÃO DA ELITE SERTANEJA DO SERIDÓ (SÉCULOS XVIII E XIX)

3.1 O poder local nos sertões coloniais

O poder régio fez-se sentir de diferentes formas na colônia, seja na esfera pública, no que diz respeito às instituições, seja na esfera particular, por meio das práticas cotidianas. De acordo com Júnia Furtado, à medida “que a Coroa submetia e organizava a região, ela representava a si mesma, reproduzia-se em esferas cada vez menores, duplicava-se e instituíam uma sociedade.”²⁷³ Sua manifestação a nível local, no entanto, enfrentou antagonismos refletidos pelas singularidades da sociedade colonial, desde a sua criação, por determinação do poder real, até as suas funções na realização da colonização, enquanto interlocutores do poder central²⁷⁴, que abriram espaço para a formação de novos reflexos e a afirmação de uma alteridade ante a ação metropolitana²⁷⁵.

Parte da historiografia colonial compreende a configuração do vértice dessa política numa perspectiva de Sistema, assentado na dinâmica do exclusivo metropolitano, definido por Fernando Novais como o “mecanismo por excelência”²⁷⁶, cuja função consistia em enriquecer a Metrópole. Seu papel interno era explicado a partir do controle administrativo que servia a acumulação primitiva de capital.²⁷⁷ A historiadora Vera Ferlini afirma que:

“A abordagem da economia da América Portuguesa, na perspectiva do Antigo Sistema Colonial, coloca como relação dominante de exploração a que se estabelece, na diacronia, entre a metrópole e a colônia, como interação dialética entre a condição colonial e as expressões sociais específicas, o que permite a compreensão tanto do processo global como dos movimentos particulares.”²⁷⁸

Neste sentido, o poder local, na figura das Câmaras municipais, enquanto parte dessa dinâmica de exploração tornava-se um elemento de realização do poder metropolitano. Furtado aponta que “a fidelidade ao trono português e a percepção de

²⁷³ FURTADO, Júnia Ferreira. Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para o império marítimo português no século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 108.

²⁷⁴ *Ibidem*, p.389.

²⁷⁵ *Ibidem*, p.108.

²⁷⁶ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979, p.72.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 108-109.

²⁷⁸ *Ibidem*, p.392.

serem súditos de um império transoceânico foram fundamentais para a manutenção e a expansão do poder real na América portuguesa”.²⁷⁹ Ao associar a expansão do poder político imperial ao interesse dos grupos mercantis e àqueles que se engajaram na lide da conquista²⁸⁰, a Metrópole assumia um pacto com os seus súditos, baseada nos mecanismos de legitimação, de inspiração ibérica, sob os quais garantiu a fidelidade dos governados tanto no reino, quanto no império oceânico.²⁸¹

A distribuição de terras, títulos nobiliárquicos, cargos, tenças e outras mercês, foram importantes instrumentos na manutenção desse contrato e do vínculo entre os vassallos e o projeto metropolitano.²⁸² Tais dispositivos conferiam prestígio e inseriram os súditos nas relações hierárquicas de poder na colônia, engajando as elites locais no processo de ocupação. Ricupero defende que “o enriquecimento dos membros da administração colonial, mais do que uma apropriação privada das vantagens oferecidas pelo aparato estatal (embora isso, como vimos, tenha ocorrido), foi necessidade objetiva da colonização portuguesa, que exigia, como parceiros, vassallos ricos que pudessem ser associados de *corpo e alma* ao aparelho governamental.”²⁸³ Vera Ferlini discute que a presença dos indivíduos da elite na administração colonial, sobretudo, nas Câmaras municipais protagonizou lutas e rivalidades, motivadas pelos seus anseios locais, no entanto, tais nuances não romperam com a responsabilidade desses grupos em manter a ordem econômica vigente e os interesses da Coroa.

Furtado elege ainda a fiscalidade e a tributação como importantes meios de integração da perspectiva local ao poder real, de acordo com a autora o pagamento de tributos pelos colonos implicava numa aceitação/submissão à legitimidade da autoridade portuguesa. Esse processo, no entanto, não sobrevinha sem embates entre os governantes e os governados, ante os seus interesses privados e as ambições régias.²⁸⁴ Tais enfrentamentos também podem ser observados na organização das forças militares formada pelas milícias e ordenanças, que revelavam aspectos dessa superposição de poderes e dos conflitos de interesses

²⁷⁹ *Ibidem*, p.114.

²⁸⁰ *Ibidem*, p.393.

²⁸¹ *Ibidem*, p. 114.

²⁸² RICUPERO, Rodrigo M. *Formação da elite colonial*. São Paulo, Alameda, 2011, p.20.

²⁸³ RICUPERO, Rodrigo M. Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI. In: *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI-XIX)*. BICALHO, Maria Fernanda B.; FERLINI, Vera Lucia Amaral (org.). São Paulo: Alameda, 2005, p. 135.

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 117.

das elites locais, recrutadas a partir dos interesses metropolitanos.²⁸⁵ A historiadora aponta que,

“os colonos resistiam às tentativas de recolonização de cunho ortodoxo que a coroa portuguesa por vezes procurava implementar, pois consolidava-se a consciência do papel que o Brasil, particularmente com a descoberta dos minerais, tomava no conjunto do império oceânico ultramarino.”²⁸⁶

Assim, “as Câmaras, em suas expressões social, política e econômica, revelam o grau de ingerência do poder real, mas ao mesmo tempo, a complexidade da relação colonial e o papel contraditório dos homens bons, no seu duplo papel de colono (...) e de colonizadores.”²⁸⁷ Os conselhos municipais eram responsáveis, no período colonial, entre outras obrigações, pelo ordenamento do comércio local, pela manutenção das obras públicas, limpeza das ruas, fornecimento de água e etc,²⁸⁸ revelando em suas atribuições os arranjos do poder local, comumente mais irregulares e espontâneos nas áreas afastadas dos centros políticos e comerciais. Desse modo, ao lançarmos o olhar sob os sertões assimilamos as relações por vezes intrincadas estabelecidas entre a Coroa e as áreas limítrofes da colonização.

Representado nos discursos oficiais como o lugar do vazio, os sertões conformaram-se à dinâmica colonial ao passo do avanço do movimento migratório, orientado pelas demandas materiais/econômicas dos centros exportadores em direção aos interiores. O poder local que viria a se constituir durante esse processo, sob a égide da igreja, das milícias, ordenanças e da câmara municipal, assumiram o verniz metropolitano, fiscalizador, disciplinar e muitas vezes coercitivo, estabelecido sob as contradições e particularidades dos espaços em formação.

Desse modo, nos atemos neste capítulo a pensar de que forma a experiência histórica dos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte contribuíram para a compreensão das relações de poder no interior da colônia, evidenciando as concordâncias e paradoxos desse processo. Conforme Laura de Mello e Souza, “O Estado esteve indiscutivelmente presente na colonização e na administração das possessões ultramarinas: o que se deve perscrutar é a expressão e a lógica dessa

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 119.

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 122.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 391.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 124.

presença”.²⁸⁹ A América portuguesa e seus espaços se constituíram a partir das relações de dominação, mas também de intercâmbio.²⁹⁰ Esse conduto da lógica colonial deu-se nos sertões pela instituição do poder local, direcionado à ordenação da vida coletiva e, por conseguinte, da vida pública. Os cargos na câmara municipal destinados à observação da organização urbana e das relações econômico-sociais, revelavam um caráter disciplinador (espaços e gentes) no gerenciamento do cotidiano das vilas e cidades.²⁹¹

Em estudos realizados pela historiadora Avanete Souza no senado da câmara da Bahia, identificou-se que os grupos familiares fechados e tradicionais reuniam o poder concelhio, obedecendo critérios como a origem nobiliárquica, estratificação social e patrimônio, previamente estabelecidos pelo regulamento régio e pelas resoluções locais. A elite camarária constituída a partir desses homens identificados como *homens bons*, dirigiam a vida socioeconômica e política das câmaras municipais²⁹² e acumulavam com seus ofícios, cabedais de cunho econômico, moral e sociocultural.

A câmara municipal lhes conferia, portanto, não só a possibilidade de ascensão social, bem como de articulação e influência na sociedade local. Servir ao rei era oneroso, mas possibilitava aos colonos ganhos, tanto econômicos como sociais. Ao integrarem os espaços públicos, os vassallos d’El Rey inseriram-se na realidade colonial, caracterizada por conflitos e divergências relacionados, sobretudo, a questões cotidianas do que a questões estruturais.²⁹³

De acordo com Ricupero, o servir ao El Rey apresentava limites que exigiam aproveitar as possibilidades legais de enriquecimento, sem abusar dos meios ilegais, garantir o cumprimento das tarefas estabelecidas e a manutenção de boas relações com as autoridades régias. A política de troca de serviços por mercês, não deixava de ser um instrumento útil para que os ganhos dos vassallos, incluindo os recursos desviados da própria Coroa, caso fossem, em alguma medida, drenados para os

²⁸⁹ SOUZA, Laura de Mello e. Política e administração colonial: problemas e perspectivas. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 77.

²⁹⁰ *Ibidem*, p.89.

²⁹¹ SOUZA, Avante Pereira. Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII). In: *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI-XIX)*. BICALHO, Maria Fernanda Bicalho; FERLINI, Vera Lucia Amaral (org.). São Paulo: Alameda, 2005, p. 135.

²⁹² *Ibidem*, p.318.

²⁹³ *Ibidem*, p.320.

interesses da Monarquia²⁹⁴. Desse modo, o enriquecimento dos funcionários coloniais seja por vias lícitas ou ilícitas era parte estruturante e inevitável do Império, uma vez que outra forma a Coroa poderia encontrar de atrair seus vassallos para assumir a administração das áreas coloniais, muitas vezes, repletas de perigos e surpresas.

As câmaras municipais exerceram, no período colonial, o papel de células mediadoras entre o poder metropolitano e o local. Sua autonomia, portanto, não divergia das diretrizes régias, ao contrário, tais movimentos confluíam-se numa só dinâmica. A autonomia fazia parte do projeto colonial e era empregada dentro dessa estrutura em benefício da metrópole. De acordo com Souza:

“Os procedimentos práticos do poder local calcavam-se em *autonomia de ação*, que, como referido, era delegada, permitida e, em muitos casos, até mesmo incentivada, o que explica, por vezes, a interiorização da intervenção da Câmara de Salvador para além dos seus limites jurisdicionais.”²⁹⁵

A fórmula da autonomia aplicada a administração local, sobretudo, nos sertões, exonerava as autoridades metropolitanas de uma parte das responsabilidades, enquanto, aos vassallos era concedido o usufruto de certa independência administrativa.²⁹⁶ Ante a impossibilidade de imprimir um cunho de generalidade que manifestasse a presença d’El Rey sobre os territórios da colônia, as câmaras auxiliavam no processo de fixação da população e na manutenção dessas áreas em mãos portuguesas.²⁹⁷

As experiências de vilas na América Portuguesa foram sobrepujadas pela vontade metropolitana, concentrando-se, nos primeiros anos, pela costa. Devido às divisões ainda turvas de funções desses órgãos, no período colonial, o município fazia as vezes da competência política, jurídica e administrativa. Somente com a complexificação das estruturas coloniais é que as câmaras couberam apenas às funções política e administrativa locais.²⁹⁸

²⁹⁴ RICUPERO, Rodrigo M. *Formação da elite colonial*. São Paulo, Alameda, 2011, p.205.

²⁹⁵ *Ibidem*, p.321.

²⁹⁶ ZENHA, Edmundo. *Município no Brasil: 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948, p. 7-8.

²⁹⁷ *Ibidem*, p.16

²⁹⁸ *Ibidem*, p.24-29.

Nesse sentido, implantadas as bases da estrutura econômica, social e política, os “homens bons”, ou seja, aqueles que costumavam andar sob o regimento²⁹⁹, passavam a tomar parte direta na administração da vida local, deliberando sobre questões do dia a dia, como a construção de obras públicas, preços, remuneração de diferentes ofícios e etc. Eram eles os responsáveis por representarem o interesse da Coroa perante os colonos e vice-versa. De acordo com Ricupero:

“servir à Coroa era uma das mais importantes formas de ascensão social e econômica, porquanto, como já vimos, o cofre de mercês gerido pelo monarca era amplo e as mercês variadas, o que permitia agraciar os serviços realizados pelos grandes e humildes, tanto na metrópole como por todo o Império.”³⁰⁰

O poder local e sua autodeterminação nos sertões forjaram-se à medida da presença do poder metropolitano e sua capacidade de centralização. Organizando-se, inicialmente, a partir de suas próprias necessidades e favorecendo-se desse sistema embrionário, o avanço e consolidação da colonização nesses espaços dirigiram as municipalidades a espaços cada vez menores de poder.³⁰¹ As vilas auxiliaram no processo de fixação da população nos sertões e no desenvolvimento de condições necessárias à sua exploração econômica. As câmaras municipais eram nesses recônditos uma garantia de ordem e justiça, sob as quais os colonos não se sentiam suficientemente protegidos para fixar-se de vez.³⁰²

As municipalidades sertanejas, de acordo com Capistrano de Abreu, não diferiram das do litoral, uma vez que também possuíam direito a petição, a taxar os gêneros de produção local e escolher os juízes ordinários, mas eram tão-só corporações administrativas.³⁰³ O autor exemplifica tal condição por meio do caso da Câmara do Icó no Ceará, instaurada em 1738,

“Dos assentos da câmara do Icó no Ceará, instalada em 1738, constam posturas relativas ao plantio de mandioca para farinha e de carrapateira para o fabrico de azeite, à proibição de exportar farinha por causa da

²⁹⁹ Definição retirada das *Ordenações Filipinas*, Livro I. Título LXVI. Universidade de Coimbra. Disponível em: Acesso em: 28 nov. 2019.

³⁰⁰ RICUPERO, Rodrigo M., *op. cit.*, p.57.

³⁰¹ ZENHA, *op. cit.*, p.19.

³⁰² *Ibidem*, p.31.

³⁰³ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-100*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p.141.

carestia, aos salários que deviam cobrar alfaiates, sapateiros e outros oficiais, à morte de periquitos, etc.”³⁰⁴

Thiago Dias, amplia essa visão, ao discutir os espaços camarários sob a perspectiva da fundamentação institucional, que compreende sua corporização nas coisas, equipamentos, processos políticos e administrativos, nos saberes e na mentalidade, ou seja, nos mais variados aspectos da sociabilização e interação humana. Em sua análise, a espacialização das câmaras, ultrapassam o ambiente administrativo influenciando sobre os territórios, as pessoas e suas relações. Dentre os mecanismos que compunham seu poder concelhio, estavam a linguagem, os privilégios, as cerimônias, as normas e as punições.³⁰⁵ A linguagem institucional ou vocabulário institucional, por exemplo, atuou nessa conjuntura através da utilização de termos que lhes conferiram uma especialização lexical e conseqüentemente um distanciamento/distinção em relação aos demais espaços e gentes. O autor recorda que essa linguagem é empregada,

“nas cartas, ofícios, alvarás, leis, decretos, oratórias, mensagens e em toda a multiplicidade de formas de comunicação escrita e falada entre as pessoas institucionalizadas. Faz parte dessa linguagem os pronomes, as referências hierárquicas, os votivos e símbolos utilizados nas bandeiras e escudos, assim como, os títulos e cargos honoríficos dos envolvidos.”³⁰⁶

O historiador aponta que “os privilégios institucionais são pequenos ganhos atribuídos às relações e as pessoas institucionalizadas quando elas apresentam coesão e coerência com os ditames institucionais, reunidos com alguma intenção racional e claramente apresentados aos envolvidos.”³⁰⁷ Porquanto, aqueles vassalos mais adequados às normas institucionais ascendiam às hierarquias e como prêmio por manterem a ordem, recebiam melhorias. As cerimônias ou ritos camarários normatizadores impunham desde a sua constituição o respeito e autoridade àqueles que integravam seus segmentos hierárquicos e a comunidade externa.

³⁰⁴ *Ibidem*, p.141.

³⁰⁵ DIAS, Thiago Alves. O Espaço institucional e as câmaras. Uma discussão teórica e historiográfica acerca das Câmaras municipais enquanto instituições do Império Português. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 16., 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos* [...] São Paulo: 2011. p. 4. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anaisimposios/pdf/201901/1548856702_16e5dda3ef193a840b86640ee2ae68a3.pdf. Acesso em: 2 de mar. 2023.

³⁰⁶ *Ibidem*, p.4.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 4-5.

Aos que desobedeciam ao conjunto de leis e posturas redigidas e fiscalizadas por seus pares, eram-lhes reservada a punição ou castigo institucional, que objetivava em seus mecanismos de correção e intimidação manter o bem-estar e a normalidade do ambiente concelhio.³⁰⁸ Dias analisa, portanto, que os espaços camarários, bem como seus sistemas operacionais incidiam não só sobre os aspectos políticos e administrativos locais, bem como sobre suas sociabilidades. Em suma, a Coroa portuguesa controlava e disciplinava pela via institucional os “corpos, mentes, almas e territórios no Novo Mundo”³⁰⁹. Ainda que os concelhos municipais no período colonial tenham se imbuído de um certo personalismo, pela intervenção direta dos seus moradores nos negócios públicos, respondiam ao governo geral, estruturando-se a partir de sua hierarquia administrativa, “a Câmara local exerce, juntamente com o poder que a ela é conferido e dela emana por consentimento dos indivíduos institucionalizados, a figuração maior do Estado e sua administração dentro das vilas”³¹⁰.

A fundação de vilas e suas respectivas câmaras representava, por conseguinte, a institucionalização dos seus territórios e da vida colonial. Tal processo acompanhado “por uma série de ritos, controles, obediências, normas, condutas, sociabilizações; emanam da figura do rei, que não é somente de carne e osso, mas de nobreza e títulos, concelhos e conselheiros, armas e soldados, papeis e uma série infinda de mecanismos que o fazem ser rei e, portanto, ditar o viver institucionalizado.”³¹¹

Seguindo uma interpretação patrimonialista, Raimundo Faoro defende que “as vilas se criavam antes da povoação, a organização administrativa precedia ao afluxo das populações. Prática que é modelo da ação do estamento, repetida no Império e na República: a criação da realidade pela lei, pelo regulamento. A América seria um reino à molda, na forma dos padrões ultramarinos, não um mundo a criar”³¹². Em suma, as vilas e suas respectivas câmaras além de moldar os espaços coloniais aos padrões ultramarinos, funcionavam também como núcleos de vigilância das atividades comerciais, estruturando-as conforme o interesse fiscal da Coroa.³¹³

³⁰⁸ *Ibidem*, p.5.

³⁰⁹ *Ibidem*, p.6-7.

³¹⁰ *Ibidem*, p.14.

³¹¹ *Ibidem*, p.15.

³¹² FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª edição. São Paulo: Globo, 2001, p. 137.

³¹³ *Ibidem*, p. 144-145.

Nos sertões percorreu-se um caminho inverso à dinâmica de ocupação e conquista do litoral, elucidada por Faoro. O povoamento precedeu a instalação das estruturas administrativas que se consolidaram à medida do desenvolvimento econômico dessas áreas. A autonomia tolerada nas vilas sertanejas, imposta pelas distâncias em relação ao poder central e seu caráter econômico complementar, encontrava nos funcionários régios e nos próprios ditames institucionais, mantenedores da ordem metropolitana, a presença real, que se fazia sentir na colônia. De acordo com Faoro,

“O município, como as capitâneas e o governo-geral, obedecia, no molde de outorga de poder público, ao quadro da monarquia centralizada do século XVI, gerida pelo estamento cada vez mais burocrático. A expansão das forças locais seria, muitas vezes, tolerada como transação, provisoriamente, com o retorno à ordem tradicional, como estrutura permanente de governo. A cadeia político-jurídico administrativa criava, na verdade, tensões com a corrente local (local e não municipal), num conflito vivo durante quatro séculos.”³¹⁴

Os oficiais camarários eram instrumentos do poder real, este último sustentado pelos seus recursos humanos e financeiros, e cuja viabilização dos projetos dependia da negociação da doação de terras, cargos, rendas e títulos nobiliárquicos.³¹⁵ Ricupero aponta que essa condição foi fundamental à consolidação do aparato da exploração colonial na América portuguesa. Assim, embora a elite colonial constituísse o rol dos súditos fiéis, apresentava interesses de ordem pessoais e variados, com os quais se relacionavam de diferentes formas em sociedade.³¹⁶

Por último, apesar de uma parcela da historiografia colonial brasileira³¹⁷ endossar a autonomia dos espaços concelhios, sobretudo, nas áreas mais afastadas dos centros litorâneos, contrariando por vezes a lógica metropolitana, em defesa dos interesses dos *homens bons* e suas oligarquias municipais. Não refletimos, no entanto, tais relações e conjunturas locais dissociadas da sua autonomia, ao contrário, entendemos que à medida que a Coroa portuguesa permitia às elites

³¹⁴ *Ibidem*, p.173.

³¹⁵ RICUPERO, Rodrigo Monteferrante. *Formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 13.

³¹⁶ *Ibidem*, p.152.

³¹⁷ Ver: BICALHO, Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*. nº 36, vol. XVIII, 1998; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Batista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Monteiro (orgs.). *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

locais certas liberdades e privilégios, estava atenta aos excessos de autonomia das gentes do sertão, seja por meio da manutenção de uma ordem hierárquica, seja pelo raio de ação (administração) conferido às câmaras nos interiores.

3.2 Terra, gado e escravos: configurações de poder no sertão do Seridó

Com a instalação das populações no sertão do Seridó e sua estruturação política e econômica gerou-se um manancial notarial, expresso, sobretudo, a partir de inventários, com os quais realizamos inferências sobre a pequena fatia da sociedade, que ao longo da sua existência, amealhou bens de valor significativo na Ribeira do Seridó. Tais fontes produzidas pelos próprios senhores de terras, ou seus familiares, envolvidos no poder local, nos apresentam um perfil patrimonial dos *homens bons* da Câmara Municipal da Vila Nova do Príncipe e uma noção aproximada das condições de seus bens familiares³¹⁸.

Os inventários, comumente, lavrados por juízes ordinários de órfãos indicam aspectos como a relação e descrição do patrimônio dos inventariados, a partilha dos seus bens entre os herdeiros e a rede creditícia que declaravam ter. Logo, após o seu falecimento, o outro cônjuge (quando vivo), solicitava ao juiz da comarca a abertura do inventário. Homologados o inventariante e seus avaliadores, discriminavam-se os herdeiros e os órfãos menores (quando houvesse), destinando-lhes tutores para zelar pelos cabedais legados. Só então, contabilizava-se tudo o que o indivíduo possuía e o que ele devia³¹⁹.

Vistoriados os bens *in loco*, atribuíam-lhes um valor e sua somatória formaria o que conhecemos como “monte-mor”. Dessa soma descontavam-se as dívidas “ativas” e “passivas” e àquelas referentes ao funeral, todo o restante era dividido entre o cônjuge, os herdeiros e as “vontades” do morto como doações, missas e etc³²⁰. No Primeiro Cartório de Caicó-RN nos deparamos com 6 inventários dos oficiais das primeiras formações camarárias da Vila Nova do Príncipe. São documentos escritos entre os anos de 1764 e 1886, a partir dos quais analisamos um pequeno número de autos, dada a ausência documental e a pequena parcela da elite local, que concentrava a renda e o poder político em suas mãos. Suas fortunas

³¹⁸ Ver: MACÊDO, Muirakytan K. de. Tratos e caminhos da Capitania do Rio Grande do Norte: comércio e consumo na Ribeira do Seridó. *Embomal*, Fortaleza, vol. VIII, nº16, p.17-32, jul./dez., 2017.

³¹⁹ *Ibidem*.

³²⁰ *Ibidem*.

seguindo o padrão dos sertões não constituíam grandes somas de “móveis finos e dinheiros sonante”³²¹. Muirakytan Macêdo aponta que na Ribeira do Seridó, de 1737 a 1813, 69,6% dos ativos das famílias não passavam de um conto de réis,³²² “a fortuna que vem da agricultura e da pecuária é lenta e difícil. (...) A prova direta e cabal encontramos-la nos inventários trazidos a público, testemunhos fidedignos da modéstia dos espólios.”³²³

As categorias de bens patrimoniais dos criadores de gado da Ribeira do Seridó aparecem reunidos nos inventários *post-mortem* em itens como título de ouro, título de dinheiro, título de gado (vacum, cavalari, cabrum e ovelhum), título de escravos, título de móveis, de bens raiz e títulos de dívidas ativas e passivas. Nos detemos nesta pesquisa, todavia, a analisar a tríade gado-terra-escravo sob os quais formaram-se os sertões do Seridó e que respondia por 79% de todo cabedal inventariado, conforme pesquisas realizadas por Macêdo³²⁴. Dentre os agentes do Senado da Câmara do Príncipe investigados está Rodrigo Medeiros da Rocha, capitão e juiz ordinário, filho de João Damasceno Pereira e de Maria dos Santos de Medeiros; neto, portanto, pelo lado materno, do português Rodrigo de Medeiros Rocha. Este último era irmão de Sebastião de Medeiros Matos, sendo naturais da Ilha de São Miguel dos Açores³²⁵, conotando-se como uma das principais famílias do Seridó. Em 1816, apresentava entre os bens inventariados apenas 1 escravo de cor cabra, de 18 anos, avaliado em 250.000 réis e 8 peças de gado cavalari que somavam juntos 388.000 réis. De gado vacum, o oficial camarário possuía no momento do seu inventário 3 peças avaliadas em 71.000 réis, além de uma soma em terras de 1.556\$430 réis. Quanto às suas dívidas, as passivas calculadas 879.500 réis superavam as dívidas ativas avaliadas em 198.000 réis. Tais indicativos demonstram o poder econômico deste indivíduo e suas poucas atividades comerciais, representadas pelo valor das dívidas ativas. Este, por sua vez, não possuía escravos.

Enquanto isso, o sargento-mor Manuel Gonçalves de Melo, juiz ordinário na Vila Nova do Príncipe, possuía como bens declarados em seu inventário de 1819, 12

³²¹ *Ibidem*, p.20.

³²² *Ibidem*, p.20.

³²³ MACHADO, José de Alcântara. Vida e morte do bandeirante. Editora UNB: Brasília, 2014, p.12.

³²⁴ MACÊDO, *op. cit.*, p.21.

³²⁵ MACÊDO Muirakytan K. de; BUENO, Almir de Carvalho; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; ANDRADE, Juciene Batista Felix (Orgs.). *História & Memória da Câmara Municipal de Caicó*. Natal; Caicó: EDUFRRN; SESC/ RN, 2016, p.46.

escravos que juntos somavam 1.815\$000 réis, além de ostentar 3.450\$000 réis em terras. Apesar do valor amealhado com o título de terras e escravos, só apresentou no momento do arrolamento do seu patrimônio três peças de gado cavalariço, avaliadas em 48.000 réis. No que diz respeito às dívidas ativas foram identificadas apenas 20.600 réis referentes ao seu irmão Felis Gonçalves Mello. As dívidas passivas ultrapassaram esse valor contabilizando 3.606\$173 réis. Os créditos presentes nos inventários versavam, em geral, sobre a compra e venda de gados, terras, fazendas e despesas com celebrações religiosas, no entanto, nos documentos descritos neste capítulo, as dívidas ativas e passivas mencionadas quase sempre informam apenas o nome do devedor e a quantia devida. Nos permitindo apenas acessar suas fortunas amealhadas e capacidade creditícia.

Antonio da Silva e Souza, por sua vez, natural da freguesia de Santo Tirso, do Bispado de Porto, Portugal, foi o primeiro presidente da Câmara da Vila Nova do Príncipe, quando da criação do município em 1788. Em seu rol de bens inventariados no ano de 1823, encontramos aproximadamente 7 escravos avaliados em 670.000 réis; 6 peças de gado cavalariço no valor de 46.500 réis; 8 peças de gado vacum de 20.500 réis; 60.000 réis em “1 sorte de terra de criar nesta Ribeira do Siridó no cirburbio desta Villa da parte do Norte”³²⁶ e não apresentava dívidas. A maior parte das posses de Silva e Souza em comparação aos demais agentes camarários eram de escravizados, denotando a sua importância numa sociedade pecuarista.

O inventariante José Teixeira da Fonseca em 1846, possuía 11 escravos avaliados em 2.690\$000 réis; 1.286\$720 réis de terras; 9 peças de gado cavalariço no valor de 276.000 réis; 8 cabeças de gado ovelheiro de 8.000 réis e 18 peças de gado vacum avaliadas em 260.000 réis. Suas dívidas ativas estavam arroladas em 2.355\$907 réis e as passivas em 3.644\$221 réis. Acredita-se que grande parte dos escravizados presentes nos bens inventariados dos senhores dos sertões eram empregados na pecuária, os únicos capazes com seus cabedais de manter tal atividade, sob condições muitas vezes desfavoráveis, devido aos fenômenos

³²⁶ Caixa 329 (1823). Inventário de Antonio da Silva e Souza. Inventariante: Thereza Maria da Rocha, p.26.

climáticos, a qualidade dos pastos entre outros fatores, que os impediam de se lançar sobre qualquer outro empreendimento agrícola de larga escala³²⁷.

Por fim, analisamos o inventário de Manoel de Souza Forte que aparece como juiz ordinário na Câmara Municipal da Vila Nova do Príncipe entre 1788 e 1791. Seus bens arrolados em 1793, após a sua morte, foram registrados 4 escravos avaliados em 330.000 réis; 2.526\$000 réis de terras; suas dívidas, no entanto, não foram especificadas devido a problemas estruturais do documento, mas identificamos um montante avaliado em 1.179\$965 réis, aproximadamente. O total do inventário é de 1.963\$.635 réis.

Tabela 9. Bens inventariados dos homens bons da Vila Nova do Príncipe (1764-1886)

NOME	TÍTULO DE TERRAS	TÍTULO DE GADO VACUM	TÍTULO DE GADO CAVALAR	TÍTULO DE ESCRAVOS	DÍVIDAS ATIVAS	DÍVIDAS PASSIVAS
RODRIGO MEDEIROS DA ROCHA	1.556\$430	71\$000	388\$000	250\$000	198\$000	879\$500
MANUEL GONÇALVES DE MELO	3.450\$000	-	48\$000	1.815\$000	20\$600	3.606\$173
ANTONIO DA SILVA E SOUZA	60\$000	20\$500	46\$500	670\$000	-	-
JOSÉ TEIXEIRA DA FONSECA	1.286\$720	260\$000	276\$000	2.690\$000	2.355\$907	3.644\$221
MANOEL DE SOUZA FORTE	2.526\$000	-	-	330\$000	1.179\$965*	-

Fonte: Inventários *post-mortem*, (1764-1886). LABORDOC, CERES, UFRN, Campus de Caicó/RN.

Deduzimos a partir dos dados apresentados que essa fração da elite camarária do Seridó obedece um padrão demarcado pela presença do gado, de terras e escravizados entre os bens listados em seus inventários. O historiador Muirakytan Macêdo em análise de 56 inventários (1737-1813) da Ribeira do Seridó afirma que “todos eram de alguma forma, ligados à pecuária, mas 16 não possuíam nenhum tipo de bem imóvel, terra, por exemplo. Dentre estes, 10 possuíam escravos e gado.”³²⁸

³²⁷ MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe – 1850/1890 sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza*. Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985, p.180.

³²⁸ MACÊDO, *op.cit.*, p.21.

Diferentemente do litoral, onde as elites formaram-se em virtude da sua participação no governo da conquista, que como indicado por Ricupero “facilitava (...) a inserção nas atividades econômicas, tais como comércio de pau-brasil, exploração agrícola e construção de engenhos, e permitia assim a formação de grandes patrimônios”³²⁹. Nos sertões coloniais, mais especificamente, nos sertões do Seridó, obedeceu-se a uma dinâmica inversa onde a montagem desse patrimônio do ponto de vista material, da posse do gado, das terras, dos escravos e dos cargos militares, deu-se ainda na Ribeira. A câmara municipal apenas legitimou os papéis políticos dessa nascente elite. A hierarquia social já preexistia, antes que a administração colonial se formalizasse, grande parte desses homens, por exemplo, eram revestidos de patentes e de certo reconhecimento local. À exemplo disso temos os *homens bons*, analisados neste capítulo, como o capitão Rodrigo de Medeiros Rocha; o sargento-mor Antonio da Silva e Souza; o capitão José Teixeira da Fonseca; o sargento-mor Manuel Gonçalves Melo e o tenente coronel Manuel de Souza Forte. “As ordenanças, como de resto a administração colonial, prestariam além de suas funções militares, um papel especial nos serviços públicos coloniais, afinal seus oficiais formavam via de regra o Senado da Câmara.”³³⁰

Analisamos ainda tais aspectos num estudo de caso de um dos membros da elite sertaneja do Seridó, Laurentino Bezerra de Medeiros. Natural do distrito de Currais Novos, e vivente da segunda metade do século XIX, deixou-nos suas memórias, numa espécie de diário autobiográfico, através do qual desvendamos aspectos econômicos, sociais e políticos do sertão do Seridó e suas nuances de fartura, privação, paz e guerra, doença e saúde, liberdade e cativo. Um documento escrito a próprio punho por um fazendeiro seridoense sobre suas efemérides, seus teres e haveres.³³¹

Embora situado no Império, seus relatos carregam reminiscências do período colonial, com elementos sociais (escavidão), políticos (participação do Laurentino na política provincial) e econômicos (pestes, secas e relato dos gados e mercadorias). Discutiremos a seguir trechos de suas memórias que trazem elementos do processo de formação dessa elite, consolidada no Império, mas com

³²⁹ RICUPERO, *op.cit.*, p.23.

³³⁰ MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005, p.55.

³³¹ MACÊDO Muirakytan K. de; BUENO, Almir de Carvalho; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de ANDRADE, Juciene Batista Felix (Orgs.). *História & Memória da Câmara Municipal de Caicó*. Natal; Caicó: EDUFRRN; SESC/ RN, 2016, p. 13-99.

raízes profundas no período colonial. Num de seus relatos do ano de 1872, por exemplo, o autor destaca a sua participação no contrato dos dízimos de gado, que na segunda metade do século XVIII eram monopolizados quase exclusivamente pela elite de Natal.

1872

“Pela seca acabei meu açude já em Dezembro vendendo umas vacas a Candido em Novembro, neste anno fui socio nos Dizimos de Gado desta freguesia do Acary, pela primeira vez mandei fazer uma compra em S. Rafael Por Pedro Neves, veio os gados caros, novilha a 21500, garrotes a 15500.”

Além da inserção no comércio oficial mediado pela câmara municipal, Laurentino comercializava o gado e demais produtos da sua fazenda com indivíduos da região ou de localidades próximas. Embora não identifiquemos de forma clara esses sujeitos enquanto comerciantes na documentação do período colonial, eles participavam ativamente da produção e venda das suas mercadorias. Outro elemento definidor dessa elite aparece em memória de 1872, quando da sua participação na política local, instrumento legitimador de cabedal e prestígio.

1864

“Janeiro aprontei a casa de S. Ritta, fiz farinha 3 semanas vendeo-se a mais de dez mil reis.”

1865

“No fim de Março peguei e entreguei no 1º de Abril ao Pires uma boiada vendi a 42\$mil reis.”

1872

“Acaba de falecer no Municipio de Currais Novos o distinto e respeitavel cidadão Laurentino BeZerra de Medeiros Galvão, nosso ilustre amigo e correligionário, um dos homens de muita nomeada e prestígio naquela localidade, onde por muitos anos, durante o antigo regimen, chefiou o partido Liberal, que, no biênio de 1887-1888, elegeu-o seu representante na Assembléa Provincial.”

Assim, como ainda não tivemos acesso à primeira composição da câmara da Vila Nova do Príncipe, optamos por trabalhar com estudos de caso que

apresentasse os elementos que pretendemos discutir ao longo da dissertação e que elencamos como fundamentais na compreensão da formação da elite sertaneja do Seridó. Defendemos uma configuração ensejada pela tríade terra-comércio-câmara, através da qual analisaremos os demais aspectos de sua formação, entendendo que os espaços e gentes coloniais não estão dissociados das estruturas que os antecedem, mas diretamente relacionados a elas.

Os oficiais superiores das ordenanças eram, portanto, figuras do poder local, seja no âmbito material ou simbólico, por serem revestidos de autoridade pública, pagamento dados aqueles que combateram os indígenas, atendendo aos reclamos da população e del Rey. Os primeiros povoadores, bem como seus descendentes, constituíram o poder local na Ribeira do Seridó e mais tarde na Vila Nova do Príncipe. Tais conjunturas conforme apresentadas ao longo do recorte temporal permaneceram quase que inalteradas nos sertões.

3.3 Os homens bons da câmara municipal da Vila Nova do Príncipe

O estabelecimento do Estado metropolitano na América Portuguesa, ao contrário do Oriente, implicou no seu envolvimento com a produção dos gêneros de interesse do comércio europeu. O açúcar, mola propulsora dos empreendimentos coloniais, em ampla comercialização na Europa, e de caráter sedentário, viabilizou a fixação dos núcleos populacionais que criaram pontos de ocupação e defesa do território.³³² A conquista da América demandou recursos e braços dos vassallos d'el Rey, que atuaram na execução do projeto colonial, prestando serviços à Coroa em troca de honras e mercês. “A distribuição de terras, as isenções de tributos e o apoio à construção de engenhos e aos lavradores de cana”³³³ alimentaram essa política que contribuiu com a formação de uma elite colonial residente. Caracterizada pela concentração de terras, trabalho escravo e pela lavoura exportadora, o sentido da colonização determinou a dinâmica da relação entre a elite e a Coroa. De acordo com Caio Prado Júnior:

“Os sucessos da exploração agrária se devem no Brasil, em primeiro lugar, à larga disponibilidade de terras em cuja apropriação não concorreu com o número relativamente reduzido dos empreendedores da exploração agrária do país, e que se tornaria sua classe dominante.”³³⁴

³³² Ver: RICUPERO, Rodrigo Monteferrante. *Formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 114-125.

³³³ *Ibidem*, p.118.

³³⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 25.

A massa escravizada forneceu aos grandes proprietários a força de trabalho necessária ao cultivo do açúcar. À princípio, por meio do apresamento de indígenas subjugados e domesticados, e, posteriormente, pela compra de africanos, importados pelo tráfico negreiro. A base da sociedade colonial fundamentava-se, portanto, na grande propriedade, sustentada pela escravidão e justificada pelos negócios (produção e comercialização dos produtos demandados pelos mercados europeus).³³⁵ A administração colonial enquanto parte estruturante dessa dinâmica, como anteriormente explicitado, converteu-se num importante meio de integração da elite residente, contribuindo com a ampliação/manutenção do seu patrimônio, no além mar.³³⁶ O historiador Charles Boxer ressalta que, “A composição do conselho no que diz respeito ao número de vereadores, ausência ou presença de um juiz da Coroa que presidisse, etc., variava também de acordo com o tamanho relativo e a importância da municipalidade em questão.”³³⁷ No período colonial, essa composição era de “três vereadores, dois magistrados, um procurador e um secretário (...), sendo a presidência exercida alternadamente por cada um dos vereadores, por um período de um mês.”³³⁸

Quanto à formação dos poderes locais, Boxer atribui ao Senado da Câmara e às irmandades de caridade laicas a responsabilidade de manterem unidas as diversas colônias de Portugal. Em sua obra, o autor retrata as câmaras municipais, como peça fundamental na organização e manutenção do Império marítimo, dada a sua capacidade de adaptação a diferentes realidades que lhes garantiu excepcional duração. Sua discussão amplia o entendimento acerca da estruturação político-administrativa da colônia ao considerar os poderes locais e não só as decisões centralizadas na constituição das municipalidades.

Boxer, examina que a interferência das oligarquias nas câmaras, seja reelegendo os mesmos oficiais, seja distribuindo rotativamente os cargos entre eles próprios e seus parentes provocou um distanciamento em relação ao poder metropolitano, tendo em vista o fator do localismo, fundamentado na perpetuação dos cargos camarários e pela dificuldade de comunicação.³³⁹ O autor ainda

³³⁵ *Ibidem*, p. 48-77.

³³⁶ RICUPERO, *op. cit.*, p. 125.

³³⁷ BOXER, Charles. *O império marítimo português, 1415-1825*, 3ª ed., Lisboa: Edições 70, 1969, p. 268-269.

³³⁸ *Ibidem*, p.268-269.

³³⁹ De acordo com Charles Boxer, em *O império marítimo português, 1415-1825*: “Somente os Conselhos Municipais mais importantes utilizavam muito o seu direito de se corresponderem

evidencia que apesar de tais especificidades, é preciso reconhecer que os conselhos coloniais, em geral, se constituíram de indivíduos que levaram a sério seus deveres e atribuições.³⁴⁰No entanto, de acordo com Boxer, *houve inevitavelmente casos de nepotismo, corrupção e desvio de fundos*³⁴¹, levando em consideração as prerrogativas metropolitanas.

Em decorrência das “Competências, jurisdições e hierarquias mal definidas, ausência de especialização e de divisão dos poderes”³⁴², os choques entre as autoridades e o poder régio era uma realidade frequente na colônia, o que exigiu reajustes nas suas estruturas. Dentre eles, a criação dos inúmeros regimentos destinados à instrução de funcionários em suas áreas de atuação, especificando suas atribuições e jurisdições nos diversos cargos da administração colonial.³⁴³ Ricupero sintetizou a relação entre a Coroa e seus súditos através do aparato administrativo da colônia:

“a administração colonial forneceu a seus membros, ou a pessoas a eles ligadas, uma série de possibilidades de auxílio à formação de patrimônio, legais ou não, fornecidas pela pequena arca de mercês manejadas diretamente na colônia, ou mesmo pela grande arca controlada pelo rei, cujo acesso era mediado em grande medida pela administração colonial, por via de cartas e certidões.”³⁴⁴

A participação da elite colonial nas estruturas administrativas permitiu o estabelecimento e consolidação das suas bases econômicas, sociais e políticas. A larga disponibilidade de terras e a sua apropriação por um grupo reduzido de proprietários obedeceu, na faixa litorânea, a uma dinâmica onde os títulos e mercês galoparam à frente da penetração e ocupação, ou seja, no contexto dos primeiros anos da conquista, os cargos administrativos precederam o acesso à terra e a formação de patrimônios. Diferentemente, nos sertões coloniais e, mais especificamente, os da Capitania do Rio Grande, o processo de ocupação e o monopólio da terra antecederam o acesso à administração. A elite pecuarista do Seridó formou-se na esteira da posse da terra e comercialização do gado. A legitimação desse processo, iniciado ainda na ribeira, realizou-se quando da

diretamente com a Cora, e, em muitas ocasiões, puderam influenciar a política da Coroa e conseguir a revogação ou a modificação de decretos reais populares.” p.274.

³⁴⁰ Ver: DIAS, *op.cit.*, p.18.

³⁴¹ BOXER, *op.cit.*, p.273.

³⁴² *Ibidem*, p. 130.

³⁴³ SALGADO, Graça (coord.) *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985, p. 16.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 130.

instauração das vilas e suas câmaras municipais, onde os homens “qualificados”, ao consolidar seu poder político, acessaram os cargos administrativos.

Outro elemento caracterizador dessa elite era a consanguinidade. As relações de parentesco próximas eram utilizadas no Seridó como instrumento de sociabilidade e de manutenção de relações econômico-financeiras, responsáveis pela ampliação ou manutenção do patrimônio familiar. Ao investigar os processos de dispensas matrimoniais nos assentos de casamento da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana, constatamos que a maioria deles versavam sobre enlances matrimoniais entre parentes, ou seja, ligados às questões de afinidade e consanguinidade. Foram analisados 1166 registros de matrimônio, dos quais 201 correspondiam a dispensas por parentesco próximo. Tais casos não só se repetiram, como aumentaram exponencialmente entre os anos de 1809 e 1821, quando registramos que, de 634 casos, 135 apresentavam impedimento, sendo 134 correspondentes a cognação, ou seja, parentesco natural.

Assim, percebemos na elite pecuarista do Seridó entre os anos de 1788 e 1809 um forte receio quanto à dispersão patrimonial. Embora, condenados pelo Tribunal Eclesiástico, eram dispensados pelas autoridades competentes, que viam na quantidade de requisitos exigidos pela Igreja a inviabilização de muitas uniões matrimoniais. Tais relações perpassavam a administração municipal que alternava, com frequência, os cargos do Senado da Câmara entre os membros de uma mesma parentela.³⁴⁵

Ademais, os “homens bons” da Ribeira do Seridó também exerciam influência sobre os contratos públicos de arrematação, embora em escalas e natureza distintas dos arrematados pela Câmara Municipal de Natal. De acordo com Sonia Rodriguez, para que o ato de arrematar tivesse efeito era necessário o cumprimento de várias exigências e formalidades estabelecidas, como a ampla publicidade através dos editais de praça, também chamados de editais de arrematação. Para serem válidos, estes editais deveriam apresentar as seguintes informações: qualidade dos bens, preço da avaliação, hora e local da praça. A arrematação judicial apenas podia ser realizada em presença do juiz, sendo a exibição dos bens indispensável ao ato. Os

³⁴⁵ Ver: SILVA, T. E. da. Nos limites da Norma: casamentos consanguíneos na Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana (séc. XVIII–XIX). *Revista Galo*, n. 5, p. 105–114, 1 maio 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.53919/g5d8>>. Acesso em: 27 maio de 2023.

autos eram considerados conclusos quando, após o leilão dos bens ou serviços, era assinado pelo juiz, escrivão, arrematante e porteiro do auditório.³⁴⁶

Esse era um dos principais mecanismos utilizados pela Coroa na arrecadação de recursos e no suprimento de suas necessidades. Através de acordos temporários, o Rei envolvia seus vassallos na administração colonial, inserindo-os no aparelho estatal e confiando aos homens de negócios o ônus e parte dos lucros dos empreendimentos coloniais. Os contratos reais abriram caminhos no campo socioeconômico e político, e por eles a Coroa fomentava o comprometimento e sujeição dos súditos, que eram recompensados com privilégios e mercês. Logo, havia uma clara tentativa do Estado em integrar os espaços coloniais, mesmo os mais distantes, criando meios de controle sobre a sua capacidade produtiva e aumentando os rendimentos reais. Em análise realizada em contrato de arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Seridó no ano de 1783, identificamos entre os contratadores nomes ligados às elites locais, como Salvador de Souza Castro, Padre Manoel de Araújo Corres, Antonio Garcia de Sá Barroso, Miguel Pinheiro, Caetano Dantas, Cipriano Lopes Galvão e Manoel Antonio.

O capitão mor Cipriano Lopes Galvão, por exemplo, homônimo de seu pai, foi casado com a seridoense Vicência Lins de Vasconcelos. Ao capitão mor, foram concedidas 4 sesmarias, onde hoje corresponde a cidade de Currais Novos e seus arredores, no Rio Grande do Norte. Com um número elevado de terras, juntamente com a sua família, os Lopes Galvão, configuraram-se como um dos maiores proprietários da região de Currais Novos³⁴⁷. Ainda constituindo o rol das velhas famílias do Seridó, o coronel Caetano Dantas Correia, nascido na Capitania da Paraíba, por volta de 1710, viveu grande parte da sua vida no sítio Picos de Cima, na ribeira do Seridó. Casado com Josefa de Araújo Pereira, teve 7 solicitações de sesmarias concedidas pelo governo da Paraíba, entre 1742 e 1788, expandindo seus domínios sob as regiões que hoje correspondem ao Acari, no Rio Grande do Norte, e Cuité, na Paraíba³⁴⁸.

³⁴⁶ RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. *O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010, p.133-134.

³⁴⁷ BENTO, Ismaell Filipe da Silva. *As relações familiares no Seridó potiguar através dos inventários e partilhas: as famílias Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares (1788 – 1830)*. 2021. 97 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021, p.51.

³⁴⁸ *Ibidem*, p.51-52.

Assim, seja por terem participado dos terços militares contra o gentio, seja pela descoberta de terras propícias à criação de gado, os ditos homens bons do Príncipe, com a distribuição de mercês no após Guerra dos Bárbaros, foram integrados ao corpo de ordenanças e sesmeiros do Seridó. Assim, serviram a Coroa e geravam riquezas na forma de dízimos. Dos 27 nomes identificados por Helder Macêdo, participantes das composições da Câmara Municipal entre 1788 e 1822, mais da metade possuíam patentes, que variavam entre sargento, tenente e capitão de Ordenanças.³⁴⁹ Tratava-se, portanto, de uma elite formada por militares com status que variava conforme a sua posição na hierarquia militar. Ademais, o processo de ascensão social não era só acompanhado pela riqueza fundiária e pecuniária ou pela participação na administração local, outros elementos, como as relações de parentesco e as patentes militares, embora não eleitos entre os principais aspectos de análise dessa elite, eram peças importantes que conferiam legitimidade e solidez a esse poder local.

Quanto ao período analisado na documentação corresponde aos anos imediatamente posteriores à instalação da Vila Nova do Príncipe, com as suas estruturas políticas já estabelecidas. Apesar da expressividade econômica da região do Seridó, os contratos eram realizados na Câmara Municipal de Natal, expressão da Coroa na Capitania e administrados pelos seus “homens bons” que possuíam negócios e até mesmo propriedades na Ribeira do Seridó. Após a fundação da vila, a elite local do Príncipe, mesmo com certo poder econômico e político, não demonstrava possuir “força” jurisdicional, nem experiência mercantil suficiente, ante os comerciantes da cidade do Natal.

A arrematação dos gêneros mais simples como o gado *cabrum*, *ovelhar*, as roças, feijões e legumes, ficaram sob a responsabilidade da elite do Príncipe, que, embora inserida nos circuitos mercantis, estavam submetidas às relações hierárquicas de poder. Mesmo com a instauração da sua câmara municipal, as oligarquias locais permaneciam ligadas administrativamente a Natal, vínculo que permaneceu nos seus primeiros anos da instituição do município, restringindo sua participação às arrematações de contratos ainda muito incipientes. Desse modo, percebemos a partir dos dados que os quatro contratos arrematados tiveram como

³⁴⁹ MACÊDO Muirakytan K. de; BUENO, Almir de Carvalho; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; ANDRADE, Juciene Batista Felix (Orgs.). *História & Memória da Câmara Municipal de Caicó*. Natal; Caicó: EDUFRRN; SESC/ RN, 2016, p. 13-99.

administradores pessoas que desempenhavam ou já desempenharam cargos administrativos na Câmara Municipal de Natal. É o caso, por exemplo, de Bento Freire de Revoredo, administrador do Contrato dos termos reais do Seridó em 1782, e que fora vereador em 1722 em Natal, além de ser capitão nas Ordenanças locais.³⁵⁰

Tabela 10. Administradores de contratos Ribeira do Seridó (1781-1795)

CONTRATO	ADMINISTRADOR	OCUPAÇÃO	ANO	LOCAL
Contrato dos termos reais do Seridó (1782)	Bento Freire de Revoredo	Vereador; Capitão	1722	Natal
Dízimos reais da Ribeira do Seridó (1783-1785)	Afonso José de Albuquerque Maranhão	Vereador; Capitão	1723	Natal
Arrematação do gado do vento da Ribeira do Seridó (1781-1783)	Manoel Paes Barreto	-	-	Natal
Arrematação do gado do vento da Ribeira do Seridó (1793-1795)	Francisco da Costa de Vasconcellos	Juiz ordinário; Capitão	1753	Natal

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Fonte: AUTO da arrematação dos dízimos do Gado do vento e dos dízimos reais da Ribeira do Seridó (1781-1783/1793-1795). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. nº de caixa não identificado.

Entre os contratos menores de cobrança do gado *cabrum* e *ovelhar*, datados de 1783 a 1785, identificamos a presença de nomes como o de Antonio Garcia de Sá Barroso e Caetano Dantas que atuaram nas ordenanças e milícias no Seridó, além de estarem envolvidos na criação e comercialização do gado. Os contratos de roças, feijões e demais legumes, por sua vez, estavam sob o controle de Cipriano Lopes Galvão, presidente da Câmara da Vila Nova do Príncipe em 1788, período de sua fundação. Assim, embora tais indivíduos tenham ascendido à condição de “homens bons” por meio da posse da terra, do sucesso de sua fazenda e da participação na administração da ribeira e da vila em 1788, os grandes contratos do Seridó ainda eram arrematados em Natal, por seus homens de “qualidade social”.

³⁵⁰ Ver: BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. *A câmara da cidade do Natal: o cotidiano de uma câmara periférica (1720-1759)*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

Entre os proprietários e comerciantes de Natal, observamos indivíduos que já possuíam articulações dentro das estruturas administrativas, por terem ocupado cargos como o de vereador, juiz ordinário, e nas milícias como capitães, e que também apresentavam uma experiência mercantil já estabelecida, com negócios no sertão. Por outro lado, os agentes mercantis do *Príncipe*, ainda que participantes da comercialização do gado e da administração pública, sofreram interferências jurisdicionais da Câmara de Natal, que determinava a natureza e a escala de sua participação nos contratos de arrematação. Assim, até mesmo nos sertões da capitania, onde o observador desatento poderia se enganar com certos traços de suposta autonomia local, encontramos relações de subordinação do processo colonizador. Assim, a elite da Vila Nova do Príncipe, que encontrou na Câmara meios de ascensão e legitimação social, para muito além de interesses individuais, estava limitada e associada a um projeto metropolitano no espaço colonial.

Acerca do alcance do poder concelhio no Seridó analisamos ainda os balancetes³⁵¹ da Câmara Municipal entre os anos de 1876 e 1885. O levantamento de contas nos municípios exigia que fossem registradas as entradas e saídas dos bens. Logo, após a apresentação das contas e a respectiva escrituração dos termos de encerramento, os oficiais emitiam um balanço, com descrições pormenorizadas das receitas referentes a um determinado período, normalmente, um ano, após o exercício social e o ajustamento das contas³⁵².

No caso do Seridó nos deparamos com informações como a descrição da folha de pagamentos dos empregados da Câmara Municipal do Príncipe (secretário, porteiro, fiscal, procurador, administrador e coveiro) no trimestre do ano de 1876, outubro a dezembro, no total de 296.415 réis³⁵³. No ano de 1881, no entanto, identificamos gastos de outra ordem como a limpeza e asseio da casa do juiz, custos com materiais como velas, tintas e papel, além de jarras, mesas e cadernos de papel para as reuniões municipais. Ademais, observamos outras atividades de ordem administrativa da cidade tais como a limpeza das ruas para a festa de Sant'Ana, avaliados ao total em 395.580 réis³⁵⁴.

³⁵¹ RIO GRANDE DO NORTE. Balancetes das Receitas da Câmara Municipal da Cidade do Príncipe (1876-1885). LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto. Avulsos.

³⁵² Ver: SANTOS, Angélica de Vasconcelos Silva Moreira. Poder disciplinar como origem de sistema contábil de controle no Brasil colonial. In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 8, 2008, São Paulo. *Anais eletrônicos*. São Paulo: USP, 2008, p.1-14.

³⁵³ *Ibidem*, fl.3.

³⁵⁴ *Ibidem*, fl.12.

Quadro 1. Despesas da Câmara Municipal da Cidade do Príncipe de 1881

Ao Administrador do Cemiterio [Ilegível]	
Felippe de Medeiros importancia de 10br.o	75//0 00
de 1880 a Fevereiro e 9mbr do corr.e anno	
Ao Secretario Olegario Gonsalves de Medr.os	175// 000
Volle, importancia de Janeiro, a Julho	30//0 00
incluziveis _____	15//0
Ao Coveiro do trimestre em contas	00
Ao Fiscal idem _____	15//0
Ao Porteiro idem _____	00
Limpeza, preparos e asseio da caza do ju-	4//00
riz na sessão de setembro	0
Vellas, tinta e papel para o mesmo	2//38
<u>Com a limpeza das ruas da Cidade</u>	0
<u>na</u>	
<u>festa de Sant Anna</u>	10//0
Com 2 jarras grandes p.a a Camara	00
Importancia de duas mezas grandes com-	2//00 0
pradas p.a Municipalid.e a Anacleto Ma-	
rio de Souza Goveia para eleições	30//0
Para compra de livros ao Prof.or M.el Au-	00
gusto = eleições	10//0
Importancia de duas armas p.a eleições com-	00

pradas pelo [Ilegível] Antonio	
Aladim de –	25//0
Araujo _____	00
Com 10 Cadernos de papel para	
eleição	1//00
es	0
Canetas, penas, tinta e assentos p.a a	1//20
m.ma	0

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE. Balancetes das Receitas da Câmara Municipal da Cidade do Príncipe (1876-1885). LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto. Avulsos.

Os aspectos que diziam respeito à produção local foram descritos em taxas sobre o estabelecimento de fazendas e molhados, que variam entre 1.000 e 9.000 réis. Entre os meses de outubro e dezembro de 1885, por exemplo, o concelho local recolhia aos seus cofres valores despendidos sob a licenças de animais, como cabras, no valor de 2.000 réis, além do exercício de uma casa de pólvora, que serviam para guardar armamentos e munições naquela época, avaliado em 20.000 réis. Neste ano, identificamos ainda 25 estabelecimentos de molhados taxados entre 1.000 réis e 9.000 réis, arrecadando ao total uma soma de 493.066 réis, que incluíam também multas e arrematações feitas pelos moradores. Logo, inferimos, que apesar dos *homens bons* da Câmara Municipal do Príncipe decidirem sobre questões locais, suas receitas e despesas demonstram um alcance limitado desse poder tanto a nível político quanto econômico.

Em suma, as elites sertanejas da câmara municipal do Príncipe inseriram-se não só em dinâmicas locais, bem como a nível de Capitania e, mais tarde, província obedecendo às hierarquias de poder, previamente estabelecidas. Apesar de integrarem os circuitos mercantis do gado, seu poder limitava-se a decidir sobre questões locais, ligadas aos próprios munícipes. Quanto a sua estrutura, seguia ainda com a inspiração colonial, modificando-se apenas o caráter eletivo de seus vereadores e seu poder de articulação nas campanhas provinciais.

CONCLUSÃO

A culminância desta pesquisa nos permitiu levantar hipóteses acerca da Ribeira do Seridó e, posteriormente, Vila Nova do Príncipe e da sua elite pecuarista. A hierarquização social que se formou no *Post Bellum* no Seridó obedeceu às relações escravistas de base latifundiária. Seus limites sociais e espaciais definidos à medida do crescimento populacional e da instauração dos órgãos de controle social e administrativo, obedeceram a máxima colonial de aproveitamento comercial das áreas coloniais. Logo, enquanto produto da colonização o Seridó e sua elite forjaram-se na esteira da exploração econômica.

Ao explorarmos documentos ainda pouco utilizados pelos pesquisadores locais, como os contratos de arrematação, buscamos analisar o contexto sócio-econômico de parte dos sertões da Capitania do Rio Grande e suas configurações de poder a partir da expansão mercantilista lusa pelos interiores. Desse modo, inferimos, inicialmente, que o Seridó apesar da baixa monetarização imposta pela atividade pastorícia apresentou uma importância econômica equiparada a Ribeira do Assú, tratada pela historiografia local como a maior produtora de gado dos sertões do Rio Grande. Fatores como os longos períodos de estiagem apresentados na documentação oficial, teriam em certa medida criado pequenos espaços, no que diz respeito a produtividade dessas áreas. No entanto, devido às limitações impostas pela própria dinâmica da economia pecuarista e seus espaços de ocupação, tratava-se de gentes com baixos cabedais.

Estas forjaram seu status ainda durante a formação dos primeiros espaços fiscais, como a Ribeira, a partir da posse do gado, da terra e dos escravos. Outros elementos que integraram esse processo e que também são mencionados ao longo desse trabalho reforçam tal poder e prestígio, como as alianças firmadas a partir dos casamentos consanguíneos e os títulos advindos das Ordenanças e milícias locais, fatores secundários que vieram a firmar o eixo central de poder nos sertões, fixando assim suas populações e seus cabedais.

Por fim, os padrões de legitimação da elite sertaneja do Seridó se formaram durante a ocupação e consolidação fiscal dessas áreas, culminando seu processo de fixação na Câmara municipal, onde tais fatores de distinção foram reconhecidos e legitimados pelo poder metropolitano. Apesar do recorte temporal que atravessa o período imperial, os sertões de outrora aparentavam em nossas pesquisas

permanecer ainda muito coloniais, com padrões e estruturantes quase inalterados. Assim, mesmo com as dificuldades documentais enfrentadas ao longo desta pesquisa, o espaço que analisamos nos permitiu ampliar nossa ótica e fazer um caminho retrospectivo de sua elite.

FONTES

1.0 MANUSCRITAS

1.1 Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Lisboa, Portugal

Documentos manuscritos microfilmados, digitalizados e integrando CD-ROM do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 4, D. 310. CARTA do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao rei [D. João VI], sobre os povoados, gado e mais fazendas, e a falta de administração nos sertões. Paraíba, 1710.

1.2 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN, Natal-RN

Documentos manuscritos digitalizados.

AUTO da arrematação dos dízimos do Gado do vento da Ribeira do Seridó (1781-1783). nº de caixa não identificado.

AUTO da arrematação dos dízimos do Gado do vento da Ribeira do Seridó (1793-1795). nº de caixa não identificado.

AUTO da arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Seridó (1782). nº de caixa não identificado.

AUTO da arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Seridó (1783 -1785). nº de caixa não identificado.

AUTO da arrematação dos dízimos reais da Ribeira do Puente do Assú (1793-1795).

Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. nº de caixa não identificado.

1.3 Laboratório de Documentação Histórica – LABORDOC – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, Campus de Caicó-RN

1.3.1 Livros de registros paroquiais, Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1788-1857)

Livro de Batismos nº 1, 1803-1846.

Livro de Casamentos nº 1, 1788-1809.

Livro de Casamentos nº 2, 1809-1849.

Livro de Óbitos nº 1, 1788-1811.

Livro de Óbitos nº 2, 1812-1838.

1.3.2 Fundo da Comarca de Caicó, 1º Cartório Judiciário

LABORDOC. FCC. 1º CJ. Inventários post-mortem – 1793 -1886.

LABORDOC. FCC. 1º CJ. Inventários *post-mortem*. Inventário de Manoel de Souza Forte. Inventariante: Petronila Fernandes Jorge. Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1793. (Manuscrito).

LABORDOC. FCC. 1º CJ. Inventários *post-mortem*. Inventário de Manoel Gonçalves de Melo. Inventariante. Manoel Gonçalves de Melo. Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1819. (Manuscrito).

LABORDOC. FCC. 1º CJ. Inventários *post-mortem*. Inventário de Antônio da Silva Souza. Inventariante: Thereza Maria da Rocha. Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1823. (Manuscrito).

LABORDOC. FCC. 1º CJ. Inventários *post-mortem*. Inventário de José Teixeira da Fonseca. Inventariante: Luiz Gonzaga da Fonseca. Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1846. (Manuscrito).

LABORDOC. FCC. 1º CJ. Inventários *post-mortem*. Inventário de Rodrigo de Medeiros Rocha. Inventariante: Não identificado. Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1886. (Manuscrito).

1.3.3 Balancetes, Fundo Joaquim Martiniano Neto (1876-1885)

RIO GRANDE DO NORTE. Balancetes das Receitas da Câmara Municipal da Cidade do Príncipe (1876-1885). LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto. Avulsos.

1.4 Fontes Impressas

1.4.1 Relato de viajantes

SPIX, J.B. Von; MARTIUS, C.P.F. *Viagem pelo Brasil: (1817-1820)*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. Vol. II.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1975.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. Tradução: Luís da Câmara Cascudo. Série 5ª Brasileira. Volume 221.

Roteiro do Maranhão pela capitania do Piauí. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXII, parte I, 1900, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

1.4.2 Dicionários históricos

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza recopilado de todos os impressos até o presente*. Tomo segundo. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823.

BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z)*, Tomo Segundo, 1789.

SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de; MOURA, Caetano Lopes de; AILLAUD, J.P de. *Diccionario Geographico do Imperio do Brazil, Historico e Descripticvo, do Imperio do Brazil*, Tomo Primeiro, 1845.

1.4.3 Documentos históricos

Doação das terras de Brás Fragoso de Peroaçu. Documentos históricos – mandatos, alvará, provisões, sesmarias (149-1553) /correspondência dos governadores gerais (1698-1714). Ministério da Educação e Saúde/ Biblioteca Nacional. Vol. XXXVIII. Rio de Janeiro, 1937. p. 249.

Registro de doze leguas de terra de Duarte Dias. Documentos históricos – mandatos, alvará, provisões, sesmarias (149-1553) /correspondência dos governadores gerais (1698-1714). Ministério da Educação e Saúde/ Biblioteca Nacional. Vol. XXXVIII. Rio de Janeiro, 1937. p. 261.

1.4.4 Diários

ARAÚJO, Ausônio Tércio de; MACÊDO, Muitakytan K. de.; CAVIGNAC, Julie A. *Lembranças oferecidas ao meu filho Ulisses aos 2 de abril de 1877. Diário de Laurentino Bezerra de Medeiros*. Caicó/RN: Biblioteca Seridoense, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.28, p.247-263, jul./dez. 2015.

ARAÚJO, Ausônio Tércio de; MACÊDO, Muitakytan K. de.; CAVIGNAC, Julie A. *Lembranças oferecidas ao meu filho Ulisses aos 2 de abril de 1877. Diário de Laurentino Bezerra de Medeiros*. Caicó/RN: Biblioteca Seridoense, 2015.

BICALHO, Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*. nº 36, vol. XVIII, 1998.

BORGES, Silvia Laine; ELOY, Ludivine Eloy; LUDEWIGS, Thomas. O Gado que Circulava: Desafios da Gestão Participativa e Impactos da Proibição do Uso do Fogo aos Criadores de Gado de Solta da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari. *Biodiversidade Brasileira*, Brasília, 4 (1), p. 130-155, 2014.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco – Século XVII*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. 4ª edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. Editora UnB: Brasília, 2014.

ARAUJO, Luiz Antônio Silva. *Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas: O estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. 2002. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. 2012. 504 f. Dissertação (Mestrado

em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. *A câmara da cidade do Natal: o cotidiano de uma câmara periférica (1720-1759)*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

BARBOSA, Livia Brenda da Silva. *Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1601-1723)*. 1ª ed. Natal: EDUFRN, 2021.

BENTO, Ismaell Filipe da Silva. *As relações familiares no Seridó potiguar através dos inventários e partilhas: as famílias Sousa Castro, Cordeiro Nunes e Tavares (1788 – 1830)*. 2021. 97 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z)*, Tomo Segundo, 1789.

BOXER, Charles. *O império marítimo português, 1415-1825*, 3ª ed., Lisboa: Edições 70, 1969.

CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Monteiro (orgs.). *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 191-243.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Viajando o Sertão*. Editora Global: São Paulo, 2012.

COELHO, Rafael da Silva. *A Bahia em suas negociações com a metrópole: tributação, dinheiro e açúcar na segunda metade do século XVII*. 2019. 317 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

COLLACIO, Talita Yosioka. *Os sertões de Euclides da Cunha e os sertões de Caio Prado Júnior: um universo entre história e literatura*. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984.

DANTAS, DOM JOSÉ ADELINO. *Homens e Fatos do Seridó Antigo*. Natal: Sebo Vermelho, 2008.

DIAS, Thiago Alves. O Espaço institucional e as câmaras. Uma discussão teórica e historiográfica acerca das Câmaras municipais enquanto instituições do Império português. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 16., 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos* [...] São Paulo: 2011. p. 4. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anaissimposios/pdf/201901/1548856702_16e5dda3ef193a840b86640ee2ae68a3.pdf. Acesso em: 2 de mar. 2023.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª edição. São Paulo: Globo, 2001.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Batista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

FURTADO, Júnia Ferreira. Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para o império marítimo português no século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1975.

GOULART, José Alípio. *Brasil do boi e do couro*. Edições GRD: Rio de Janeiro, 1966.

GOULART, José Alípio. *O ciclo do couro no Nordeste*. Rio de Janeiro: Serviço de informação agrícola, 1965.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. 2013. 360f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, jul.- dez. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5516/7046>. Acesso em 22 de mar. 2023.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. Tradução: Luís da Câmara Cascudo. Série 5ª Brasileira. Volume 221.

LAMARTINE, Oswaldo. *Sertões do Seridó*. Senado Federal/Centro Gráfico. Brasília, 1980.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

MACÊDO Muirakytan K. de; BUENO, Almir de Carvalho; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; ANDRADE, Juciene Batista Felix (Orgs.). *História & Memória da Câmara Municipal de Caicó*. Natal; Caicó: EDUFRN; SESC/ RN, 2016.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. 2013. 360f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005.

MACÊDO, Muirakytan K. de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII)*. Natal/RN: Flor do Sal; EDUFRN, 2015.

MACÊDO, Muirakytan K. de. Tratos e caminhos da Capitania do Rio Grande do Norte: comércio e consumo na Ribeira do Seridó. *Embormal*, Fortaleza, vol. VIII, nº16, p.17-32, jul./dez., 2017.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de Macedo; SANTOS, Rosenilson da Silva (orgs.). *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa*. João Pessoa: Ideia; Natal: Edufrn, 2013.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil publicadas de ordem da academia R. das Sciencias por Fr. Gaspar da Madre de Deos*. Lisboa: Tipografia da Academia, 1797.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil (1500-1580)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe – 1850/1890 sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza*. Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de. *Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciência Humana, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil Holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (orgs.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 4 ed. Natal, RN: Flor do sal, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil; o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: Um “outro” geográfico. *Terra Brasilis*, 2003. Disponível em: [O Sertão. Um “outro” geográfico | Semantic Scholar](#). Acesso: 26 de ago. 2022.

MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NOVAIS, F. A. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1989.

PEREIRA, Ariane de Medeiros. *Escravos em ação na comarca do Príncipe – Província do Rio Grande do Norte (1870-1888)*. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

PEREIRA, Elenize Trindade. *De capitania donatária à capitania régia: o senhorio de João de Barros na “Terra dos Potiguara”: século XVI*. 2018. 159 f. Dissertação (mestrado em história) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, RN, 2018.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 6ª edição, 1961.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO, J. F. Almeida. *Consulta à Pernambuco e às Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*. 1º Tomo. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1939.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec, 2002.

RÊGO, André R. H. (2014). Visões do sertão: o interior das terras no Brasil colonial e na África Portuguesa. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 175(463):235-278, abr./jun. 2014.

REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907). O surgimento de um povo novo: o povo brasileiro. *Revista de História (FFLCH-USP)*, São Paulo, v.138, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18843>. Acesso em: 17 de mai. 2021.

- RICUPERO, Rodrigo M. A valorização da terra ou extração de riquezas: o discurso sobre o Brasil na primeira metade do século XVII. *Temas Americanistas*, Sevilla, n.47, dez. 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8305813>. Acesso em: 08 mai. 2023.
- BICALHO, Maria Fernanda Bicalho; FERLINI, Vera Lucia Amaral (org.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.
- RICUPERO, Rodrigo Monteferrante. *Formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2009.
- RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. *O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, São Paulo, 1988.
- SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de; MOURA, Caetano Lopes de; AILLAUD, J.P de. *Diccionario Geographico do Imperio do Brazil, Historico e Descriptivo, do Imperio do Brazil*, Tomo Primeiro, 1845.
- SALGADO, Graça (coord.) *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Brasília: INL, 1985.
- SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. Edição ilustrada. Companhia editora nacional: São Paulo, 1956.
- SANTOS, M. R. A. dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. 2010. 433 f. Tese (Doutorado) – faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza recopilado de todos os impressos até o presente*. Tomo segundo. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823.
- SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *‘Nas solidões vastas e assustadoras’: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. 2003. 362 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos e Mofratas: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654- c.1759)*. Recife: EDUFPE, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e Souza; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2015.

SPIX, J.B. Von; MARTIUS, C.P.F. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. Vol. II.

TAUNAY, Carlos Augusto; MARQUESE, Rafael de Bivar (org). *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.256-257.

VAINFAS, Ronaldo. O sertão e os sertões na história luso-brasileira. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Centro de História da Sociedade e Cultura, Universidade de Coimbra, vol.19, 2019.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo Primeiro. - 2ª ed. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877.

VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. 2. ed. Goiânia; Editora UFG, 2015.

ZENHA, Edmundo. *Município no Brasil: 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.